PORTUGAL COLONIAL

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

Ano 1.º

N.º 4

*

Junho 1931

REVISTA MENSAL DE PROPAGANDA E EXPANSÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

O processo de iluminação para Africa

Se não podeis beneficiar em vossa casa dos processos de iluminação correntes nas cidades da Europa, esquecei tal inconveniente empregando a luz clara e suave de SUNFLOWER.

As vossas lanternas para serviço exterior funcionarão melhor com Petróleo SUNFLOWER, devido à limpidez da sua chama.

VACUUM OIL CO.

950

UM BÉBÉ

Leite condensado

Açucarado Moça

Leite esterilizado

Suisso, Puríssimo

Leite em Pó "Lactogen"

Chocolates Suíssos

Queijo Gruyère

REPRESENTANTES

EM ANGOLA

ZUID AFRIK, HANDELSHUIS

LOANDA

VASCO D'OLIVEIRA

LOANDA

FILIAL EM PORTUGAL

Nestlé & Anglo Swiss Condensed Milk Co

Rua Ivens, 11-13 — Lisboa

NESTLÉ

Companhia Central Vinicola de Portugal

Grande exportadora

LISBOA

Praça do Município, 32, 2.º
Armazens: Poço do Bispo

Vinhos licorosos e aguardentes simples e preparadas, tipos cognacs. Vinhos espumantes. Grandes vinhos de mesa brancos e tintos dos principais lavradores do país. Alcool vínico. Aguardentes bagaceiras e de vinhos. Licores

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: CIRICA LISBOA

TELEFONES

POÇO DO BISPO 32
EM LISBOA 2 4573

Emulsão aquosa de Asfalto puro

PARA TODOS OS TRABALHOS DE IMPERMEABILISAÇÃO

Revestimento de superficies metalicas
Construcções de Pavimentos Elasticos
Protecção de ferro ondulado
Pinturas protectoras navaes
e de canalisações, etc.

Systema DeVilbiss
de Pintura por Aspersão

INSTALAÇÕES DE PINTURA Á PISTOLA PARA

Automoveis
Construcções
Navios
Peles de couro
Para qualquer fim

Pedir folhetos descriptivos aos

Distribuidores:

BETHENCOURT BROS., LTD
Telefone 2 7330 Telegr.: SURVEY
Praça do Municipio, 13
LISBOA

AGENCIA DO NORTE: SORIA, L.DA
Telefone 2508
Rua Ferreira Borges, 9
PORTO

Papelaria Fernandes

RUA DO RATO, 23 A 35
NOVAS INSTALAÇÕES:
RUA DO OURO, 145 A 149

TELEFONES (P. B. X.) N. 691 E 4899
GRAMAS—PAPELARIA

LISBOA

PAPELARIA, LIVRARIA, TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO

Sortido muito completo de papeis de tôdas as qualidades, tanto nacionais como estrangeiros; artigos de escritório; tintas e outros artigos para desenho, pintura e arte aplicada. Canetas de tinta permanente *Conklins.* Depositários, para o *Sul do País,* do conhecido papel heliográfico de revelação a sêco, marca «OZALID»

PREÇOS DE RECLAME

Companhia do Papel do Prado

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

CAPITAL ACÇÕES 7.000.000$00

SEDE EM LISBOA:

Direcção—Escritórios: R. dos Fanqueiros, 278, 2.º—Telefone: A. 22331

Depósito: R. dos Fanquiros, 270 a 276—Telefone: A. 22332—Teleg.: PELPRADO

Proprietária das Fábricas do:

PRADO, MARIANAIA, SOBREIRINHO (TOMAR), PENEDO, CASAL D'ERMIO (LOUZÃ) E VALE MAIOR (ALBERGARIA-A-VELHA)

Instaladas para uma produção anual de OITO MILHÕES DE KILOS de papel e dispondo dos maquinismos mais aperfeiçoados para a sua indústria. Têm em depósito grande variedade de papeis de escrita, de impressão e de embrulho. Toma e executa prontamente encomendas para fabricações especiais, de qualquer quantidade de papel de máquina continua ou redonda e de forma

Companhia Nacional de Navegação

Carreiras regulares entre Lisboa e todos os portos da Africa Ocidental e Oriental Portuguesa

Carreiras regulares entre todos os portos da província

SERVIÇO SEMANAL ENTRE LOURENÇO MARQUES E INHAMBANE ❀ SERVIÇO QUINZENAL ENTRE LOURENÇO MARQUES E MOCIMBOA DA PRAIA, COM ESCALAS POR INHAMBANE, BEIRA, CHINDE, PEBANE, QUELIMANE, ANGOCHE, MOÇAMBIQUE, PORTO AMELIA, IBO E PALMA

AGENCIA EM INHAMBANE — NOGUEIRA, LIMITADA

Telegramas "JOCARFINO" — Caixa Postal n.º 32

Nogueira, Limitada

INHAMBANE

TELEG. «JOCARFINO» — CAIXA POSTAL N.º 32

Agentes da:

Companhia Nacional de Navegação

Union Castle

Companhia de Seguros "A Mundial"

E DOS CARROS "HILLMAN" E "HUMBER"

Transportes fluviais — Cargas e descargas — Padaria

Duarte & C.ª, Irmão

10, Rua Instituto Vergílio Machado

TINTAS, DROGAS,

PRODUTOS QUÍMICOS

REPRESENTANTES DE:

Polak Schwarz's de Zuandam

HOLANDA

CONHECIDOS FABRICANTES

DE OLEOS ESSENCIAIS,

PRODUTOS SINTÉTICOS,

ESSENCIAIS PARA TODOS

OS FINS E EXTRACTOS

COMPANHIA PRODUTORA DE MALTE E CERVEJA

PORTUGALIA

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

CAPITAL ESC. 6.000.000$00

ANTIGA FÁBRICA «GERMANIA»

115, AVENIDA ALMIRANTE REIS

LISBOA

Endereço telegráfico: PORTUGALIA-LISBOA

TELEFONES P. B. X. { DIRECÇÃO N. 298 / EXPEDIENTE N. 1699

CÓDIGO TELEGRÁFICO: *RIBEIRO*

GRAND-PRIX — EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO, DE 1923 E SEVILHA, DE 1930

Prefiram as nossas acreditadas marcas de cerveja

«PORTUGALIA» e «PRETA»

(Tipo Munich)

Araujo, Sanchez & C.ª

Calçada do Cardeal, 1

NEGOCIANTES DE:

Batatas e Cereais

ARMAZEM:

8, Rua Caminhos de Ferro, 10

TELE { GRAMAS — *Arnache* / FONE — 2 1266

CÓDIGOS { *A. B. C.*, 6.ª ed. / *RIBEIRO*

FORNECEDORES DA:

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

Impermeáveis:

LE MARQUIS

A MELHOR E

MAIS ACREDITADA

FÁBRICA DE FRANÇA

REPRESENTANTES PARA PORTUGAL

E COLÓNIAS

ANTONIO FRANCISCO NUNES & C.ª

TELEFONE 2 3895

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: *LARANES*

RUA DA PRATA, 267, 1.º, E.

LISBOA

Nogueira, Limitada

ENGENHEIROS

TELEFONES (21381 / 21382

Representantes em Portugal:

Compagnie pour la Fabrication des Compteurs.
Ateliers de Constructeurs Eléctriques de Charleroi.
Cablerie de Jeumont.
La Radiotéchnique.
Davuum Exportation.
Comptoir Franco-Belgo-Sarrois.
S. A. Metallurgique de Prayon.

Instalações de Centrais e Redes Eléctricas — Postos de Transformação — Material Eléctrico para alta e baixa tensão—Contadores de água e electricidade — Ferro, metais, etc.

ORÇAMENTOS GRÁTIS

RUA DOS DOURADORES, 107

LISBOA

Venancio Guimarães & C.ª

Lubango

Filiais em Mossâmedes, Humpata e Humbe

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: VOUGA

COMÉRCIO GERAL, AGRICULTURA, PECUÁRIA E INDÚSTRIA

Sócios-gerentes da EMPRESA CAHOLO, L.DA (Fornos de cal e moagem de cereais)

Agricultores no BENTIABA (Fazenda Algodoeira da PUPA)

Exportadores de gado bovino e peixe sêco

REPRESENTANTES NOS DISTRITOS DA HUILA E DE MOSSÂMEDES DE:

Vacuum Oil Company
Fábrica de Tabacos Ultramarina
Automóveis e camions «FORD»
Máquinas de escrever «REMINGTON»

REPRESENTANTES NO DISTRITO DA HUILA DE:

Burrell & C.º
Companhia de Seguros «TAGUS»
Lotarias de Angola

Colégio Francês

Curso infantil, primário, secundário e comercial para o sexo masculino

O melhor Colégio no centro de Lisboa,
Instalações modelares
com tôdas as condições exigidas
pela pedagogia moderna,
corpo docente recrutado entre os melhores
elementos do ensino oficial e particular

RUA ALVARO COUTINHO, 14 — LISBOA

TELEFONE N. 967

Pedir prospectos à DIRECÇÃO

VIDRARIA CONFIANÇA

MENDES & C.ª Sucessores de OLIVEIRA & MENDES

GRANDE E VARIADO SORTIDO em Porcelanas, Cristais e Artigos de Mesa, Louças para cosinha, de Ferro Esmaltado marca **Leão**, e Alumínio marca **Trevo**. Talheres, Faianças, Estatuetas, Biscuits, Louças e Vidros nacionais pelos preços das fábricas. Artigos para decoração

SORTIDO ESPECIAL EM ARTIGOS PARA BRINDES

33, Rua da Vitória, 37 — LISBOA

Fábrica Portuguesa

DE

ESCOVAS E PINCEIS

Movida a electricidade

FIGUEIREDO, JORGE & C.ª

Executa tôda a qualidade de escovas para Fábricas de Lanifícios e Moagem, bem como brochas e pinceis para qualquer género de pintura, por muito difícil que seja a sua execução

69, Rua S. João da Praça, 71—Telef. 2 0362—LISBOA

Impressos e artigos de escritório, os melhores são os da

Papelaria Assis

241, RUA DA PRATA, 241

Lisboa

ARMAZEM DE APRESTOS MARÍTIMOS

Lonas, breu, alcatrão, pita, tintas, óleos, ancoretes, guinchos e correntes. Cabos de arame e outros apetrechos próprios para embarcações

Oliveira, Simões, L.da

3-B, Avenida 24 de Julho, 3-E—LISBOA

TELEFONE N.º 23978

Mário Cunha, Limitada

Lisboa e África

Grande stock de artigos para permuta—Completo sortimento de artigos para armarinho

COMÉRCIO—AGRICULTURA

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

SEDE EM LISBOA — RUA DA CONCEIÇÃO, 120, 1.º
SUCURSAL — NOVO REDONDO
Avenida Dr. José Maria de Aguiar
Telegramas: QUANZASUL

Suplemento ao n.º 4 da

Portugal Colonial

Revista de propaganda e expansão colonial

Está equilibrado o Orçamento de Angola

Continua assim a realizar-se a política de ordem e ressurgimento do Sr. Ministro das Colónias

A «Portugal Colonial» tem a honra de publicar em primeira mão um resumo do Orçamento de Angola para 1931-32.

Não permitem nem o espaço nem o tempo de que dispomos dar a êste acontecimento o relêvo que merece. Fá-lo-emos no próximo número. Por hoje limitamo-nos a dar a sensacional notícia e a publicar o resumo do Orçamento com algumas palavras de esclarecimento.

Mas assim mesmo não o faremos sem manifestar o nosso mais caloroso aplauso pela realização duma política de ordem e de ressurgimento a que não estavamos habituados e que nos permite, enfim, olhar com um optimismo novo e sadio para essa tão portuguesa Colónia de Angola.

E frisemos: No espaço dum mês saíram do Ministério das Colónias êsse notável diploma que é o decreto que regula as transferências, e êste — o diploma fundamental duma ordem nova e dum ideal consciente de ressurgimento!

I

Projecto de Orçamento elaborado pela Direcção dos Serviços de Fazenda de Luanda

Despesas ordinárias	217.914.861,13	
Receitas ordinárias	113.937.663,00	
Deficit ordinário previsto	103.971.198,13	agls.
Receita extraordinária	3.311.064,00	agls.
Deficit total previsto	100.660.134,13	

II

Orçamento como ficou aprovado

Despesas ordinárias	142.722.000,00
Receitas ordinárias	142.722.000,00
Deficit	— 0,0 —

As despesas e as receitas ficaram calculadas, as primeiras, com larguesa, as segundas, com a modéstia suficiente para permitirem ao executor do Orçamento a liberdade de movimentos necessária para a obtenção do equilíbrio. Seria fácil, em vez dêsse equilíbrio conquistado, obter um saldo positivo de 1.500 contos. Mas preferiu o organizador do Orçamento diminuir as avaliações das receitas e alargar certas previsões de despesas de modo a não deixar que os resultados totais fôssem além do equilíbrio.

Mas, deve dizer-se, que as reformas que se preparam devem deixar grandes economias, contraindo sensivelmente as despesas ainda, até ao ponto de deixar nas possibilidades orçamentais de Angola o logar preciso para a realização de operações que permitam obras de fomento e colonização.

¿Como se alcançou o equilíbrio do Orçamento?

Receitas:

Receitas calculadas no projecto.....	113.937.663,00
Correcções às receitas orçadas e novas receitas já criadas depois da organização do Projecto...	19.684.337,00
Receitas criadas pelo decreto com fôrça de lei que aprova o Orçamento.....	9.100.000,00
	142.722.000,00 agls.

Em regra as avaliações de receita adoptadas para o Orçamento são ainda inferiores às do Projecto elaborado em Luanda. Há contudo cálculos para mais sempre que as cobranças do último ano as justificam. Assim acontece por exemplo no Imposto Indígena, que vai orçado em 40.000 contos, cifra que à face das últimas cobranças realizadas não pode considerar-se exagerada.

Como porém houve, por outros lados, diminuições consideráveis nas avaliações de facto da revisão do Orçamento não resultou sequer o aumento dos 16.000 contos que desta elevação do quantitativo provável do Imposto Indígena deveria provir. Na verdade a revisão do Orçamento apenas deu um aumento de 8.884 contos. Isto significa que a diferença se perdeu em abaixamentos das avaliações feitas no projecto e que foram consideradas excessivas.

Das receitas criadas entre a elaboração do Projecto em Luanda e a sua revisão em Lisboa (sêlo, contribuição industrial, novos direitos aduaneiros) resultou um aumento de rendas que pode avaliar-se em 10.800 contos.

Por fim incluem-se, avaliados por baixo, 9.100 contos de receitas novas—ou sejam 1.100 contos provenientes da duplicação das taxas postais e 8.000 contos de um imposto de salvação pública.

A incidência principal dêste imposto é a seguinte:

1) 5 % sôbre as pensões dos aposentados, jubilados e reformados;

2) 10 % sôbre os salários e subsídio eventual;

3) 30 % sôbre as diuturnidades, despesas de deslocação, marcha e viagem e subsídios de campo;

4) 50 % sôbre as diferenças de vencimentos abonados por circulares e participações de receita.

Despesas:

Despesa ordinária prevista no Projecto....			217.914	contos
Reduções operadas:				
1) Supressão dos subsídios de família.....	9.000	contos		
2) Supressão do subsídio de renda de casa.	3.405	»		
3) Redução de 30 % nas ajudas de custo...	570	»		
4) Redução nas gratificações, horas extraordinárias.....	4.000	»		
5) Supressão de serviços e logares.....	2.744	»		
6) Reduções de verbas.....	14.645	»		
7) Encargos de dívidas que se não pagam à Metrópole.....	29.735	»		
8) Exercícios findos.....	11.089	»		
	75.192	»	75.192	»
			142.722	»

As reduções, em vários pontos, são maiores do que os números acima fazem prever. Impõem-se grandes sacrifícios aos funcionários de Angola. **Mas a Metrópole toma para si um encargo enorme, que certamente exigirá o recurso a um imposto de salvação pública. Se a Metrópole tiver êste ano de recorrer a essa medida, será por ter tomado para si o encargo da dívida de Angola.**

Ano I - Junho de 1931 N.º 4

DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
REDACTOR-PRINCIPAL
J. DA FONSECA FERREIRA
EDITOR
ANTÓNIO PEDRO MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
Endereço Telegráfico
«MINERVA»
TEL. 2 4253
Propriedade da Emprêsa
PORTUGAL COLONIAL

PREÇO AVULSO
Metrópole..... 3$00
Colónias..... 4$00
(ASSINATURAS)
Metrópole (6 meses)... 18$00
Colónias (6 meses).... 24$00

COMPOSTO E IMPRESSO
OTTOSGRAFICA LIMITADA
Conde Barão, 50 — LISBOA

Visado pela Comissão de Censura

Uma carta mensal de Portugal para as Colónias

Pelo dr. Agostinho de Campos

UMA Carta de Lisboa *para as Colónias . . . Eis o que me é pedido pela Directoria desta bela Revista colonial, para cada um dos seus números; e basta enunciar o pedido para que se aprecie a felicidade ou acêrto da ideia que o fêz nascer.*

Já não direi o mesmo da pessoa escolhida para pôr por obra esta ideia. Mais judicioso haveria talvez sido dirigir o convite a um português que conhecesse o Império de vista, e não apenas de cor. E, sobretudo, conviria que a honrosa escolha recaísse em pessoa menos abonada em anos e cabelos brancos.

Tem o mundo girado tão depressa nos últimos tempos, que faz doer a vista (e vários órgãos mais) aos que hoje começamos a sentir o acre sabor da velhice.

A muitos dêstes creio bem que os estonteie a vertigem; alguns devem ter emparvecido de todo; e é fácil até que outros, poucos, possam conservar apesar de tudo, no rodopio que lhes parece aloucado, um equilíbrio visual e mental que a tudo resista—mas nem por isso os fará parecer menos fora de moda.

No tempo dos excessivos, dos assomadiços, dos extremistas, sentem-se miseràvelmente desmontados os antigos cavaleiros do Meio-Termo, e quási se envergonham de sair à rua os jarretas do velho Senso-Comum.

E não há só isto. Estamos numa idade do mundo tão paradoxal e contraditória que, se não conseguiu nem consegue transformar os homens em máquinas (como ainda hoje muitos ideólogos ou idiotas julgam possível) vem promovendo com êxito exorbitante o maquinismo a homem —de tal jeito que se pode prever o dia em que no mundo só se movam e mexam as máquinas, e os homens tenham morrido todos, esfomeados por elas.

Sendo assim, parece indicado que as Cartas de Lisboa para as outras capitais do Império espalhadas no mundo, e para os sertões escusos e ilhas distantes onde palpita a bandeira e o coração português, deviam ser incumbidas, não a um velho publicista que tanta vez tem a impressão de falar sòzinho sem que ninguém o escute ou o ature, mas a uma bela e convincente máquina, bem nova, bem activa e bem teimosa, cuja voz entrasse pelos ouvidos dentro aos próprios que a não quisessem ouvir.

Ora essa máquina está inventada, e em pleno funcionamento invasivo, implacável, feroz. Chama-se Telefonia Sem Fio.

Essa, sim, que poderia enviar-vos, não apenas de mês a mês, mas minuto a minuto, Cartas de Lisboa tão depressa expedidas como saboreadas em Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Goa, Damão e Diu, Macau, Timor.

Segundo oiço, não virá longe o dia em que, tão felizes como nós—caracóis enroscados na casca metropolitana—podereis «ler» também antes do almôço o mesmo jornal que por aqui nos servem à hora do café com leite.

Quando isso vier, e por muito longe que vivais, por muito que vos julgueis sequestrados do mundo e da Pátria, por muito que vos separem de nós milhares de léguas de mato bravo ou água salgada, ai vos chegarão, com pontualidade e simultaneidade bem eléctrica, tôdas as cantorias e musicatas fanhosas, conferências roucas, notícias distribuidoras de amargos de bôca ou lesões cardíacas, fados choradi-i-i-inhos, e outras maravilhas que desta banda perturbam digestão e sono aos pobres que trabalham.

Mais tarde (e já não há-de faltar muito) podereis ver a figura da Metrópole, além de lhe ouvirdes a voz. Na Calunda, em Tete, em Dili, em Bunxivará e Pragaña-Nagar-Avelí, assim como nos confins onde o branco isolado chega a esquecer-se de que côr é o branco, podereis ver então a actividade imperial dos pretos de cá, exercida escrupulosamente nos cafés do Chiado, ou nos passeios da rua do Ouro e do Rossio.

E rir-vos heis com a piada fina que a «opinião-pública» de Lisboa (que não tem mais nada que fazer) inventa e faz girar a-propósito das coisas mais sérias; e ouvireis os nossos batuques de clorato de potassa, apreciando ao mesmo tempo as expressivas caras dos bombistas conscientes.

Assim se vos encherá de gente e de barulho civilizado o sertão ingénuo, onde viveis esquecidos por nòs; assim nos faremos lembrados aos que, para enganar as saüdades que de nós teem, não encontram à sua roda senão o rugido das feras e as cabriolas dos macacos.

Tudo isto e outras miudezas vos levará lá longe a T. S. F., minha sucessora presumptiva no cargo de correspondente da Metrópole. E, contudo, não vos levará verdade, nem justiça, nem consolação, nem vantagem, porque tal é o destino trágico da máquina, substituta do homem, e triunfante na capacidade de se desmoralizar ainda mais depressa do que êle.

O aeroplano, mal se tornou prático, logo serviu para matar gente; o cinema admirável, cheio de condições para educar até os analfabetos e os surdo-mudos, ensina aos homens principalmente a religião da fôrça, e o impudor às mulheres; a imprensa serve melhor os interêsses e egoísmos de alguns do que o bem de todos, dá mais importância aos crimes que às virtudes; e a difusão sonora já conseguiu aviltar a música, transformando-a em ruído parasitário e dá do mundo um retrato sem semelhança nem dignidade, porque é no silêncio fecundo, e não na barulheira infernal, que êle medita, e ama, e sofre, e produz, e progride.

Quando a ouvirdes, não vos deixeis iludir pela sua falsa mensagem e tende como certo que está aqui um povo que vos faz honra, pela paciência com que suporta a sua parte nas crises tremendas em que o género humano se debate, e, no silêncio resignado, aguarda com fé e esperança heróica a vinda de melhores dias.

Os débitos de Angola

Segundo um mapa elaborado nas estações oficiais competentes, as dívidas da Colónia de Angola, referidas a 31 de Dezembro de 1930, somavam 752 mil contos assim distribuídos: ao Tesouro da Metrópole, 600 mil; à Caixa Geral de Depósitos, 74 mil; dívida flutuante interna, 1.400; ao fundo de garantia e amortização, 15 mil; ao Banco de Angola, 5 mil; a outras entidades, 56 mil.

Foi igualmente publicado um outro mapa discriminativo das receitas totais das câmaras e comissões municipais daquela colónia, as quais, para o próximo ano económico, estão avaliadas em perto de 9 mil contos. Nelas figuram, em primeiro lugar, as câmaras municipais de Luanda e Benguela (incluindo Lobito) com 3 mil e 1.050 contos, respectivamente.

Das receitas das comissões municipais, a mais importante é a de Huambo (356 contos) e a de menor rendimento previsto é a de «Vila Gago Coutinho» (10 contos), na fronteira leste, região de Ganguelas e Ambuelas.

O problema das transferências de Angola

O sr. Ministro das Colónias, numa entrevista que concedeu á "Portugal Colonial" fala-nos do decreto que as regula.

Inaugura-se, emfim, uma Política Colonial digna dêste Império!

DR. ARMINDO MONTEIRO, MINISTRO DAS COLÓNIAS

O decreto 19.773 que regula o regime das transferências de Angola é, incontestàvelmente, depois do Acto Colonial, o diploma colonial mais notável que se tem publicado nos últimos vinte anos. Tenhamos a coragem de o afirmar contra todos aqueles que, do fundo de interesses próprios inferiores, ou nas encruzilhadas em que se tramam intrigas políticas, após uma leitura superficial, sem estudo, nem cultura, nem isenção que os recomende, se julgam já, neste momento, críticos definitivos e infalíveis.

Notável na sua técnica em que exuberantemente se revela, com método próprio, ordem sólida e firme desenvolvimento, uma competência profunda e clara — a que era digna do problema! Pela primeira vez, depois de muitos anos, vemos pôr em prática soluções naturalmente geradas e nascidas, isto é, deduzidas de estudos científicos e completos, rigorosos e profundos, dentro das boas regras, dos bons princípios. Pela primeira vez, desde que nos entendemos, saiem do Ministério das Colónias medidas cientificamente ajustadas aos problemas sem que nelas topemos leviandade, improvização, ignorância — ou cobardia!

Notável no seu alcance, excede em muito, um simples problema de transferências. É claro e pràticamente expressivo, em todo elê, o mandato imperativo duma política de unidade económica entre a Metrópole e a Colónia — uma das grandes directrizes da nossa política nacional.

Notável sobretudo pelo seu espírito nacionalista e desempoeirado, decidido e seguro, o decreto 19.773 é o documento duma política — a política dêste Império que durante tanto tempo só a teve em fórmulas vagas e lugares comuns.

O sr. dr. Armindo Monteiro corresponde assim às esperanças que todos depositámos na sua acção quando tomou posse da pasta das Colónias. A obra que está fazendo, a-pesar-de iniciada apenas, é mais que uma esperança — é uma garantia. É a obra que se impõe num grande país colonial, que nem por ter andado perdido ao sabor dos empurrões de improvisadores deixou de ter o direito e o dever de encontrar o rumo do seu Destino.

Uma conseqüência resulta já, dêstes curtos meses de gerência do actual Ministro das Colónias — a mesma que desde logo resultou da acção do sr. dr. Oliveira Salazar na pasta das Finanças: É que nunca mais será possível, com razoável aceitação do meio, prover a pasta das Colónias com um Ministro que não seja, pelo menos, competente, honesto e sincero.

O decreto 17.773 apareceu precedido dum relatório que é a demonstração mais exuberante do cuidado e do acêrto com que o Ministro legislou. Esse relatório, seja qual fôr o efeito do decreto, ficará, na história da nossa administração colonial, como o ponto de referência da inauguração duma política superiormente nacional e, no problema de Angola, como o primeiro estudo sério, conscencioso e profundo feito sôbre a sua vida financeira e económica. É completo e luminoso — sente-se ao lê-lo a leviandade e a falta de apoio científico de tantas medidas, sucessivamente experimentadas antes de exposto, estudado e assente o que êle conclui. Sente-se ainda que ninguêm mais terá a ousadia de encarar um pro-

blema sem o estudar com a ciência, a inteligência e o bom senso requeridos.

A publicação dêste decreto não é pois um acontecimento banal, que possa passar desapercebido entre a prosa macissa e oficial do *Diário do Govêrno*. Marca uma étape inconfundível de administração — precisa, por conseqüência, ser meditado, sentido e compreendido por quantos, sinceramente, têm o orgulho da sua raça e o amor das colónias — e ainda por todos os demais que sabem olhar com agudeza e vistas largas para as suas próprias conveniências.

Em Portugal, infelizmente, nem tôda a gente que andou nas escolas sabe ler—uns porque não *compreendem*, outros porque não lhes convem compreender. E neste fenómeno de *tresler* não se tiram, a maior parte das vezes, sob o ponto de vista prático que interessa à formação duma mentalidade nacional, superior, independente e activa, nem do que é solidamente bom nem do que é francamente mau, tôdas as conseqüências.

A *Portugal Colonial*, dentro do programa que se impôs, firmemente ligada à intenção expressa de defender e pugnar por uma grande idea colonial, alheia por princípio, por estrutura e por ideal a tôdas as ideologias torpes que nos enfraquecem e dividem, interessada na formação dum pensamento colonial capaz de ser património comum de todos os portugueses, quer contribuir, na medida das suas fôrças, não só para que o decreto 19.773 encontre a *opinião* de que é digno, mas também para que dêle resultem as conseqüências que podem auxiliar essa formação do pensamento colonial português. E abusando da gentileza com que o sr. Ministro das Colónias nos tem acolhido fomos procurá-lo uma vez mais e pedir-lhe sôbre as medidas que decretou a exposição simples — por assim dizer didática — que, fora das exigências oficiais e do rigor científico, pode ser acessível e clara para quantos nos leem: técnicos, não técnicos—portugueses enfim!

E o sr. dr. Armindo Monteiro concedeu, amàvelmente, a sua segunda entrevista à *Portugal Colonial*:

— Para se poder apreciar e compreender a política e a técnica seguidas é necessário não ter ilusões sôbre a situação de facto. Há que encará-la de frente e fazer da sua nitidez um ponto claro de partida. Todos os excessos de optimismo ou de pessimismo perante um exame superficial dessa situação apenas conduziriam a soluções aliatórias, embora, humanamente, pretendessem evitar o sacrifício fatal e necessário. Perante situações graves não compreendo outra atitude senão a que decididamente se toma, começando por querer ver claro e aceitar tal como se põe a realidade crua dos factos.

—¿Essa situação é muito grave?

—É grave apenas uma vez que julgo que tem remédio. Ora a situação de facto é esta: Verifica-se de longa data, verifica-se hoje por números consideráveis, um permanente desiquilíbrio da balança económica de Angola. Esse desiquilíbrio, por assim dizer tradicional, repercute-se fatalmente no preço da troca do dinheiro de Angola por dinheiro de outras unidades económicas — isto é, no *câmbio*. Esta fatalidade parece não ter sido considerada na nossa política ultramarina, porquanto umas vezes se tem procedido como se êsse câmbio não existisse, outras vezes se tem agido com o firme propósito de o esconder. Não era encarada a situação de facto. Ora todos os credores de Angola ou dos seus habitantes teem que fazer com todos os devedores dos mesmos, no interior, uma liquidação de créditos e débitos. Desta liquidação resulta, normalmente, o câmbio. Como Angola exporta maiores quantias do que as que tem a receber, acontece que, naturalmente, o câmbio tende a estabelecer-se em seu desfavor. E as trocas de Angola deveriam, por êsse facto, aparecer, ordinàriamente, oneradas com diferenças cambiais importantes, isto é, com o conjunto de elementos que formam a balança da oferta e da procura, salda contra a Colónia — numa palavra, com o angular reduzido à sua verdadeira capacidade de compra, visto que é, em última análise no valor do instrumento de troca que o desiquilíbrio da balança se vai reflectir.

— ¿E isso não tem sucedido?

— Tem sucedido mas não tem sido visível exactamente pelo motivo que há pouco referi: Procedia-se como se o câmbio não existisse ou com o nítido propósito de o esconder, recorrendo-se a meios artificiais para a manutenção do valor de paridade do angolar. A diferença cambial passava despercebida porque o Estado se interpunha entre os credores e os devedores, pagando-a. E assim, o contribuinte da Metrópole, visto que era com o dinheiro dêle que o Estado pagava, sacrificou entre 1926 e 1930, num total de 632.356 contos de transferências, 393.383 contos correspondentes ao *déficit* entre estas e as coberturas, para saldar as diferenças cambiais que o comércio, a agricultura, os empregados e funcionários de Angola deviam, normalmente, suportar. Não é justo nem a Metrópole poderia manter êste enorme sacrifício sem arriscar a segurança da sua própria moeda.

— No entanto, cremos que alguns meios se têm tentado para assegurar a paridade do angolar?

— Sim, alguns. Mas todos os meios empregados até hoje vieram a acabar no fornecimento de subsídios pela Metrópole, ou na paralização das transferências, quando os subsídios acabavam. O próprio esfôrço, aliás notável, realizado pelo coronel sr. Vicente Ferreira falhou por um excesso de optimismo: a situação de facto ainda desta vez não tinha sido encarada na sua crua realidade.

E o sr. dr. Armindo Monteiro conclue assim esta primeira parte — podemos dizê-lo — da sua lição, com uma pregunta:

— Em face desta situação, uma vez que a moeda angolana, na presente situação de desequilíbrio económico, só pode ser trocada por moeda exterior, desde que pague a esta o prémio correspondente à sua desvalorização, convêm que o Estado continue a cobrir tôdas as diferenças cambiais que a vida económica de Angola for abrindo, ou convirá adoptar uma política diversa e uma solução nova?

— Evidentemente tem que procurar-se uma solução nova. E essa solução?...

— Não pode ser senão a que se deduz do exame da situação de facto e do mecanismo que a produz, isto é, a solução pelo equilíbrio real da balança económica de Angola e pela boa adaptação das transferências às coberturas. A solução dada até agora é não só profundamente injusta, por obrigar a fazer pagar pelo contribuinte metropolitano as diferenças cambiais que resultam do desiquilíbrio económico de Angola, como também fértil em desastrosas conseqüências. Repare que três quintas partes da importação de Angola são de origem estrangeira. As co-

berturas que o Estado português tem dado servem para pagar as diferenças cambiais com que deviam ser onerados os produtos que as constituem. Muitos dêles podiam e deviam ser fornecidos pelo comércio e indústria nacionais. Desta maneira, contra o claro interêsse da nossa economia, essa política tem protegido a concorrência estrangeira contra a produção portuguesa. Nenhum país consentiria em seguir uma orientação destas. E nós também não podemos continuar a segui-la porque seria anti-patriótico — porque seria contra os interêsses do Império!

— E nem a própria Colónia lucraria com ela?

— Não, nem mesmo à Colónia essa política seria favorável — pelo contrário. Dá facilidades de evasão a capitais que ali se deveriam ou poderiam fixar. Uma paridade monetária que todos julgam sentir artificial, atrai as transferências, pelo receio de que depressa acabe—e os capitais preferem, por um natural movimento de defesa, acumular-se numa moeda que lhes parece forte a deixarem-se diminuir pela desvalorização se teimarem em fazer-se representar por uma moeda que o desequilíbrio económico de Angola ameaça constantemente no seu valor. A êste inconveniente junta-se outro: é que, dominando a fraqueza real da moeda, a paridade artificial que se mantem, atribue cá fora a essa moeda fraca o poder de compra duma outra mais forte, o que constitue um verdadeiro prémio à importação e, por conseqüência, mais um agente de desequilíbrio da balança económica. Mais salutar seria deixar o câmbio entregue a si próprio. Assim, ao menos, a reacção natural das coisas, tenderia a estabelecer um equilíbrio real das entradas e saídas de mercadorias e capitais.

O sr. Ministro das Colónias resume:

— Enfim, o objectivo que se tem procurado atingir com esta política de pagamento das diferenças cambiais pelo continente metropolitano, tem sido, ao que parece esconder essas diferenças, afastando da vida económica de Angola os seus efeitos. Ora, a solução não pode ser uma simples ocultação das diferenças cambiais mas a sua anulação, o seu desaparecimento de facto. Só por meio desta política podemos resolver o problema. Doutra forma estaremos sempre a braços com êle.

Preconizada assim a solução do problema — e duma forma irrespondível — preguntàmos:

— E a forma de alcançar essa solução, isto é, a técnica a seguir?

— A acção dum conjunto de medidas de efeito directo ou indirecto sôbre o equilíbrio balança económica da Colónia, ou sejam os elementos activos da política que preconizo.

— Podia V. Ex.ª descriminá-los?

— São os que o decreto refere. O aproveitamento da influência duma boa política de desconto, influência cuja importância é claramente demonstrada pela história e pela estatística. Verifica-se que as transferências tendem a acompanhar o desconto na sua alta, até o momento da crise, caindo quando a inflacção do crédito atinge o seu ponto culminante, para voltarem depois a subir. O desconto mal distribuído tende, por sua vez, a agravar o *déficit* comercial, quando se intensifica e, de certa maneira, na medida em que se intensifica. A chave do problema parece estar, assim, na distribuição do crédito. Tudo o que em matéria de desconto tender a dar facilidades que uma severa seleção de devedores não justifique só poderá arrastar efeitos desastrosos para a vida económica da Colónia. Os desregramentos do crédito são muito agradáveis a quem com êles julga beneficiar mas são sempre um mal para a economia colectiva...

— Não é fácil essa seleção.

— Muito difícil. Assim o legislador apenas pode manobrar dentro dum pequeno campo de acção no qual, todavia, tentei opôr uma barreira à inflacção do crédito. É preciso, contudo, que os bancos adoptem uma política paralela sendo rigorosos e severos na apreciação do desconto.

— Com essa medida conjugam-se outras, naturalmente?

— Decerto. A centralização das coberturas visando a boa distribuição dos créditos sôbre o exterior; a centralização do serviço de transferências e a sua regulamentação segundo a ordem de necessidade das mercadorias; o aproveitamento dos meios e fórmulas alfandegárias para a deminuição das transferências pela deminuição das importações supérfluas ou dispensáveis na actual situação económica de Angola; o levantamento de obstáculos à exportação dos capitais; o aproveitamento dos meios tributários, tais como direitos aduaneiros e pagamento de impostos, para promover a elevação das coberturas; finalmente, a divisão das coberturas em duas categorias — as do Govêrno e as dos particulares — reservando umas para os pagamentos do Govêrno no exterior e as outras para as transferências dos particulares—são tudo medidas destinadas a agir sôbre a balança económica para a equilibrar. A economia da colónia tem de ser organizada de modo a ser ela própria a obreira dum equilíbrio cambial, que não parece impossível de alcançar. De resto as medidas são postas em pratica com a prudência aconselhada por um estudo meticuloso pois é preciso que, sobretudo no que diz respeito à limitação das transferências às coberturas, essa limitação não perturbe a vida normal e o progresso da Colónia.

E o sr. dr. Armindo Monteiro acrescenta:

— Uma idea fundamental presidiu à política que com estas medidas se vai iniciar: a de resolver a situação da Colónia com os seus próprios recursos, sem um socorro financeiro da Metrópole que, além de ruinoso para esta e incomportável no momento presente pela Metrópole, seria ainda prejudicial à própria Colónia.

— ¿Que vantagens espera V. Ex.ª da aplicação destas medidas?

— As que naturalmente devem resultar do seu mecanismo. Em primeiro lugar o equilíbrio da balança económica de Angola com as suas naturais conseqüências, isto é, a segurança das transferências, a estabilização do valor da moeda e, sobretudo, a autonomia da vida económica de Angola que assim poderá, finalmente, dispensar para emprêgos úteis os subsídios metropolitanos. Depois, repare bem, naturalmente, automàticamente, é a reabilitação externa de Angola que teremos e o robustecimento do seu crédito, é a realização das únicas condições aceitáveis e seguras para a atracção e fixação de capitais, é a nacionalização da vida económica de Angola e, finalmente, a realização dêsse objectivo tão sadio e tão alto, tão digno do nosso Império — a integração das economias de Angola e da Metrópole como o mais sólido bloco da formação duma unidade imperial.

(Conclue na página 7)

O Instituto Colonial Internacional

e o seu 21.º Congresso realizado em Paris em Maio de 1931

por

LISBOA DE LIMA

Coronel de Engenharia
Antigo Ministro das Colónias
Professor catedrático da Escola Superior Colonial

A sede do Instituto Colonial Internacional é em Bruxelas; mas os seus congressos que, em regra, se realizam de 2 em 2 anos, têm tido logar em várias cidades fora da Bélgica.

O de 1927 realizou-se em Haya, o de 1929 em Bruxelas e o do corrente ano de 1931 em Paris, nos primeiros dias do mês de Maio, coincidindo assim com a abertura oficial da Exposição Colonial Internacional, inaugurada na capital de França a 6 de Maio.

É importantíssima a função do Instituto; e as suas valiosas publicações são preciosos elementos para os que se dedicam ao estudo das questões coloniais, e até para orientação da acção colonial das diversas Nações com colónias.

Nos congressos do Instituto são sempre tratados, com grande elevação e profundos conhecimentos, os mais importantes problemas coloniais.

Para bem se compreender o que é o Instituto Colonial Internacional transcrevemos o que no *Journal des Débats* escreveu há pouco o Sr. André Géraud, e que o Sr. Jorge Guerner reproduziu numa correspondência de Paris para o *Diário de Notícias*, publicada por êste jornal no seu número de 16 de Maio do corrente ano.

. . . . . .

"Sabe-se que êste Instituto reúne os homens mais representativos das potências coloniais, (Inglaterra, França, Holanda, Bélgica, Espanha, Portugal e Itália): ministros, altos funcionários, soldados, missionários, colonos, comerciantes, industriais e escritores„.

"Publica uma biblioteca colonial de valor incomparável para o estudo do que se realiza além-mar; o último trabalho publicado nessa biblioteca é um "Anuário de Documentação Colonial Comparada„, no qual são metòdicamente recolhidos, analizados, interpretados, todos os textos legislativos e administrativos exprimindo o pensamento colonial em acção. Enfim, discussões periódicas promovidas pelo Instituto permitem às concepções novas manifestar-se, e à crítica exercer-se. Nesse cadinho, a política das potências coloniais forma-se pouco a pouco. Êste ano, três assuntos foram inscritos na ordem do dia: o ensino indígena, a manutenção dos costumes indígenas e a repartição das actividades económicas entre as colónias e as suas metrópoles„.

. . . . . .

Em artigo de fundo, o *Diário de Notícias* publicava há dias uma entrevista com o Ex.mo Sr. Conde de Penha Garcia, sócio há 22 anos do Instituto Colonial Internacional, entrevista de que destacamos os seguintes períodos.

. . . . . .

"É preciso não esquecer que o Instituto é composto por um número, que não pode exceder duzentos, dos mais notáveis colonialistas do mundo. Há nêle antigos presidentes do Conselho, antigos ministros das Colónias e dos Estrangeiros, embaixadores, diplomatas, governadores e altos funcionários, professores, missionários, publicistas, engenheiros, etc. Como se vê, uma decisão de uma assemblea assim composta, por tão qualificados representantes de todos os países coloniais, tem, na verdade, um alto significado„.

"O Instituto já tem trinta e sete anos de existência, pois foi fundado em 1894 por *lord* Reay, Léon Say, antigo ministro das Finanças de França; Franssen, antigo ministro das Colónias da Holanda; Jansen, antigo governador geral do Congo, e outros„.

. . . . . .

"Os fins principais dessa agremiação são: promover e facilitar os estudos de administração colonial comparada, criar relações entre os mais distintos coloniais dos diversos países, organizar um centro internacional de informações coloniais, publicar monografias, anuários, colecções de legislação, etc.„.

. . . . . .

"A obra do Instituto tem sido magnífica„.

"Em vinte e uma reúniões, se tem discutido com proficiência alguns dos mais complexos problemas da colonização. O número de monografias publicadas sôbre estudos coloniais é muito considerável e a "Biblioteca Colonial„ e o "Anuário de Legislação Colonial Comparada„, publicados pelo Instituto, são hoje indispensáveis a tôdas as administrações coloniais„.

"O centro de informações coloniais existe na sede do Instituto, em Bruxelas. Onde, porêm, a acção do Instituto se tem revelado mais fecunda ainda, é no estreitamento de relações entre os colonialistas dos diversos países coloniais. Se a solidariedade entre os países coloniais tem feito alguns progressos nos últimos tempos, isso se deve, em grande parte, à acção discreta desta instituição. De resto, os altos serviços prestados pelo Instituto têm sido reconhecidos pelos governos dos países coloniais, que quási todos o subsidiam ou tomam um grande número de assinaturas das suas publicações„.

. . . . . .

As questões que figuravam em ordem do dia para as sessões do recente congresso em Paris eram as seguintes, tôdas da mais alta importância:

1.º — O ensino a ministrar aos indígenas.

2.º — O respeito pelos costumes indígenas.

3.º — A divisão das actividades económicas entre as colónias e as suas metrópoles.

O *bureau* que dirige permanentemente os trabalhos do Instituto, e que tem a sua sede em Bruxelas, dá a conhecer, a todos os seus associados, os assuntos a tratar em cada congresso, muito antes da data para êste fixada, para que todos quantos queiram elaborar relatórios ou téses sôbre algum ou alguns de tais assuntos o possam fazer, enviando os seus trabalhos ao *bureau* dirigente, para êste os mandar imprimir e distribuir por todos os associados antes das sessões.

No recente congresso foram submetidos para discussão trabalhos importantes dos seguintes relatores:

1.º — Ensino a ministrar aos indígenas

Relator Geral:

Sr. *O. Louwers*, Secretário Geral do "Instituto Colonial Internacional.

Relatores:

Srs. *De Jongfie*, Director Geral do "Ministério das Colónias„ (relatório àcêrca do Congo Belga)

Gourdon, Inspector Geral honorário de ensino na "Indo-China„ (relatório àcêrca da Indo-China)

Hardy, Director da "Escola Superior Colonial de Paris„ (relatório àcêrca das colónias francesas, com exclusão da Indo-China)

— *Micacchi*, Chefe dos "Serviços Arqueólogos e Escolares do Ministério das Colónias em Itália„ (relatório àcêrca das colónias italianas)

— *Conde de Penha Garcia*, antigo presidente da "Câmara dos Deputados„, membro da Comissão dos Mandatos, director da "Sociedade de Geografia de Lisboa„ e da "Escola Superior Colonial„ (relatório àcêrca das colónias portuguesas)

— *H. Vischer*, Secretário Geral do "Instituto Internacional para o Estudo das Línguas e das Civilizações Africanas„ (relatório àcêrca das colónias britânicas)

— *Winkler*, funcionário do "Ministério das Colónias da Holanda„ (relatório àcêrca das colónias néerlandaises)

A primeira parte dêste relatório foi redigida por M. Hardeman, director da Instrução em Batávia.

2.º — Respeito pelos costumes indígenas

Relatores:

Srs. *Labouret*, professor da "Escola de Línguas Orientais„, Paris (relatório àcêrca das colónias francesas)

— *Lopo Vaz de Sampaio e Mello*, professor da "Escola Superior Colonial„ Lisboa, (relatório àcêrca das colónias portuguesas)

— Major *Ruxton*, governador honorário da "Nigeria do Sul„ (relatório àcêrca da Nigeria)

— Dr. *José de Penha Garcia*, secretário da Comissão de Protecção aos Indígenas, relatório àcêrca das colónias portuguesas).

3.º — Divisão das actividades económicas entre as Colónias e as suas Metrópoles

Relatores:

— Srs. *Coatman*, professor da "London School of Economics (relatório interessando à Inglaterra)

— *Conggrijp*, professor da "Universidade de Amsterdam„ (relatório interessando à Holanda)

— Coronel *Lisboa de Lima*, antigo "Ministro das Colónias„ de Portugal, professor da "Escola Superior Colonial„ de Lisboa (relatório interessando às colónias portuguesas)

— *M. de Neveu*, director geral da "União Colonial Francesa„ (relatório interessando à França)

Foram 4 os dias ocupados pelo Congresso na apreciação e discussão dos trabalhos acima referidos.

A secção inaugural realizou-se na sede do Instituto de França; as demais sessões tiveram logar na sede da Union Coloniale Française.

A sessão de encerramento realizou-se em Chantilly, em seguida à visita feita pelos congressistas ao precioso Museu de Chantilly (Museu Condée) e à abadia de Chaalis e respectivo Museu.

Nessa sessão de encerramento, e sob a presidência de Mr. François Marsal, antigo ministro da França, e presidente do Instituto Colonial Internacional durante os dois últimos anos, foi votado por unanimidade presidente do Instituto para o período de 1931 a 1933 o Sr. Conde de Penha Garcia, alta personalidade entre as *élites* portuguesas, e gosando de imenso prestígio entre as *élites* estrangeiras especialmente nos meios coloniais, onde tem prestado assinalados serviços a Portugal.

Na mesma sessão de encerramento foi votado, também por unanimidade, que a próxima reúnião do Congresso, a realizar em 1933, tenha logar em Lisboa, resolução essa da mais alta importância para Portugal.

Não podemos deixar de nos referir à forma cativante como diversas entidades oficiais, e os membros franceses do Instituto Colonial Internacional, receberam os congressistas e acompanharam os trabalhos do Congresso.

A começar por Sua Ex.ª o Sr. Presidente da República Francesa que se dignou dar no Eliseu uma recepção especial aos congressistas, e Sua Ex.ª o Sr. Ministro das Colónias, Paul Raynaud e Madame Paul Raynaud, que ofereceram a alguns congressistas estrangeiros e a suas famílias, um almoço no recinto da Exposição Colonial Internacional, convites individuais receberam todos os congressistas estrangeiros para almoços oferecidos pelos membros franceses do Instituto; e um grande banquete foi dado em sua honra, e sob a presidência de Mr. François Marsal, banquete a que assistiram muitas senhoras das famílias dos congressistas e vários membros do Govêrno Francês, e em que foram pronunciados notáveis discursos sôbre a obra colonial nas nações representadas no Congresso.

Tiveram os congressistas a honra de assistir à inauguração, por Sua Ex.ª o Sr. Presidente da República, da Exposição Colonial Internacional no parque de Vincennes, acto solene para que foram convidados, e que lhes permitiu verificar a grandiosidade do interessante certamen colonial, que a França oferece, na sua capital, à contemplação do Mundo, certamen a que em próximo artigo faremos mais larga referência.

Lisboa, 27 de Maio de 1931

Um congresso em Itália

Realizou-se em Florença em Abril último o primeiro Congresso Colonial organizado pelo Instituto Colonial fascista e pelo Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas.

Neste Congresso, a que assistiram as individualidades políticas e científicas de mais evidência nos meios coloniais italianos, fizeram-se representar também o Secretariado da Sociedade das Nações e o B. I. T.

O problema das transferências de Angola

(Conclusão da página 5)

O sr. Ministro das Colónias tinha dito o necessário e a entrevista estava concluída. Depois desta magnífica lição de bom senso, de clareza e sentimento das realidades sentimos que, de facto, uma atmosfera nova vai envolver as cousas coloniais e conduzi-las para o resurgimento que as elevará à altura e à dignidade do nosso Passado. Com êste espírito novo, apoiado numa política de verdade e de coragem, depressa esquecerão os processos senis, caducos, habilidosos, duma administração comodista sem talento nem desinteresse. E só o futuro dará um dia—porque o presente é sempre apaixonado, injusto e leviano — a esta fase da administração nacional, que dentro dum mês nos estabilizou a moeda da Metrópole e nos desanuviou o futuro de Angola, o alto lugar que por direito lhe pertence na História dos últimos cem anos.

Mas enquanto êsse dia não chega um voto se pode já formular: Assim se opére nas almas portuguesas a metamorfose que nas cousas se está observando!

HENRIQUE GALVÃO.

Página literária

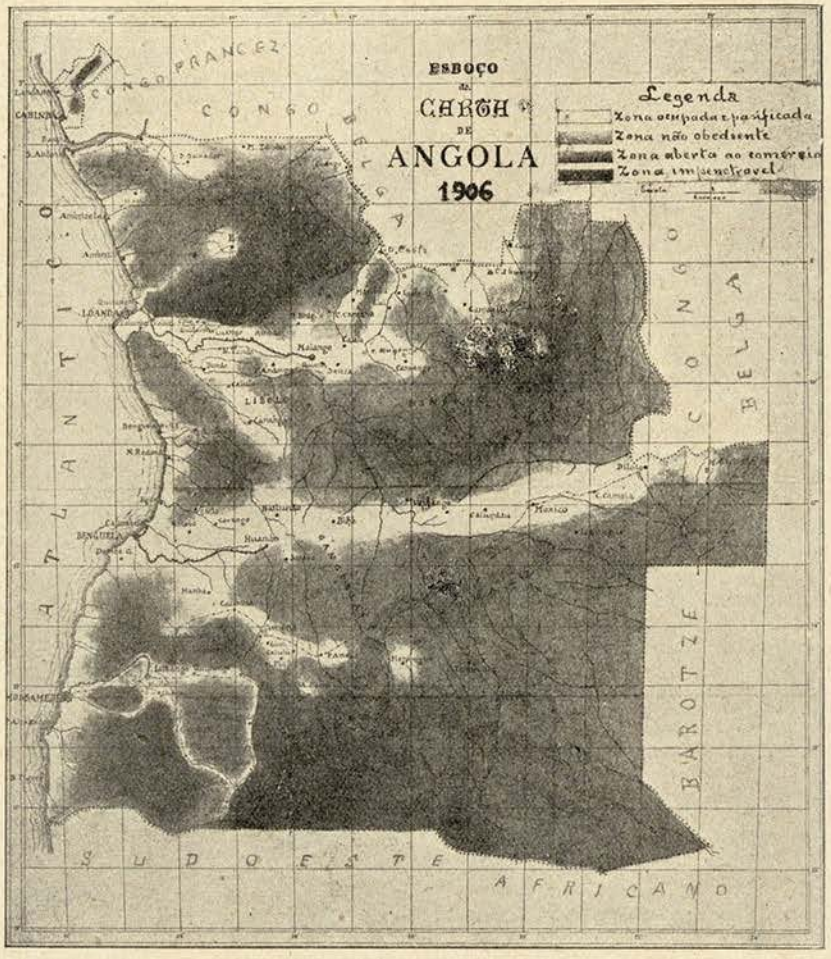
DO LIVRO

"História do Nosso Tempo"

de *Henrique Galvão*

transcreve-se o capítulo

A Tomada do Cazoangongo



O estado de ocupação de Angola em 1906 quando João de Almeida foi para a Colónia

NÃO há nada mais complicado do que arrancar informações aos pretos quando estes não as querem dar. Todos os esforços, astúcias e violências, esbarram sistemàticamente com olhares inexpressivos e palavras onde imediatamente se adivinha a mentira.

Por mais que João de Almeida instigasse os homens da Delegação não houve maneira de conseguir que êles indicassem o caminho para o Cazoangongo.

Que não sabiam nem sequer a direcção!

Iniciaram pois a marcha no dia 20, sem rumo seguro, apenas orientados por probabilidades e deduções, cuja lógica era natural que falhasse, pelo caminho que lhes parecia mais próprio.

Pouco tempo depois, numa lavra onde surpreenderam um grupo de pretos, aprisionaram uma mulher que lhes indicou uma vereda que, segundo constava, porque ela não o sabia ao certo, ia ter ao Cazoangongo.

Investiram pelo caminho indicado e marcharam durante algum tempo por uma encosta escalavrada e dura, eriçada de arbustos e pedras, até que esbarraram num enorme bloco de rocha que parecia vedar a passagem.

Mas aquela tropa já não estranhava dificuldades.

Contornou o grande macisso, em tais condições de aspereza e agressividade que uma das muares, que não foi possível agüentar na subida — tal era o declive! — caíu para traz e despenhou-se no precipício.

Subindo ainda a outra encosta, separada da primeira por negro e trágico vale de paredes alcantiladas, avistaram na frente, a uma distância de cêrca de dois quilómetros em linha recta, uma *sanzala* — a *banza* enfim! — e, a pequena distância, sôbre umas fragas destranbelhadas que imergiam do arvoredo, como recifes nas proximidades da costa, um grupo de pretos em observação.

Sem guia, tateando o terreno e confiando um pouco na sorte, tinham conseguido iludir o adversário e chegavam sem que êle os surpreendesse.

Um pelotão da guarda avançada, rastejando, passou para a frente da crista rochosa e cortante do cabeço, onde também a peça transportada a braço, foi tomar posição.

Quási ao mesmo tempo, o pelotão descarregou sôbre o gentio do outeiro mais próximo e a peça disparou sôbre a *sanzala*.

Fazendo enorme berraria, os observadores desapareceram como se o mar de verdura os tivesse tragado. A peça disparou mais dois tiros sôbre a *banza*, cujo efeito não foi possível verificar imediatamente.

João de Almeida mandou então avançar tôda a coluna sôbre a *banza*, travando o primeiro combate contra as defesas naturais dum terreno agreste hàbilmente aproveitado e tenazmente defendido. Por entre o arvoredo espesso surgiu-lhes, de repente, uma ravina escancarada a grande profundidade que do alto da crista aparecia mascarada pelo arvoredo e desapercebida.

O terreno que de longe parecia uma encosta contínua era ravinado como o fundo de certos mares e apresentava três dobras, bastante pronunciadas, formando difíceis degraus. Logo na primeira depressão de terreno encontraram o caminho fechado por extensos abatizes, árvores derrubadas e enleadas com cordas de trepadeiras, por detraz das quais o inimigo rompeu o fogo quási à queima roupa.

Ninguém pensou em afastar os obstáculos nem em deter-se perante o tiroteio. Todo o pessoal militar da coluna arrancava com um entusiasmo imparável. A guarda avançada furou pelo mato, rastejou. Seguiram-se os sapadores e os soldados, abrindo sem parar, caminho para a peça.

Vencido êste primeiro obstáculo defrontaram com outra encosta completamente atravancada por abatizes.

Ninguém pára! Rompe-se sempre, respondendo encarniçadamente ao fogo do inimigo. A actividade e o ardor são febris, en-

demoninhados. João de Almeida, electrisa-os com o exemplo e tôda a casta de incitamentos.

Mais adeante, avistam, a cêrca de tresentos metros, as primeiras *cubatas* da grande *sanzala*. Todos param um momento a tomar fôlego para o arranco final. Também aquela última encosta, que ainda faltava vencer, estava bem fechada. Era o último reduto do formidável campo entrincheirado que estavam a galgar. O gentio tinha-se concentrado todo ali e redobrava a intensidade do fogo. Tentava o último e desesperado esfôrço para a defesa do seu logar sagrado.

Mas a vaga de assalto é irreprimível. O avanço faz-se através do mato, por um e outro lado, com a linha de ataque devidamente apoiada, até à orla da *sanzala*.

O estado de ocupação de Angola em 1910 quando João de Almeida foi exonerado

Quando julgou tudo preparado, João de Almeida, pôs-se à frente da guarda avançada e à sua voz de comando todos caíram à baioneta sôbre a *sanzala*. As *cubatas* mais afastadas e as que formavam a orla exterior da povoação, apareceram envoltas em chamas. Por entre as labaredas, como demónios fantásticos, trágicos no seu aspecto, os pretos faziam ainda um fogo infernal, defendendo palmo a palmo o seu senhorio. Há freqüentes combates corpo a corpo; mas a carga é irresistível e nada lhe consegue deter o impulso. Negros, alucinados, sublimes, rotos electrizados, os soldados atravessam a povoação incandescente e só param na orla da floresta.

Os outros pelotões chegam por sua vez e também êles carregam pelos flancos. A peça, colocada a braço, vai ocupar o seu lugar de houra. Tôda a povoação está ocupada. A *banza* de Santo António de Lisboa deixou de pertencer aos rebeldes!

O gentio não se conforma com a derrota. Do mato em que se emboscou ataca ainda com fogo vivíssimo e tenta um retorno ofensivo pelo oeste. Combate-se ainda ferozmente. O calor é infernal e aumentado consideràvelmente pelo incêndio que o inimigo lançou antes de abandonar a *sanzala*.

Por fim o tiroteio esmorece um pouco.

A coluna dos Dembos tinha alcançado o seu objectivo. Eram precisamente duas horas e meia tarde.

O momento era de tão grande solenidade que, desde o Comandante ao último dos móveis, cada um na forma da sua expressão, todos sentiam profundamente uma grande alegria e uma grande comoção.

Negros pelos fumos da pólvora e pela acção química do sol, esbrazeados pelo calor do incêndio, esfalfados de fadiga, rôtos, miseráveis, devastados pela doença e pelas inclemências de tão duro esfôrço — uns ensangüentados por ferimentos recentes, outros arrazados e vazios de qualquer possibilidade física — ao mesmo tempo hediondos e sublimes, riam, choravam, cantavam. Só êles, e só nesse momento, sentiram em plena verdade e plena justiça todo o valor e todo o alcance da vitória.

A sua alegria, a rude comoção que lhes afogava as gargantas era a sua recompensa — recompensa extraída ainda de dentro deles próprios, pois de mais ninguém a podiam esperar, tão alta e tão justa!

O scenário era inteiramente digno da scena. Para lá da orla da *sanzala* soavam ainda os últimos tiros do gentio. Por detraz da coluna, ardia em crepitante fogueira a *banza* inexpugnável.

João de Almeida mandou subir um soldado a uma grande árvore que se levantava mesmo em frente da *cubata* do Dembo e que o incêndio desta alcançava de quando em quando com uma labareda mais atrevida, e colocar lá no alto uma adriça. Depois o corneteiro tocou a sentido, a voz comovida dum oficial bradou:

— Continência à bandeira! Braço armas! Apresentar armas!

As cornetas tocam o sinal de continência, os tambores rufam, a peça salva com tiros reais sôbre o inimigo e, deante da tropa imóvel, enquanto em todos os olhos luziam lágrimas irreprimíveis, a bandeira das quinas subia lentamente, altiva, orgulhosa, até ao topo da adriça.

E alta como ela, dominando o grande mar de cabeços, a floresta infinita, os vales selvagens ecoando os sons bélicos, atingia o cume da glória a expedição aos Dembos!

E ninguém mais a havia de ver e sentir tão pura e tão alevantada.

Tinha sido pesado o preço da vitória. Muitos tinham-no pago com a vida, muitos outros iam-no pagar, a praso curto, pelo mesmo preço — alguns até sem tempo bastante para morrerem entre os seus — e todos, sem excepção, a pagaram também, em duros sacrifícios, esforços sobrehumanos e ruínas orgânicas de que nunca mais se haviam de recompôr.

Na campanha dos Dembos tudo tinha sido difícil e penoso!

Marchas enormes e fatigantes, eriçadas de todos os obstáculos, através de regiões desconhecidas, a transpôr, ora terrenos áridos e sedentos, ora florestas exuberantes em montanhas inacessíveis. Não encontraram clareira ou planura que não os asfixiasse em altos capins, nem bisparam nesga de céu ou pedaço de horizonte que não fôsse entrevisto entre teias emaranhadas de ramos, Marcharam sempre, abafados por densos vegetais, como mineiros nas galerias duma mina, a ter que perfurar o caminho que haviam de trilhar, ora encaixados no fundo de negros vales ora trepando angustiosamente por ravinas agrestes. Tudo tinha conspirado contra a coluna: A fadiga, a sêde, a fome, o fogo, o incêncio, o inimigo, as emboscadas.

Em compensação tudo favorecia o gentio que, protegido pelas asperezas do terreno, em bandos destrambelhados, os fusilava quási à queima roupa, para desaparecer ao mais leve esbôço de perseguição pelos atalhos e caminhos dum labirinto que só êle conhecia.

O inimigo tinha informações completas sôbre o que se passava na coluna; espiava-a, seguia-a a bom recato, sabia onde devia atacá-la e onde era conveniente evitá-la.

A coluna, sem guias nem informações precisas, marchava nas trevas e nem sequer os maiores obstáculos podia evitar.

O resultado era de facto comovente.

E João de Almeida — que os seus inimigos lho perdôem! — foi, mais do que ninguém o seu autor.

E' êle que organiza a expedição nas circunstâncias mais precárias — com tropa de refugo, material mal amanhado e escasso em número; é êle quem a comanda e prevê a tôdas as necessidades; é êle que domina com a sua vontade férrea nos momentos em

(Conclue na pág. 20)

Ainda o decreto que regula as transferências de Angola

Algumas entrevistas e impressões ràpidamente colhidas

A importância que reveste a publicação do decreto que regula as transferências de Angola levou-nos a procurar algumas individualidades em destaque nos meios coloniais e financeiros, junto dos quais pretendemos colher opiniões, e a compilar as impressões que ràpidamente correram.

Infelizmente, dada a escassez do tempo que mediou entre a publicação do decreto e a dêste número da «Portugal Colonial» nem tôdas as pessoas que procurámos se encontravam já habilitadas a emitir uma opinião. Outras porêm a quem o assunto logo interessou ou que desde logo dispuzeram do tempo para o estudar, não puzeram quaisquer dúvidas em dizer o que pensavam. Publicando hoje as impressões destas, colhidas em rápidas entrevistas, reservaremos para o próximo número as daquelas que ainda não puderam estudar o decreto.

E assim disseram:

O sr. dr. Francisco Leite Duarte, Vice-Governador do Banco de Angola e antigo Administrador da Companhia de Moçambique:

—*O decreto n.º 19773 foi publicado sob a denominação de* Decreto regulador do regimen das transferências de Angola; *mas o alcance das suas disposições que visaram tôda a economia da Colónia, tanto na ordem interna como na esfera das suas relações exteriores, transcende, em muito, a modéstia daquela designação oficial.*

Ao passo que, pela primeira vez em tôda a sua amplidão, a terapêutica ataca o mal antigo das transferências na sua própria essência—isto é, promovendo-se o equilíbrio da balança de pagamentos de Angola—paralelamente, atende-se, com são critério português, aos interêsses, tantas vezes desprezados, da produção nacional e do comércio explorador da Metrópole. Assim, a questão das transferências, posta a claro com notável desassombro, é defrontada fora do critério apoucado dos que nela veem uma simples questão bancária e entregue à meditação de todos os portugueses como um dos dados capitais da política do nosso Império.

Assentes as regras da nova política, o legislador poderá, eventualmente, graduar a sua aplicação sem atingir o seu espírito salutar, conforme variarem as circunstâncias, quer modificando a percentagem de cambiais que os exportadores de Angola são obrigados a entregar ao Fundo Cambial, quer modificando a ordem estabelecida para a distribuição das transferências ou, finalmente, de harmonia com a posição de equilíbrio da balança económica, corrigindo as regras do regimen aduaneiro que a lei veio estabelecer.

São os nossos votos que, pela resolução da crise mundial e pelo aproveitamento das grandes riquezas da Colónia e das raras qualidades de patriotismo dos portugueses de Angola, atingido aquele equilíbrio, não careça a economia angolana da acção orientadora da lei.

Desnecessária aquela, ficaria de pé o relatório que a antecede para lição de todos os que vierem a estudar as origens, os recursos e a finalidade da acção portuguesa em Angola e como documento, infelizmente raro, de cultura, de energia e de dedicação pela sorte da mais portuguesa das Colónias portuguesas.

Eis o que, em breves palavras, a título pessoal, deixo registado na Portugal Colonial *acêrca do decreto n.º 19773.*

O brigadeiro sr. João de Almeida, sem dúvida o mais representativo dos nossos coloniais:

—A solução dada pelo sr. Ministro das Colónias ao problema das transferências é daquelas que se metem pelos olhos dentro. O decreto é a dedução natural e irrespondível dum estudo em que há tanta profundidade como clareza—estudo que tem história, que tem crítica e que tem conclusões. O que nesse decreto mais me interessou foi o facto de êle ir muito além dum problema de transferências, transformando-se num diploma fundamental de nacionalismo económico, de que Angola — e com ela tôdas as demais províncias ultramarinas—urgentemente precisavam. Vejo realizada nesse decreto, em grande parte, uma idea pela qual sempre tenho pugnado—a duma íntima coordenação entre a economia das colónias e a metropolitana. Pode ser que exija sacrifícios — exige-os de facto — mas êsses sacrifícios têm, não só o aspecto necessário duma expiação de erros passados, mas também, e sobretudo, um alcance social de grande relêvo: restauram boas regras que se tinham esquecido e conduzem as fôrças vivas de Angola para uma ligação mais íntima e, por conseqüência, mais inteligente e produtiva. Os sacrifícios nunca são agradáveis mas aqueles mesmo que hoje os tiverem como pesados reconhecerão amanhã quantas vantagens dêles vão resultar.

O sr. dr. Francisco Vieira Machado, Administrador do Banco Nacional Ultramarino, que é também um ilustre economista:

— O estudo que o sr. dr. Armindo Monteiro acaba de publicar como relatório do decreto àcêrca do problema das transferências de Angola é o trabalho revelador de mais qualidades de investigação e de saber que, de meu conhecimento, tem sido produzido por um Ministro das Colónias de 1910 para cá. A soma de conhecimentos revelada, a lógica de raciocínio e a clareza da exposição são verdadeiramente admiráveis. Quem mais tarde se ocupar de Angola tem, forçosamente, que deter-se neste trabalho e o sr. dr. Armindo Monteiro ligou o seu nome a uma obra que não pode esquecer—porque é das que ficam! Pessoalmente nem sempre estou de acôrdo com tôdas as apreciações do relatório; isso não impede que preste as mais rendidas homenagens a um trabalho que, depois de no Ministério das Colónias terem passado tantos ministros que não são Ninguem — revela Alguêm!

Quanto à parte dispositiva do decreto espero confiadamente que ela surta o efeito que todos os portugueses têm o dever de desejar. Impõe, por ventura sacrifícios — mas êles são um mínimo indispensável à resolução dum grande problema de que dependem os mais altos interesses nacionais.

O sr. José Chagas Roquete, comercialista dos mais ilustres do antigo Instituto Superior do Comércio, hoje incorporado na Universidade Técnica:

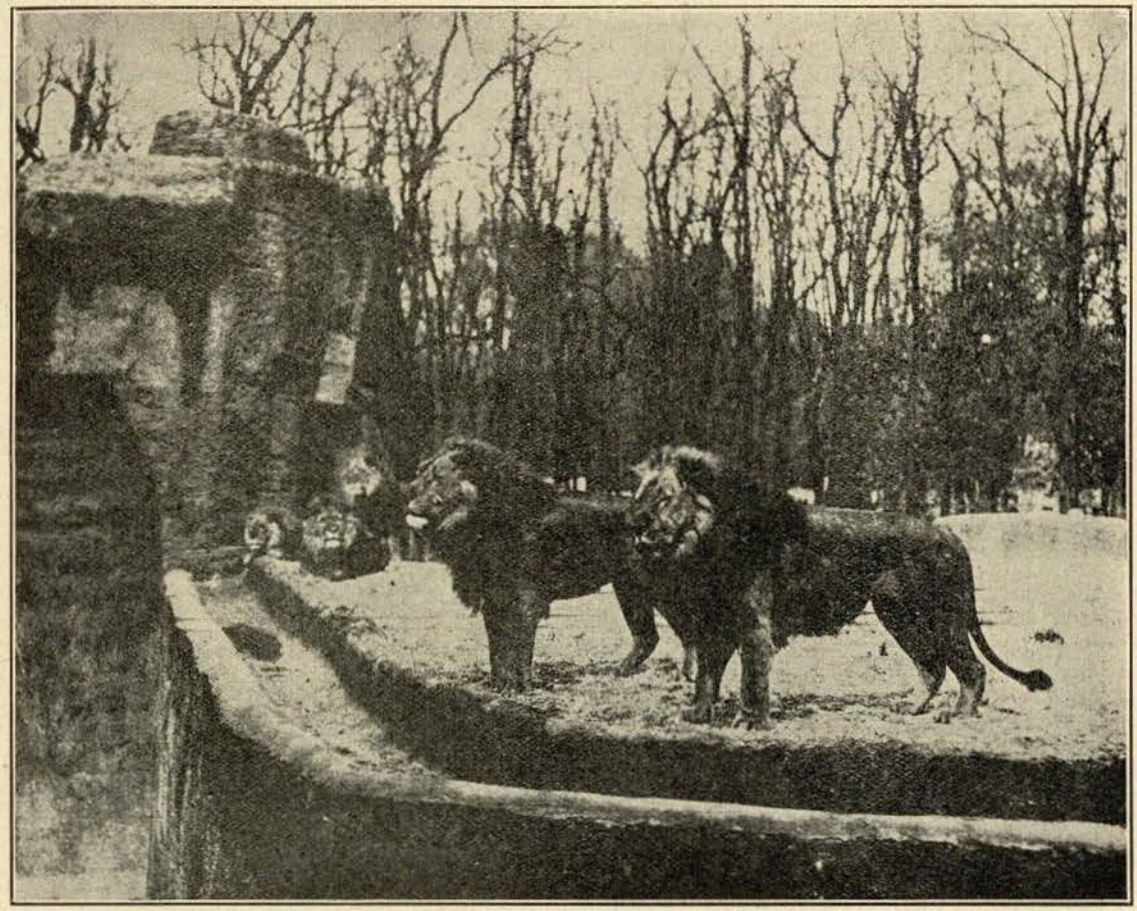
—A publicação do decreto n.º 19.771, precedida do seu extenso e bem elaborado relatório, marca na administração colonial e, muito especialmente, na administração da Província de Angola.

O problema económico da nossa mais rica e mal explorada província colonial, ficou exposto com estudo, saber e isenção, tão grandes, que anos decorrerão em que êste trabalho será consultado, não só pelos legisladores, mas ainda por todos aqueles a quem o património de além-mar interessa, integrado como está na nacionalidade portuguesa.

Estudo completo da economia da Província, desde o período da escravatura até ao período de convulsões criado pela grande guerra. Desde a feitoria até à granja, desde a agricultura rudimentar até à colonização insipiente e até à formação duma grande colónia.

Os sacrifícios da Metrópole estão ali tão patentes

Exposição Colonial de Paris



Os leões em liberdade no Jardim Zoológico da Exposição

como o esfôrço resignado, se bem que nem sempre bem orientado, dos colonos.

Angola está doente, o mundo está muito doente, mas o estudo dos males que afligem Angola e das suas causas, ali estão patentes nesse trabalho, que honra o Ministro e demonstra como a competência e o desejo de bem servir, não são valores perdidos em Portugal.

Diagnosticada a doença, resta a terapêutica: o decreto pròpriamente dito.

Duma maneira muito geral, pelo acolhimento que lhe foi feito, e de que são testemunho as felicitações enviadas ao Sr. Ministro das Colónias, o decreto foi bem compreendido pela indústria nacional e pelos que mourejam na Colónia.

É possível que num ou noutro ponto o decreto tenha que sofrer alterações. Como trabalho de tão largo fôlego, empregado em especialidade tão ingrata como é o estudo da economia das pautas, um dos fulcros sôbre que reage a acção reorganizadora da Província, necessitará de ser sancionado pela prática e, possìvelmente, haverá necessidade de corrigir as arestas, sub-dividindo artigos pautais, não alterando a economia do decreto nem a patriótica orientação nêle bem expressa.

Seja, porêm, como for, o decreto ficará de pé como obra de saber e honestidade e merecerá de todos a consideração e respeito.

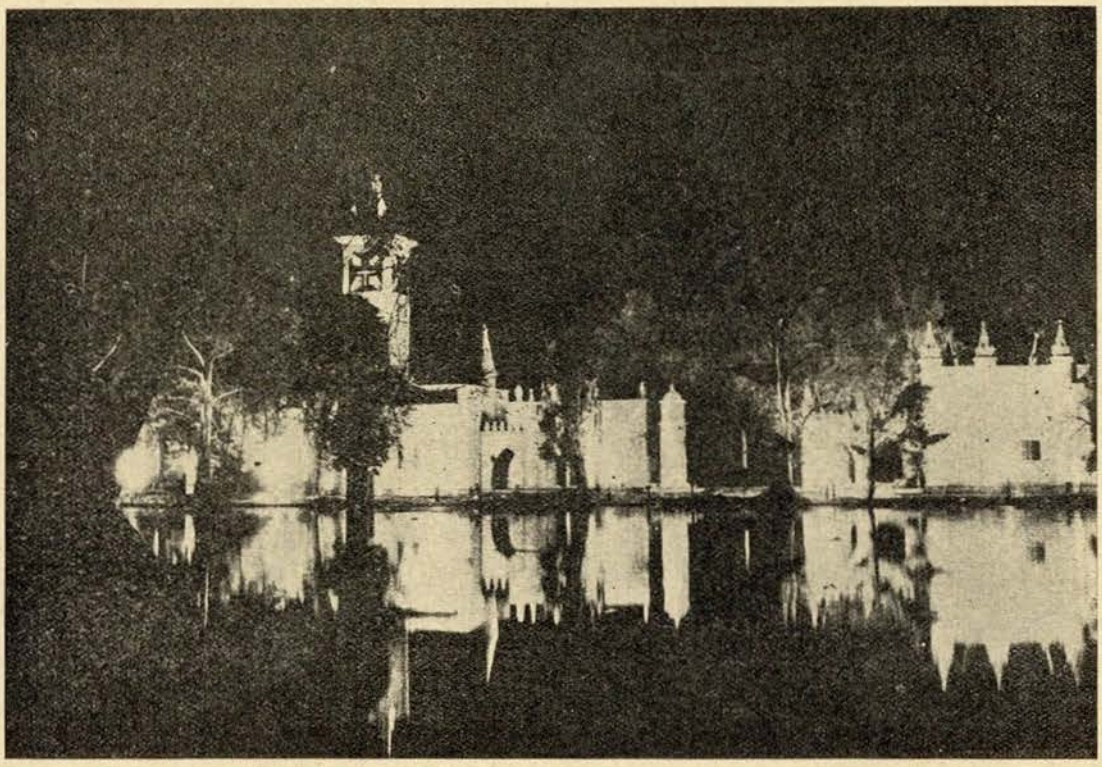
O sr. Abílio do Rêgo, antigo administrador do Cassequel e da Companhia Agrícola da Ganda, comerciante e grande exportador colonial:

— O relatório que precede o decreto n.º 19.773 sôbre o novo regimen das transferências em Angola, publicado pelo Ministério das Colónias, é o trabalho mais perfeito e mais completo que conheço em assunto de tal matéria. Há que destacar nele, além do mais, a verdade e a clareza na exposição e a coragem com que se apresenta o problema procurando-se enfrentá-lo e atacá-lo na sua origem.

O decreto é francamente nacionalista e, sôbre êsse aspecto merece o apoio de todos os que se interessam pelas cousas coloniais.

Achamos, porém, que nalgumas providências se foi talvez longe de mais. Julgo que uma vez postas em prática as medidas restritivas de desconto agora decretadas, e com as quais estou de perfeito acôrdo, com a obrigatoriedade da venda de moedas e títulos estrangeiros ao Banco emissor e com a entrega de 25 % em cambiais sôbre tôda a exportação, o Banco, seis meses depois, não tinha a quem vender o excesso de coberturas. Contudo, aceitemos que se devia pecar antes pelo excesso e que como medida a regular pela experiência se fôsse aos 50 %. Mas ir

Exposição Colonial de Paris



Uma vista nocturna dos pavilhões de Portugal reflectidos no lago Daumesnil

além disto é criar ao comércio uma situação embaraçosa que não será, talvez, possível manter.

Há ainda outro aspecto do problema: é o que se refere a fornecedores europeus que têm em conta corrente sôbre os comerciantes de Angola, créditos que somam alguns milhares de contos. Não vemos no decreto referência a êstes créditos e, com justiça, deviam estar incluidos na primeira escala das transferências.

Em resumo: o decreto mostra um estudo admirável do problema com algumas asperezas que muito conviria rever antes de o pôr em execução.

O sr. Dr. Francisco Veloso, em telegrama dirigido directamente ao sr. Dr. Armindo Monteiro:

— Cumpro dever transmitir V. Ex.ª meu inteiro aplauso orientações afirmadas sua entrevista *Diário Notícias* situação problema de Angola que preconizei minhas conferências o ano passado Porto, Lisboa, Braga, associações económicas, fazendo calorosos votos V. Ex.ª encontre quem rigorosamente as execute Ultramar e sejam aplicadas Moçambique onde situação crise ainda assume maior perigo características desnacionalizadoras.

A Associação Comercial do Porto, em telegrama dirigido ao sr. Ministro das Colónias:

— Associação Comercial do Porto absolutamente integrada na necessidade inadiável intensificar intercâmbio material entre Metrópole Colónias doutrina esta posta com tôda clareza patriotismo no decreto 19.773, cumpre gostosamente dever felicitar V. Ex.ª, conforme resolução tomada primeira sessão sua direcção depois publicação aquele diploma. Não prevendo referido decreto qualquer providência no sentido garantir transferência fundos resultantes das exportações da Metrópole anteriores sua publicação, pedimos licença para lembrar conveniência solucionar situação no que se refere a créditos já existentes anteriormente promulgacão decreto 19.773.

O sr. Gonçalves de Sá, da Bôlsa do Porto, em telegrama de 29 de Maio:

— Felicito V. Ex.ª patriótica lei publicada sôbre transferências que assegura trabalho muitos portugueses.

Os industriais de Cutelarias de Guimarãis, também em telegrama enviado ao sr. Ministro das Colónias:

— Industriais Cutelarias Guimarãis penhoradamente agradecem V. Ex.ª grande benefício tôda indústria nacional, resolução problema transferências Angola pedindo sejam incluidas neste decreto tôdas as cutelarias e ferragens nacionais consumidas em larga escala tôdas as colónias, principalmente machetes.

NOTA.—Por motivo duma dificuldade inesperada de tipo publicamos em redondo algumas entrevistas que deveriam ter sido compostas em itálico.

Navegação Nacional para as Colónias

OUTRO RELATÓRIO

POR

BRAZ TEMUDO

DEPOIS do relatório de gerência da Companhia Nacional de Navegação a que já nesta revista fizemos referência, chega-nos agora às mãos o relatório da outra Companhia de Navegação para as colónias — a Colonial.

Infelizmente, nem leva muito tempo a ler nem dão lugar a dúvidas as declarações do Conselho de Administração.

A Companhia Colonial, que pela posição que tomou no tráfego das colónias, ocupa realmente um lugar de muita importância na economia colonial, aparece-nos, atravez do seu relatório, numa situação delicada, não só para ela como para os capitais que o Estado lhe emprestou, situação que é a conseqüência natural, lógica e necessária de velhos êrros de origem. Êrros que o tumulto e a vertigem e a febre dos negócios da época que precedeu esta crise, deixaram cometer e tornaram, aparentemente, inconseqüentes — mas que os duros tempos de ajuste de contas que vamos atravessando não permitem prolongar com a mesma facilidade!

Façamos um pouco de história que auxiliará a compreensão do estado de cousas que êste lamentável relatório evidencia. Colocamo-nos no ponto de vista do interesse do Estado, grande capitalista da Companhia e apenas êsse interesse queremos encarar.

A Companhia Colonial formou-se com dois navios apenas: um adquirido pela Sociedade Agrícola da Ganda — o «Ganda» e o outro comprado pela antiga sociedade, hoje arruinada, Ed. Guedes Ltd.ª «O Guiné». Era ao tempo o Banco Nacional Ultramarino grande credor da firma Ed. Guedes e, como tal, julgou assegurar o pagamento do seu crédito, promovendo a organização duma companhia de navegação para a qual se passassem aqueles dois navios. A Companhia organizou-se — era a Colonial — e o Banco, naturalmente, ficou na posse de muitas acções desta nova Companhia — acções que não tiveram tomador.

Sem o capital de *roulement* indispensável a uma Companhia de navegação, a sua vida, como pode

supor-se, foi difícil desde êste princípio, já de si arrevezado e infeliz. Todavia, esta situação não a impediu de concorrer á compra dos navios dos T. M. E., onde adquiriu, a crédito, algumas unidades. Precisava dum financiamento do Estado — os financiamentos eram então fáceis e correntes—e para isso elevou o seu capital a 15.000 contos.

O capital assim aumentado, contra a espectativa, ficou em carteira sem que ninguêm o tomasse, comprometendo assim a hipótese do financiamento. No entanto, apesar disso, e por mistérios que os relatórios dêsse financiamento decerto podem esclarècer, a Companhia Colonial conseguiu-o.

Mas dava-se o seguinte: Constituida sem que um aumento de tráfego colonial aconselhasse a sua constituição, antipática aos carregadores de quem era concorrente pelas ligações que tinha com empresas industriais e comerciais de Angola, na posse de dinheiro emprestado pelo Estado—êsse «mãos largas» de então! — muito comprometida para poder fazer marcha atrás, pensou numa fusão com a concorrente cuja solidez e antiguidade parecia poder suportar as suas mazelas.

Repelida a solução só lhe restavam dois caminhos: Lançar-se numa guerra de tarifas e conduzir a concorrente a uma situação tão precária como a sua que obrigasse à almejada fusão — ou suicidar-se inglòriamente. Preferiu o primeiro. Todavia a guerra que, sem dúvida, afectou a concorrente, causando-lhe, entre outros prejuizos, o de não poder renovar a sua frota, reeditou a luta entre a panela de barro e a panela de ferro. A Nacional com a sua antiguidade, a sua solidez, resistiu à luta como se vê pelo seu relatório dêste ano. A Colonial atinge uma situação tão delicada que nem a prestação de financiamento vencida em 1 de Janeiro último poude pagar ao Estado!

E vem dizer no presente relatório que reduziu os fretes *¡para ajudar a economia colonial!* ¡Como se a economia colonial não lucrasse muito mais em ter marinhas prósperas e progressivas do que com a ameaça de se ver privada delas por *ajudas* que são erros crassos da administração e que ela, em última análise, virá a pagar!

Mas a «Colonial» podia muito bem fazer estas ajudas. ¡Se o dinheiro que queimava era emprestado!

Feita a história examinemos o relatório.

Em relação a 1929 a Companhia acusa uma baixa de lucros de 1.601 contos: 684 contos em 1930 para 2.285 em 1929. E para conseguir êste magro resultado todos os números do activo, incompreensìvelmente, foram elevados em relação a 1929.

Êste resultado, mesmo sem o ar artificial que tem, sem o aspecto forçado que os números compozeram para não revelarem uma situação de falência, é a negação mais exuberante da política de baixa de fretes seguida pela «Colonial». Diz eloqüentemente que nunca a Companhia poderia ter seguido essa política sem comprometer a segurança e o rendimento dos capitais que lhe estavam confiados.

¿Que importa à economia das Colónias ter beneficiado duma baixa de fretes se essa baixa é artificial e transitória e apenas serviu para enfraquecer e pôr em risco um dos seus elementos de transporte? ¿Que lhe importa se essa baixa que devora fundos de reserva e capitais de *roulement* impede as Companhias de renovarem as frotas pondo-as, por conseqüência, em estado de pior servirem as colónias? ¿Que importa, enfim, se o artifício da baixa apenas cria uma situação falsa que àmanhã pode e deve produzir desagradáveis surprezas àqueles próprios que dela beneficiaram?

Mas nem só erros de política de fretes são denunciados pelo relatório da C. C. N.

Parece haver o propósito de suicídio ou a fácil comodidade que resulta de administrar dinheiro alheio. Por exemplo: Sendo o capital e as reservas da Companhia de 8.000 contos vê-se que empregou em material naval 44.325. ¿Donde vieram os 36.325 contos que faltam?

Mas viessem donde viessem — isso não importa — o que é certo é que foi aumentar a sua frota no momento em que as necessidades do tráfego menos o aconselhavam pois, à data da acquisição de novos navios, já era muito maior que a procura a ofertas de fretes e passagens nas linhas coloniais.

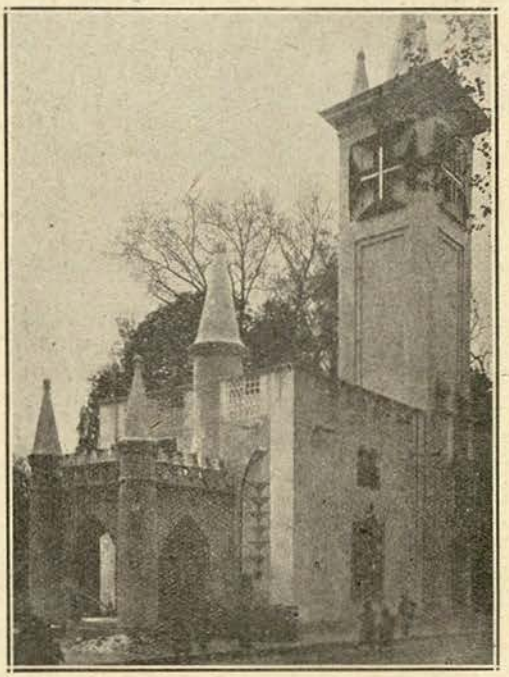
Os lucros da Companhia foram de 684 contos. Supondo que a Companhia conseguia milagrosamente manter esta disposição, ser-lhe-iam precisos quási cincoenta anos para amortizar o capital que lhe permitiu aumentar a frota. ¿Mas o que serão daqui a cincoenta anos êsses navios já velhíssimos de mais de 25, que volta e meia têm que parar para acudir a avarias?

¿Como vai, entretanto, o Estado salvar o dinheiro que tem comprometido na Emprêsa?

Quem viver verá—¡e não terá muito que viver!

¡Esta é realmente a época dolorosa do ajuste de contas, do restabelecimento dum antigo equilíbrio que andava perdido, da reconquista duma velha moral que andava esquècida!

Exposição Colonial de Paris



Um dos pavilhões de Portugal

MOÇAMBIQUE

O calor e a mortalidade

Em comparação com Portugal

Por

Américo Baptista de Souza

Funcionário da Colónia de Moçambique
Aluno do 3.º ano do Curso Superior Colonial

COM o nosso impetuoso exagêro, que é por vezes o nosso maior defeito e outras a nossa melhor virtude, quando Dezembro nos vibra as primeiras punhaladas de frio afirmamos com um grande ponto de admiração na nossa arrepiada voz: estamos na Sibéria!

E as senhoras que passam nos seus felpudos casacos de peles fingem de inofensivos ursos (sem ofensa (nesta imaginaria nevada.

Do mesmo modo, quando Agosto nos cumprimenta com as suas mãos demasiado quentes, na mesma sentenciosa afirmativa, murmura-se com convicção: isto não é Portugal, isto é África!

E a menina Mariquinhas que nasceu na calçada do Combro e a respeito de viagens vai todos os dias ao Chiado, declara muito sábia à visinha do lado: está um calor que parece África!

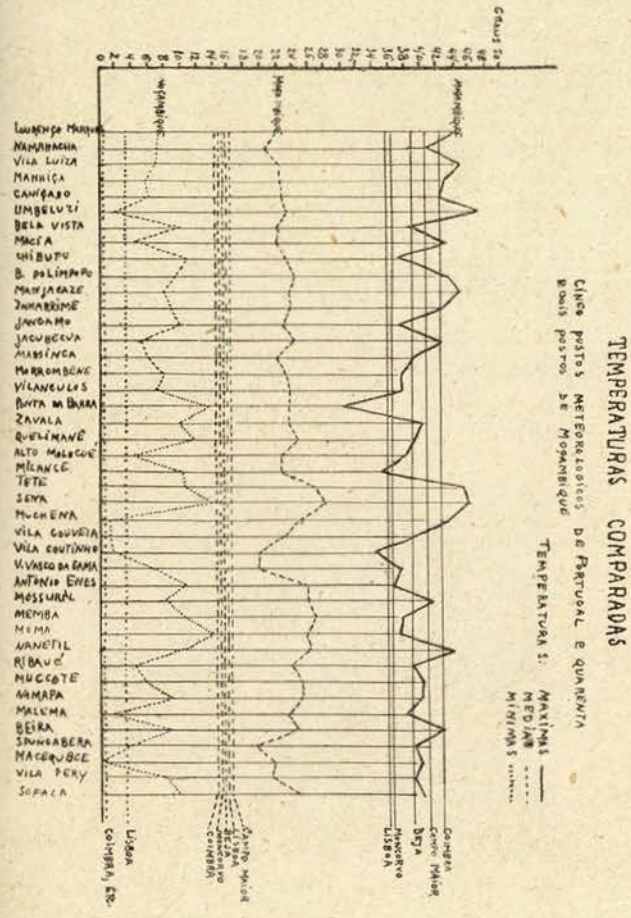
Aquele rapazinho chic, o modêlo por que foram feitos todos os rapazinhos que por aí andam a enfeitar as ruas, que pensa que Portugal é só Lisboa e a outra-banda, mal se encosta à esquina que lhe coube em sorte polir, sentenceia com azedume: está um calor que parece África!

E aquele senhor gordo, que usa um lustroso casaco de alpaca e um palhinhas côr de trigo, quando entra na cave da cervejaria, diz ao amigo, por sua vez suarento e triste: isto parece África!

E os refrescos, as cervejas e os gelados desaparecem pelas bocas ávidas com se a África estivesse dentro dos sequiosos, qual sanguesuga insatisfeita.

¿Haverá razão para que em Portugal nos dias de calor se possa afirmar que "parece África"?

Vejamos se as temperaturas observadas cá e lá nos podem, melhor que palavras, provar esta afirmação:



Apresenta-se no gráfico junto a comparação entre as temperaturas médias, máximas e mínimas de quarenta e dois postos Meteorológicos de Moçambique, e cinco postos de Portugal, Moncorvo, Coimbra, Lisboa, Campo Maior e Beja.

Quanto a temperaturas médias é natural que as de Moçambique sejam mais elevadas, embora em alguns postos apresentem apenas mais três ou quatro graus do que as da Metrópole.

As temperaturas mínimas, salvo também alguns postos de altitude, que se aproximam e por vezes igualam as de Portugal, não atingem as baixas registadas neste, sendo assim como que uma correção ao aumento da temperatura média.

São sobretudo as temperaturas máximas que para o caso presente mais interessam, não àqueles que já estiveram em África, pois é um facto constatado, parecendo mesmo um paradoxo, a sensação de calor, nos meses do verão, sentida pelos coloniais que a Portugal vêm de licença ou por qualquer outro motivo. Para estes, é na maioria dos casos mais insuportável o calor do verão na Metrópole do que o calor da estação quente nos trópicos.

Se olharmos o gráfico, a explicação dêste facto salta claramente.

Dos quarenta e dois postos observados só onze apresentam máximas superiores à máxima registada em Coimbra, ficando portanto trinta e um postos com máximas inferiores à cidade citada. E note-se que estas máximas foram tiradas de um só ano (1927) e certamente, não quiz o acaso que nesse ano se registassem as mais altas temperaturas.

Com máximas inferiores a Beja e Campo Maior há dezassete, e inferiores à de Lisboa ainda há quatro!

Fica portanto desfeita a idéa do grande calor de África, tornando-se êste ainda mais suportável pelo uso de vestuário apropriado, de côr clara, leve, que em Portugal, mesmo nos dias mais quentes do verão se não usa, nem pela cabeça de ninguém passaria a idéa de ir passear para a avenida de fato de cotim branco e chapeu de cortiça.

Vamos agora à segunda parte: a mortalidade.

Num artigo publicado pelo distinto médico de Lourenço Marques Doutor A. Barradas no jornal a *Acção Nacional* de 27 de Agosto de 1926 dizia-se o seguinte:

No primeiro semestre de 1926 foram enterrados no cemitério de Lourenço Marques 84 indivíduos da raça branca.

Não chega a haver um entêrro de europeu dia sim dia não.

Evidentemente que um tal facto nenhuma indicação importante nos dá enquanto não soubermos qual a população de europeus na cidade, pois só com êsse número poderemos calcular depois a percentagem ou permilagem, ou seja, na palavra consagrada, a taxa da mortalidade.

Comparando esta com a taxa de mortalidade de Lisboa ou do Pôrto, poderemos ver se um colono que se transfira de uma daquelas cidades para a de Lourenço Marques, lucra ou perde em probabilidade de sobrevivência.

¿Mas qual é a taxa de mortalidade em Lourenço Marques?

O último censo de que se publicou o resultado foi feito em 1912 e dêle se vê que a população branca de Lourenço Marques era de 5560 almas.

Supondo—hipótese absolutamente inadmissível—que esta população tivesse ficado estacionária, a taxa de mortalidade seria ainda assim mesmo de 30, isto é, a que tinha ainda não há muitos anos a cidade do Pôrto.

Bastaria que o incremento anual nestes 14 anos tivesse sido de 5 por cento para que a população actual atingisse 11.010 habitantes e fôsse a taxa de mortalidade de 15, isto é, muito melhor do que a de Lisboa, igual à de Bloemfontein.

Quanto ao aumento de população europeia, confirmam-se as previsões do articulista, pois pelo último censo efectuado em Mo-

PORTUGUESES... CUIDADO!

NUM dos últimos números da *Portugal Colonial* referimo-nos às «Memórias» do Príncipe de Bulow e ao projecto de partilha das colónias portuguesas, concebido pela Alemanha em 1898, torpediado depois pelo Marquês de Soveral e retomado após a morte dêste, até 1914, quando a guerra o veio interromper.

No seu memorável discurso no Coliseu dos Recreios também o sr. dr. Oliveira Salazar se referiu a essas persistentes cubiças apontando-as como mais um argumento para se proseguir na obra de reconstrução nacional já iniciada.

Estavamos bem acompanhados e tínhamos razão para não deixar passar o livro do Príncipe de Bolow sem uma referência. É que a História repete-se e há certos projectos que, fazendo parte duma política, ou se projectam no futuro ou se repetem.

No *Essôr Colonial,* o excelente jornal belga, encontramos o artigo seguinte:

Portugueses... Cuidado!!

Expondo aos seus leitores as questões de Espanha, *West Africa* fala de Portugal e dos acontecimentos revolucionários que naturalmente estarão liquidados quando o *Essor* aparecer. O artigo, sem assinatura, emana provavelmente dos meios de Liverpool, dos quais é conhecida a mentalidade um pouco especial, e o poder real. As informações fornecidas não são extraordinàriamente seleccionadas, nem equitativas... "depois do assassinato do rei, Portugal tem conhecido dezenas de revoluções„ (esta é a primeira há 4 anos)... "O movimento parece sério e afecta Portugal e as suas colónias„. "A Madeira, Angola e os Açores estão tocados„. É de notar que a tranqùilidade não foi perturbada nem em Portugal nem em Angola e que o restabelecimento do poder, nos Açores, se fez sem nenhuma dificuldade, e que, ao contrário do que relata o correspondente da *West Africa* o movimento na Madeira, segundo o *Times,* não conta com o apoio da população local.

A visita do Marechal Pildzuski, enfim, é apresentada como um primeiro passo para o estabelecimento de mil famílias polacas em Angola e depois, finalmente, *in cauda venenum,* anuncia-se uma próxima visita a Lisboa dos chefes do Govêrno Alemão, com comentários que parecem bem a expressão dum desejo de germanófilos pacifistas. "**Não parece fantasista sugerir que a questão do futuro das colónias alemãs seja reaberta. Se as desordens políticas portuguesas não cessam ràpidamente, esta sujestão será tudo o que quizerem menos fantasista**„. Isto faz-nos recordar as negociações de 1898, as de 1911-12, fazer a paz com a Alemanha e comprar a pomba pelo preço das colónias portuguesas.

É caso, realmente, para meditarmos. E que cada português ouça o aviso e o tome em consideração, nos seus gestos, nas suas atitudes — na sua maneira de ser português. Cuidado!

çambique, se apurou, para tôda a Província o número de 13.931 habitantes europeus.

O número de óbitos de europeus, pelos dois volumes do Anuário Estatístico publicados é o seguinte:

Em 1926.	174
„ 1927.	174
„ 1928.	220
„ 1929.	217

ou seja uma média de 196 óbitos.

Dividindo o número de habitantes europeus pelo número de óbitos de europeus acharemos que por cada 70 europeus se regista 1 óbito.

Vejamos agora Portugal. (Anuário Estatístico de 1928).

Com uma população que anda à roda de seis milhões, registam-se anualmente cêrca de 115.000 óbitos.

Fazendo idêntica operação à realisada com Moçambique obtém-se o número 52.

Quer dizer:

Em Moçambique. . .	1 óbito em 70 habitantes
Em Portugal.	1 óbito em 52 habitantes

Esta conclusão a que cheguei não quer dizer, está bem de ver, que Moçambique seja o ideal para o estabelecimento de uma colonização europeia—bem longe disso—salvo algumas manchas no litoral do distrito de Inhambane, uma pequeníssima região fronteiriça à Suazilandia e algumas manchas no planalto de Manica e pontos de altitude nos distritos de Quelimane, Tete e Moçambique.

Há também a atender que dos 8978 machos que a estatística acusa em Moçambique, 4115, quási metade do total, apresentam idades que vão de 22 anos a 39, idades em que o organismo está no máximo da sua fôrça e resistência.

Entretanto, para o caso, o que se pretende frisar e êste é que é o ponto é que aquela crença tão enraízada entre portugueses que das colónias apenas conhecem o nome, quando o conhecem, de que em África se morre muito, não tem razão de existir.

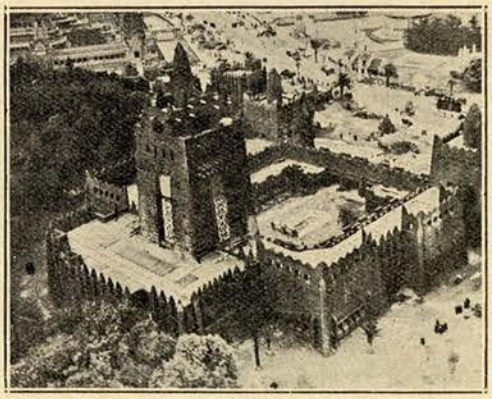
E muito mais agora, que tanto se tem falado e escrito no grande movimento pró-colónias, tão necessário, julgo de absoluta necessidade desfazer aquela lenda, que existe mesmo entre classe cultas, lenda talvês mais terrível do que a que embargava a passagem para o Índico aos nossos antepassados e que se mantém entre aqueles que a África nunca foram, de que quem para lá vai, se já não faz testamento prévio, como os que há cem anos vinham de qualquer viloria do norte a Lisboa, tem sempre a terrível Parca no limiar da porta.

Pelo contrário;

Vive-se em África tão bem como cá, com maiores probabilidades de sobrevivência a favor de África, se sobretudo nos precavermos contra a mais perigosa fera: O Mosquito, por meio de medidas profiláticas, como o uso do mosquiteiro, quininização preventiva, etc.

Concluindo, julgo que o que acima fica dito, será suficiente para faver desvanecer aquelas duas núvens negras: "o calor e a mortalidade em África„ que tanto assustam quem nunca saíu dêste cantinho da Europa, do nosso amado Portugal!

Exposição Colonial de Paris



O Pavilhão da África Ocidental Francesa, vista de avião

ITALIANOS EM ANGOLA

A colaboração de colonos estrangeiros

Assinado por Gennaro E. Pistolese, o jornal *L'Agricoltore d'Italia* publicou o mês passado um artigo sôbre «As possibilidades agrícolas de Angola» em que, num tom protector que, por vezes, não encobre as ambições de expansão colonial que ùltimamente têm recrudescido na Itália, se permite dizer alguns disparates sôbre a nossa Colónia e sôbre a nossa Colonização. Não sabemos até que ponto o sr. Pistolese é considerado na Itália. Entre nós dificilmente poderá alcançar mais prestígio que o dos *trapalhões* ignorantes e insolentes.

A Itália tem sido infeliz nas suas ambições coloniais. Com a sua exaltação meridional e uma ciência colonial empírica que tem espalhado por alguns volumes que correm mundo, tem visto fracassar sucessivamente as suas tentativas colonizadoras. Por um lado uma falta evidente dêsse *espírito pioneiro* que o sr. Pistolese nos nega, a-pesar do que fizemos no Brasil e do que estamos fazendo em Angola e Moçambique, por outro lado uma manifesta inexperiência colonial que o seu ardor e os seus entusiasmos teatrais não conseguem compensar, têm conduzido a Itália a uma série de fracassos.

E' com essa autoridade, ganha certamente na colonização da Erytréa e da Cirenaica, que o jornalista do *L'Agricultore d'Italia* se permite dar conselhos a um país, que além dum passado muitas vezes secular de génio colonizador também tem um presente cujos processos e resultados marcam muito mais do que supõem aqueles que ignoram ou querem fazer ignorar o que nas Colónias fazemos.

E' com essa autoridade, finalmente, que o jornalista italiano quer impor a intervenção da Itália na colonização de Angola!

Vamos ao artigo do *L'Agricultore d'Italia*.

Começa o sr. Pistolese por afirmar o interêsse económico da Itália em seguir os acontecimentos de Angola para a qual «*se dirigem muitas ambições estrangeiras, especialmente alemãs, e muitos planos de penetração*».

Concordando que êstes designios criaram em Portugal uma desconfiança muito grande acrescenta que esta se manifesta, *por um lado, com a exaltação sôbre as capacidades colonizadoras dos portugueses e por outro com o desabamento de numerosas tentativas cuja realização seria utilíssima ao próprio país colonizador.*

E' claro que o jornalista que em todo o artigo demonstra a mais crassa das ignorâncias sôbre a nossa Colónia de Angola, ignora tambem a obra de pacificação ràpidamente realizada, a ocupação económica feita, a nacionalização profunda de todo o território, os progressos nas vias de comunicação, os triunfos da nossa política indígena, o aumento de produção realizado nos últimos dez anos — enfim tôdas as tentativas cuja realização tem sido utilíssima de facto, que não tem desabado e no exame das quais a Itália e muitos outros países coloniais teriam que aprender.

Afirmando que a «*Itália mostra no entanto estar informada das enormes possibilidades de Angola*» o jornalista mostra, por sua vez, ao descrever a nossa rica Colónia, que ele é que está muito mal informado.

Começando por errar os próprios dados geográficos encobre, ingénua ou premeditadamente, tudo o que temos realizado para valorizar Angola negando que tivessemos feito alguma cousa. Mais adiante esquece-se da insuficiencia técnica, demográfica e financeira que nos atribue e declara:

«*Na Colónia portuguesa já existem no entanto, numerosos elementos e precedentes que contribuem, efectivamente, para a formação de uma séria experiência de colonização, de possibilidades, etc.*»

E' claro que tudo isto... foi obra dos tres italianos que vivem em Angola!

O artigo conclue por aconselhar os portugueses a abrirem os braços à colonização italiana como forma de saírem de dificuldades e valorizarem Angola.

Nós lemos e lastimamos que o sr. Pistolese não tenha preferido empregar os seus riquíssimos cabedais técnicos, demográficos e financeiros na valorização das colónias italianas — o que seria, ao mesmo tempo, um acto de patriotismo e de bom senso.

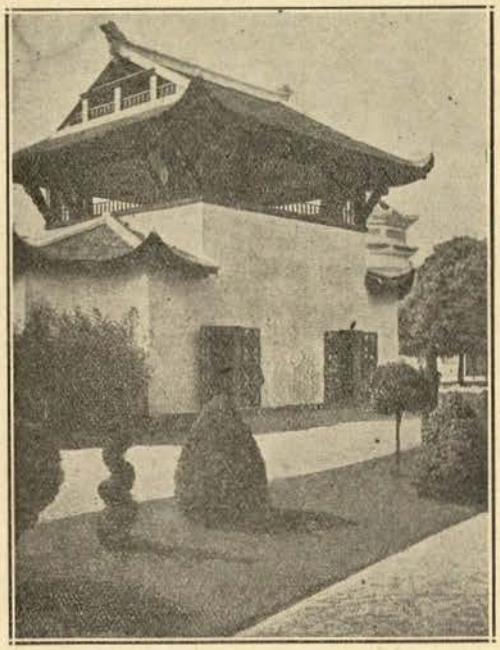
Quanto a nós que não se preocupe. Angola não precisou de italianos para ser o que é e não precisará deles para vir a ser um outro Brasil e mais uma grande obra do nosso génio colonizador.

A experiencia, a técnica e a protecção da Itália dispensamo-la.

Portugal não fecha as suas portas aos estrangeiros que queiram trabalhar nas suas Colónias, contra o que diz o jornalista italiano. Pelo contrário: tem sido excelentemente recebidos e tratados os que nela trabalham sèriamente.

Mas daí a consentir que se realizem «*certas ambições estrangeiras e muitos planos de penetração*» vae um abismo que, evidentemente, não estamos dispostos a deixar transpor.

Exposição Colonial de Paris



Pavilhão do Tonkin

DA IMPRENSA TRANSCREVE-SE

IMPRENSA ESTRANGEIRA

EM tôdas as exposições, sobretudo quando se trata duma exposição colonial, os organisadores têm a resolver, antes de mais nada, um problema de composição.

Entre uma diversidade desesperante, a ordem, sem a qual tudo seria vão. Esta ordem deve ser, ao mesmo tempo, rigorosa e reservada. Os elementos que lhes dão são desiguais em natureza e dimensão.

Não podem pretender nem uma grande simetria nem uma escala única.

Devem animar tudo e não incomodar ninguém; favorecer tôdas as iniciativas e coordená-las; valorisar cada um e tudo distribuir abrangendo tudo.

Não creio que em parte alguma, nesta ordem de idéas, se tenha feito melhor do que aqui, onde o terreno oferecia, ao mesmo tempo, grandes vantagens por motivo das massas de verdura do bosque de Vincennes e dos seus vastos espelhos de águas, também obstáculos de tôda a ordem, tais como o afastamento, o traçado irregular, as árvores — mas que foram transpostos com rara felicidade. E' um sonho que se abre e se desenvolve.

Entrando pela avenida Daumesnil encontrareis primeiro um grande limiar monumental. A' esquerda a Porta de Picpus, as massas pétreas da Secção Metropolitana e o seu farol, depois, o Museu permanente das Colónias, as suas colunas, as suas tapeçarias de pedra, de que já louvei a graça poderosa, e a sua alta estátua dourada, tendo na mão uma Vitória que é também a Abundância. A' direita da Porta de Picpus e até à porta de Reuilly, os perfis retilíneos e o zimbório luminoso, da Cidade das Informações. Os três edifícios têm o aspecto de grandeza que lhes convém. São dum estilo moderno que evitou o escôlho habitual — tornar-se pesado. As duas revelações dêste primeiro conjunto são, por um lado, o palácio de Laprade e de Janniot, o Museu das Colónias e por outro o Zimbório e a Cidade das Informações, tudo o mais é de forma conhecida, prevista, embora feliz.

Por detraz desta ante-câmara os cem hectares de exposição estão compostos como um bouquet cujo centro é o lago com as suas duas ilhas.

Entremos na avenida Daumesnil.

Depois de voltar à direita segui na frente pela estrada de circunvalação do Lago. Chegareis assim ao pavilhão piramidal de Madagascar, dum vermelho de fôgo sombrio, e à sua maravilhosa tôrre quadrada, dum castanho de carne, que coroam como um sinal religioso as quatro faces patéticas.

Esta será a vossa primeira impressão colonial e, por muito prevenido que estiverdes—será forte!

Sigamos sempre para a frente, de oeste para este, sem olhar para a direita para conservar intacta a grande emoção do dia. Uma álea corta a estrada de circunvalação. E agora podeis voltar a cabeça. Escapar-se-vos há uma exclamação. Deante de vós, ao fundo da perspectiva, Angkor, o santo dos santos, a escada que parece conduzir às portas do céu, por entre elegantes zimbórios. Esta côr, esta harmonia do cinzento e do castanho, ligadas por um dourado que não se sabe donde vem, e estes perfis, estas curvaturas! Êste rítmo sobretudo, esta elevação, esta ascenção. Sem dúvida é o que a Asia tem de mais belo—uma das maravilhas do mundo.

O que nos vem da Asia parece-nos habitualmente amaneirado, precioso e frívolo, duma execução mais cheia de dificuldade que de beleza. O milagre de Angkor é que a Asia se tenha podido exceder a si própria em minuciosos cuidados e rivalisar, tanto na exposição como na expressão com todo o Ocidente. Avançai cautelosamente nesta álea de cimento, entre as duas balaustradas em que os monstros, as serpentes, foram, sem perder a vida tocadas pela vara de condão da beleza. Levantai pouco a pouco a cabeça e pouco a pouco o templo sobe. Eis-vos junto do edifício. Os olhares correm dum para outro detalhe, das preciosas filigranas às curvas aéreas, dos grupos de leões às *najas* de duas cabeças que parecem troncos de árvore e pavões infernais.

* * *

Chegamos a França. A' avenida das Colónias francesas. Subindo para a porta de Reuilly deixareis à direita — um pouco retirado e olhando para a álea das cobras—o Cambodge, cujo telhado amarelo, azul e verde tem braços de ouro elegantemente torcidos como os braços das dançarinas reais; depois as Missões católicas, o seu campanário rosado, a sua capela branca e azul, e êsse delicioso beiral de telhas azues; depois as Missões protestantes com a sua agradável arquitetura *bambou;* depois a palhota da Guyana e os seus fustes rústicos; depois o encantador palacete da Índia francesa, cinzento, rosa, alaranjado, onde um ar do século XVIII se alia às formas dum outro continente; emfim Somalis onde não se sabe ainda que classicismo se insinua através da inspiração árabe, apesar de não ser senão um cúbo modesto, mas bonito e tocante, com a varanda delicada e precária que cerca o miranete.

Voltando para traz nesta avenida, as duas casas da Oceania, com colunas de casca de árvore e da Nova Caledónia com os espeques pintados de vermelho e preto mostram que também as palhotas podem ter um estilo; depois nos pequenos palácios da Martinica, da Reùnião e de Guadalupe, de côres suaves, vereis ainda como o nosso século XVIII (sempre êle) agiu sob outros céus, submetendo outra ornamentação e outros costumes a um mesmo estilo. E estais *da capo.* Ao pé do tempo de Angkor.

Prosseguindo encontrareis: à esquerda, retraída, a Cochinchina, a sua galeria dum branco de pérola sob uma cobertura alaranjada, o Tonkin branco e castanho e o formigueiro rosa-velho da África equatorial; à direita as massas vermelhas da África ocidental, duma grandeza selvagem, a alta tôrre comemorativa, o encantador pavilhão das Fôrças de àlém-mar, dum século XVIII estival, com os seus notáveis trofeus no alto de colunas cilíndricas; e ao fundo a fachada oeste de Marrocos, a sua linda porta.

Entre o Tonkin e a África equatorial abre-se a avenida da África do Norte.

Passai um pórtico e entrareis na Tunisia. Estas casinhas dispersas, êste branco, êste verde, estas flôres, estas janelas com gradesinhas em forma de S, estas portas semi-circulares, estas abóbodas macissas, são verdadeiramente a Tunisia, o Mediterrâneo. A Tunisia, o admirável quadrilatero de Marrocos, de paredes com ameias aberto sôbre o nordeste, e a Algeria branca — ou branca e ouro—bordam dois dos três lados duma pequena praça triangular decorada com um poço sahariano à frente das árvores.

Alguns passos mais à frente encontrareis a nossa irmã Bélgica representada pelas imensas casas, bem assentes, do Congo, o palacete do Suez, a porta azul da Palestina e o palácio azul, rosa, creme, francês, italiano, grego, meridional, mediterrâneo, dos Estados do Levante. Alguns passos mais na álea da esquerda conduzem-nos pelo pavilhão do Turismo africano ao belo edifício, sombrio e feroz, do Togo a Camarão.

* * *

Os italianos reproduziram, como sabeis, a basílica de Séptimo-Severo em Leptis Magna. Esta arquitetura tem as qualidades de

(Conclue na pág. 20)

Itinerário da Exposição Colonial

Para a orientação entre uma e outra maravilha

Transcrito do "Figaro„ de 19-5-1931

IMPRENSA PORTUGUESA

UM dos principais argumentos dos adversários da obra do Senhor Doutor Oliveira Salazar na metrópole e, conseqüentemente, da que está sendo realizada nas colónias pelo Senhor Doutor Armindo Monteiro, tem sido o de que a resolução da questão económica deve anteceder a da financeira, e não esta àquela.

E para o demonstrar socorrem-se de todos os argumentos e subterfúgios, ainda os mais grosseiros e disparatados, lançam mão de tôdas as armas, que estão de há muito fora da circulação e em que já ninguêm acredita, contanto que possam invalidar a obra ministerial que poderá ter defeitos, o que não os tem! mas que neste ponto concreto é inatacável e só merece louvores.

E em todo o caso o bordão a que se encostam, o *leit-motiv* de todos os inimigos da Ditadura, sem repararem no mal que com isso fazem à nação, e sendo estas duas questões interdependentes uma da outra, resolvida que seja a questão financeira está implicitamente resolvida, ou em via de resolução a económica, e a contrária pode não ser verdadeira.

Os que tal sustentam, isto é, que a questão económica deve prevalecer sôbre a financeira, esquecem que sem boas finanças não há crédito possível, e sem crédito, sem esta alavanca, a mais poderosa dos tempos modernos, nada de definitivo se pode fazer no sentido de impulsionar as fôrças vivas do País.

E' um contrasenso pretender que nos seriam facultadas quaisquer quantias, pela banca internacional, e até nacional, por insignificantes que fôssem, sem que tivessemos os orçamentos equilibrados, e déssemos garantias de que qualquer empréstimo contraído, seria integralmente satisfeito nos prasos combinados.

A Espanha, apezar do seu grande potencial económico, deve servir-nos de exemplo e de lição.

Ninguêm empresta a insolventes ou que teimam em o querer ser, e muito menos ainda, a quem podendo ter as suas finanças em ordem manifestamente se aparta das regras e preceitos aconselhados por todos os financeiros e economistas, apenas, porque isso é feito por situações políticas contrárias e adversas à sua.

Ora, se o nosso crédito é pouco e nos regateiam, como de resto regateiam a tôda a gente, embora com as finanças equilibradas e a casa em ordem, operações de pequeno vulto que sejam, o que sucederia se desprezássemos as regras tão sàbiamente postas em prática pelo Senhor Doutor Oliveira Salazar, e começássemos a gastar à doida e a querer saldar comprimissos com aumentos de circulação fiduciária e outros elixires concomitantes, que directa ou indirectamente são recomendados por quem não vê dois palmos adiante do nariz, ou não faz a mínima ideia do que são estes assuntos, procurando apenas, satisfazer os seus interêsses de momento e saciar as suas paixões.

Não pode ser.

O Senhor Doutor Oliveira Salazar, na metrópole, e o Senhor Doutor Armindo Monteiro, nas colónias, não podem deixar a sua obra em meio.

Seria praticar um érro grave, e um acto de pouca coragem cívica e social. Precisam de ir até ao fim, não querendo fazer tudo de uma vez, mas *seriando as questões,* como costuma dizer-se, porque se se perde esta ocasião e não fizermos agora os indispensáveis sacrifícios, que êrros passados tornaram inevitáveis, eu não sei quando se poderão fazer.

Assim como o tocador de viola não pode pensar só nas cordas, da mesma forma o estadista, os que governam, não devem ver, sómente, as coisas unilateralmente, mas no seu conjunto, sacrificando o essencial ao acidental, e pondo todos os serviços em condições de bem desempenharem as suas funções, sem se atropelarem e lesarem uns aos outros.

De resto, eu compreendo que se inste pela resolução da questão económica e desenvolvimento do País, sedento como está de bem-estar material e moral.

E' dever de todos, governantes e governados auxiliarem, quanto em suas fôrças caiba, o ressurgimento do País e das colónias.

Mas não vamos a pôr o carro adiante dos bois.

Para que êsse bem-estar material e moral, possa ser um facto permanente e duradouro, e não um fogacho ou miragem apenas é preciso primeiro que tudo, que as receitas e despesas se equilibrem de uma maneira permanente e estável, resistindo a tôdas as pressões e solicitações, que se façam em sentido contrário.

A política financeira do Senhor Doutor Oliveira Salazar, se assim nos podemos exprimir, tem sido tôda orientada no sentido de estabilizar de facto a nossa moeda, para mais tarde e em condições já desafogadas, proceder á sua estabilização de direito.

E' o que fez a França, e o que pretende fazer a Espanha com o crédito dos 60 milhões de dolares, para servirem de fundo de manêio a essa estabilização.

E o que temos dito para a metrópole, aplicamo-lo, sem qualquer alteração às colónias.

A doença é a mesma e a terapêutica não pode deixar de ser igual.

E' um absurdo pretender salvar Angola com as suas grandes dívidas e desiquilíbrio orçamental, sem proceder a uma forte compressão das suas despesas, e sem a revisão cuidadosa dos quadros do seu funcionalismo, cortando por tôdas as despesas inúteis, e até por aquelas que sendo úteis e necessárias, podem ser adiadas por algum tempo.

E' o que se acaba de fazer para S. Tomé.

E só depois disto, é que se poderá pensar então num largo plano de fomento e de valorização da colónia, que é indispensável, e para que todos devem concorrer na medida das suas fôrças.

Antes disso é prematuro, e de forma alguma aconselhável.

Se o trabalho verdadeiramente colossal que está fazendo hoje o Senhor Doutor Armindo Monteiro sôbre tôdas as colónias, e em especial sôbre Angola, tivesse sido feito quando o desiquilíbrio orçamental e da balança de comércio e pagamentos não era nada em relação ao que hoje é, Angola e com ela a metrópole, podiam ter sido poupadas ao descrédito e aos desastres que pesam sôbre ambas, visto que uma tem de ser solidária e fiadoura da outra.

Mas basta por hoje.

PIRES AVELANOSO.

ANGOLA

Obra financeira e económica

Transcrito das "Novidades„ de 8-4-931

Funcionalismo Colonial

Por êrro de paginação que muito lamentamos, no artigo que sob êste *título* publicámos no número anterior escapou o nome do autor, o Ex.mo Sr. A Caria, a quem apresentamos as nossas desculpas.

Os nossos leitores decerto corrigiram a falta, pois não era o primeiro artigo que, sob êste assunto, o Sr. Caria publicava na nossa revista. E porque o tem versado com superior inteligência e bom senso esperamos que não seja o último.

Itinerário da Exposição Colonial

(Conclusão da página 18)

tôda a arte clássica, a unidade, a harmonia, com o carácter de fôrça que distingue Roma.

Deixando à esquerda a circunvalação do Lago, a Holanda, isto é, Java; um grande palácio baixo de alto telhado de pedra cinzenta e tijolo alaranjado, cuja grande porta é um prodígio. Depois o "Novo Palácio„ que parece um avião branco pousado no solo. A estátua de madeira pintada que o decora é curiosa. Parece representar a França conduzindo o "Vaisseau de Paris„; é agradável à vista pela forma mas tem uma expressão de que não gosto, trivial e jacobina, inspirada nas estampas revolucionárias, marcando talvês, no entanto, com a Minerva do palácio de Laprade, uma renascença da Alegoria.

Voltemos para o lago por esta álea perpendicular ao "Novo Palácio„. À esquerda, as Belas Artes, as nossas Belas Artes, mais faustuosas que felizes. É à direita uma praça de pequena cidade europeia do século XVIII, de saborosa elegância, com os seus arcos e a sua casa branca de frontão grego: Os Estados Unidos. Confesso que ri com gôsto. É a América desconhecida, ignorada, a América discreta e antiga, esta América escondida da qual Mr. Morton-Fullerton nos deveria falar num dia de segredos.

E nem a casa groenlandeza da Dinamarca nem as belas reconstituições dos seus sécuios XV e XVII que Portugal realisou nos escaparão. São as últimas no meu itinerário. Mas os organisadores não as relegaram visto que a Exposição é uma elipse, e mesmo uma combinação de elipses concêntricas. Encontrá-las heis à chegada se quizerdes. A' esquerda, logo a seguir à porta da avenida Daumesnil, êsse delicioso pavilhão português do século XVII que é todo êle uma janela.

Resta apenas desejar que o sol paire e cante sôbre tantos sonhos.

O sol e o céu estrelado.

EUGÈNE MARSAN

EXPOSIÇÃO DE ANTUÉRPIA

Chegou-nos às mãos um longo relatório do sr. dr. Armando Cortezão, agente geral das Colónias, comissário de Portugal na Exposição de Antuérpia, sôbre a Secção portuguesa (colonial e vinícola) na referida exposição. É um magnífico volume de cêrca de 300 páginas, impresso em óptimo papel e exibindo claríssimas gravuras. Podia dizer-se, empregando um velho logar comum, que *fionra a indústria nacional.*

Pena é que o texto, escrito aliás num português correcto, não corresponda ao aspecto gráfico e ao luxo e elegância da apresentação. Através das suas trezentas páginas o sr. dr. Cortezão, colocando-se no alto dum pedestral de competência, talento e autoridade, que êle mesmo ergueu, pretende demonstrar que em Portugal só êle é capaz de organizar exposições coloniais, que a representação portuguesa devido ao seu esfôrço foi digna de ser arquivada numa página de ouro da História contemporânea e que o Govêrno português cometeu um tremendo êrro não lhe confiando a organização da Secção portuguesa na Exposição de Paris.

O que eu poderia fazer em Vincennes com quatro vezes mais tempo e dez vezes mais dinheiro do que me foi dado para organizar a Secção portuguesa na Exposição de Antuérpia! exclama melancòlicamente o sr. dr. Cortezão a páginas 251 do seu auto-elogio.

Lemos pacientemente todo o trabalho — todo o trabalhoso esfôrço do sr. Agente Geral para que o admiremos. E o que é certo é que não topamos com uma idea original, com um processo novo, como uma luz de talento que deem, de facto, autoridade ao sr. dr. Cortezão para falar de poleiro tão alto. A-pesar dos seus adjectivos ficou-nos a impressão de que tinha produzido uma organizaçãozinha aceada, diligente mas, incontestàvelmente sem brilho.

Em compensação abundam detalhes cujo significado político não nos interessa e cuja apreciação compete ao Govêrno que nomeou o sr. dr. Cortezão.

O que achamos profundamente injusto, e até inferior, são os remoques à Secção portuguesa da Exposição de Paris, cuja organização e efeito deixam a perder de vista a Exposição de Antuérpia, e sem que ao sr. Agente Geral das Colónias sobeje ou chegue autoridade para, tão antecipadamente, se pronunciar.

Em resumo: O relatório não vale o luxo da apresentação e podia muito bem ter ficado na modéstia das suas páginas dactilografadas — a não ser que o sr. Agente Geral o destine ainda a uma Exposição de Artes Gráficas.

A Tomada do Cazoangongo

(Conclusão da página 9)

que ela falece em tôda a gente; é êle, que vai para deante, mesmo quando a opinião, o desejo e a aspiração máxima de todos o aconselham a regressar a Loanda; é êle, enfim, que para realizar inteiramente o seu objectivo põe a vida como moeda para não o perder.

* * *

Quando a bandeira solenemente atingiu o alto da adriça o gentio ainda contra atacou, obrigando um dos pelotões a defender a posição. Foi o último protesto e a última tentativa.

A coluna, depois, bivacou na *sanzala*, a poucos metros da grande fogueira, aproveitando-se de vários utensílios encontrados dentro da mata e nalgumas *cubatas.*

Infelizmente não permitiu o incêndio recolher muitos objectos e documentos escritos pertencentes ao Dembo e cujo interêsse seria manifesto. O Dembo possuia um arquivo interessantíssimo guardado numa arca que as chamas destruiram também.

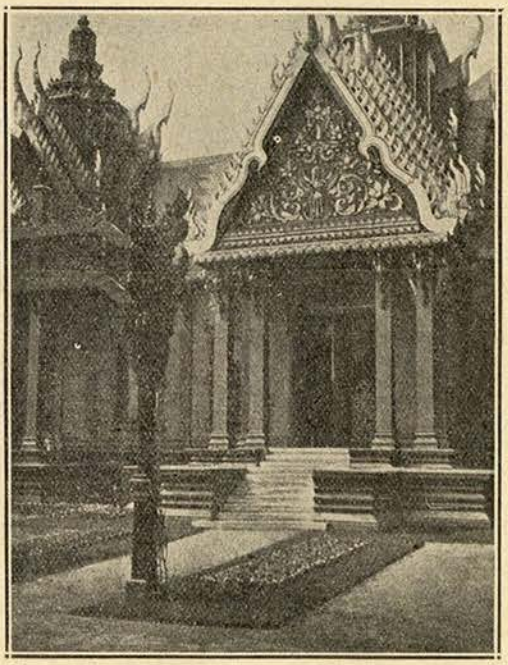
Além de armas velhas, baionetas, cornetas, etc. foi encontrado uma pequena peça de ferro rebentada pelo meio, que tinha sido tomada pelo gentio durante a revolta de 1872 — o cheque que a ocupação do Cazoangongo vingava 35 anos depois!

Novo código de trabalho

O "Employment of Natives Ordinance„, código de trabalho indígena na Nyassalandia vai ser alterado, possivelmente, visto que o Governador acaba de propôr um novo estatuto destinado a substituí-lo. No projecto pendente do Conselho legislativo são claras as sugestões da legislação de Tanganyka, embora se faça o possível por conservar as disposições do actual Código.

As alterações principais dizem respeito às indemnizações por acidentes de trabalho e ao emprêgo de menores de dezasseis anos.

Exposição Colonial de Paris



Pavilhão do Cambodge

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês

A ORDEM NAS COLÓNIAS

ESTÃO, felizmente, liquidadas as aventuras ignóbeis que tentaram deslocar para as Colónias o centro de actividade revolucionária que deixou de encontrar apôio na Metrópole.

Tem-se falado muito — embora com sobejas razões — nos prejuizos materiais causados pela intentona, prejuizos que são graves e que todos nós vamos pagar.

Não se têm pôsto, todavia, em relêvo, os prejuizos morais e políticos, não menos importantes, que resultam duma acção cujo carácter mais nítido e proeminente é a existência revelada dum espírito ofensivo e destruidor contra o crédito, o prestígio e a segurança do próprio país em que os energúmenos nasceram.

Um país vive das suas fôrças morais muito mais que da sua organização material; uma nação é um sistema de fôrças morais.

O simples facto de existirem em Portugal homens capazes de atentar, premeditadamente, sem a desculpa da ignorância, da falta de cultura e da ausência dum sentimento de responsabilidades, porque muitos dêles já ocuparam nesta terra altas posições, contra a própria Pátria, é sintoma grave que denuncia, nas fôrças morais que animam a Nação, a presença de estigmas de fraqueza e degenerescência a que é preciso acudir.

É certo que o País e as Colónias repeliram com indignação e repulsa tôda e qualquer solidariedade com os traidores, mas nem por êsse facto êles deixaram de existir — nem por êsse facto deixaram, durante muito tempo, de ser Ministros, diplomatas e altos funcionários de Portugal.

Pouco se tem feito entre nós para manter em forma e elevação as fôrças morais da Nação. O nosso patriotismo anquilozado pela imobilidade a que o condenaram falsos ídolos e ruins ideologias anda quási reduzido à expressão verbal e barulhenta dos vivas e das manifestações embandeiradas. É superficial, balôfo, empavezado.

Há que fazê-lo profundo, consciente, idealista e pô-lo na piugada dos grandes objectivos nacionais.

Pomo-nos fora de tôda a política ignóbil dos partidos, dos ídolos e das clientelas.

De dentro dum ponto de vista exclusivamente português em que não cuidamos de saber a côr dos vivas que cada um gritará na primeira data histórico-revolucionária, encaramos apenas o facto duma rebelião de deportados políticos nas Colónias nesta hora de cubiças, de ciladas internacionais, em que mais duma nação europeia olha gulosamente para os nossos domínios ultramarinos.

E o facto não pode deixar de apresentar-se, perante tôdas as consciências, tôdas as almas portuguesas e tôdas as sensibilidades, senão como o mais monstruoso dos atentados que nacionais podem cometer contra o seu próprio País.

Aceitamos os dissídios da política, aceitamos mesmo as suas violências, como uma conseqüência lamentável mas fatal das organizações sociais do nosso tempo. Encontramo-los em tôda a parte — nos países mais organizados e nas nações mais doentes. São uma realidade que não se discute e que não vale a pena criticar. Uma doença dos países — uma epidemia que mina tôda a Europa, quási todo o Mundo!

Mas o que não aceitamos nem admitimos é que, perante certos acontecimentos, certas ideas, certos princípios e algumas realidades que pertencem ao património comum dum povo, haja alguém que enfileire fora do único agrupamento possível — o de todos os portugueses.

E isso deu-se. Deu-se por acção de cadastrados que na sua baixeza social encontram talvez razões para se justificar — mas deu-se também por acção de homens que antes tinham estado à frente dos destinos de Portugal!

Felizmente — e nunca será demais enaltecer a sua atitude — as Colónias responderam como a Metrópole ao gesto dos aventureiros: afirmando-se superiormente portuguesas e manifestando nessa afirmação o sentido claro daquelas fôrças morais de que vivem os países livres.

E todos — nacionais renegados e estrangeiros cubiçosos — ficaram sabendo que ninguém poderá contar com as Colónias portuguesas para participarem em qualquer gesto ou atitude que possa ter um significado anti-patriótico.

H. G.

Notas do mês

Uma entrevista com o comissário da secção portuguesa na Exposição Colonial de Paris, Ex.mo Sr. Coronel Silveira e Castro

O Sr. Coronel Silveira e Castro que em Sevilha tinha ganho as suas esporas de ouro como comissário da Secção portuguesa na Exposição ibero-americana e que presentemente desempenha igual cargo junto da Exposição Colonial de Paris foi entrevistado por Christian de Caters, o ilustre jornalista colonial francês, para a Depêche Coloniale *que publicou a entrevista no seu número de 30 de Abril último.*

Entrevista infeliz sob muitos pontos de

vista: balofa, vasia das ideas que constituem o património dum grande País colonial, não esteve à altura nem do cargo do comissário nem da categoria intelectual que incontestàvelmente, tem, o Sr. Coronel Silveira e Castro.

Transcrevêmo-la como prova do que afirmamos e para chamar a atenção, a quem competir, sôbre a necessidade de se usarem tôdas as cautelas e de maior inteligência nas declarações feitas no estrangeiro por representantes oficiais do País.

Êste reparo em nada afecta a muita consideração que temos pelo comissário da Exposição. Mas essa consideração não impede naturalmente um reparo nem obriga a adjectivar encomiástica e indiferentemente o que é bom e o que é mau.

"Encontrando o coronel Silveira e Castro, que representa Portugal na Exposição Colonial, tive o prazer de dar com um dêsses homens simples e preciosos e, todavia, apaixonado pelo ideal colonial, como outros que conheci ao percorrer as possessões portuguesas de África. Evocámos longamente recordações de Angola onde o coronel da Silveira passou muitos anos:

—Percorri mais de 40.000 kilómetros, disse-me êle, antes da conclusão da linha do Lobito, e conheço a Colónia como os meus dedos. É a terra do futuro, talvez mais ainda que Moçambique. Angola acaba, é verdade, de ser duramente atingida pela crise mundial; manifestou-se nela, por vezes, um certo desânimo, mas que não é profundo, porque, a-pesar-de tudo a vida é fácil em Angola: tudo é maior, mais vasto; não há horizontes mesquinhos como na Europa e todos sabem que uma crise como esta terá, necessàriamente, um fim. Tem-se realizado um trabalho enorme para apetrechar a Colónia: ¿Lembra-se das estradas centrais, entre Loanda e Huambo, a futura capital?...

Evoco Calulo e a sua fortaleza tão espantosamente debruçada sôbre um rochedo de flancos arredondados; Bailundo com as suas laranjeiras e jardins: Já Levingstone lhes gabava as doçuras.

—As possessões portuguesas, diz o delegado, não são colónias; são prolongamentos da mãi Pátria além-mar; deve ter notado que o Huambo e o Bailundo são como que pequenas cidades portuguesas, transportadas com as suas terras para o interior da África. É por isto que eu tenho confiança em Angola. É claro que as regiões litorais, por mais ricas que sejam não se mostram muito favoráveis ao estabelecimento permanente dos europeus. Mas o planalto do Huambo e o do Bié estão talhados para a colonização de povoação. Além disso a terra vermelha é duma fertilidade extraordinária. Sei de regiões, pouco distantes da estrada do Huambo a Loanda, em que as missões cultivam a terra há mais de 30 anos, com magníficos resultados e sem nunca as terem adubado. São terras de trigo de grande futuro. Para lhes dar vida será preciso pôr em execução o actual projecto de ligar pelo caminho de ferro a antiga e a futura capital. A má região de Angola é Nordeste, com os seus planaltos demasiadamente unidos e os seus vales fulminantes; nunca lá se poderá fazer nada de bom: mas há aí os diamantes da Lunda...

* * *

—E Moçambique?

—Sofreu menos a crise que Angola, primeiro porque fornece produtos mais ricos e depois porque tem directamente atrás de si os enormes mercados do Transvaal e da Rodésia. No entanto faz um importante comércio com a Europa; e o pôrto natural de Moçambique não é Lisboa, como se poderia supôr, mas Marselha. Sim, sem dúvida, é de desejar que vejamos num futuro próximo o vosso grande pôrto mediterrâneo ligado aos nossos portos da costa oriental por linhas francesas; actualmente todo o tráfego é assegurado por linhas estrangeiras. De resto, espero que vão ser entaboladas negociações nesse sentido.

—¿E qual é o pensamento de Portugal em face dos seus problemas coloniais? ¿O interêsse colonial aumenta e sai fora dos limites dum grupo de especializados?

—Sim. Há, é verdade, um grupo de fanáticos que se dedicaram à propaganda e valorização do Império colonial. Sou um dêles bem como o coronel Brandão de Melo que já conheceu em Angola e que vem a Paris como representante dessa colónia. Mas há alguns anos, e sobretudo depois da crise, sentiu-se em Portugal a importância que representava para um pequeno País como o nosso o facto de ter um vasto domínio colonial. A Exposição Colonial de Paris deu-nos ainda uma feliz oportunidade de fazer propaganda entre nós e a Nação portuguesa interessa-se mais por estas questões do que há vinte anos. A fé que anima os coloniais portugueses estende-se pouco a pouco às massas outrora indiferentes. E quando Angola "seduziu„ alguém não o deixa mais.

—¿Em última análise, a participação portuguesa na Exposição?...

—Como já foi indicado pelo *Dépêche Coloniale* esta participação compõe-se de quatro paviihões. Num dêles ficarão os produtos, as armas, os ornamentos, as *maquettes*, enfim, tudo que pode evocar Angola e Moçambique e dar uma idea do esfôrço que foi realizado nestas duas colónias. Lobito e Lourenço Marques não serão esquecidos. No segundo pavilhão grupamos as outras colónias lusitanas, desde Cabo Verde até Timor. Enfim, os dois últimos arquivarão a história colonial portuguesa, que é imensa. Porque, a-pesar-de tudo, diz o coronel Silveira e Castro com legítimo orgulho, foi Portugal que fez o mundo tal como hoje existe e os seus navegadores foram os primeiros a percorrer os mares e a colonizar. A colonizar verdadeiramente, insiste. Porque é isso que distingue a França e Portugal dos outros países. As nossas colónias transformam-se em parte integrante do Império nacional. Os portugueses consideram Loanda ou o Huambo como vós considerais a Argélia. A raça nacional aclimata-se, funde-se, penetra: foi o que aconteceu no Brasil. Vejo nisso uma grande fôrça colonizadora...

Não teremos tudo completamente pronto para o dia 6 de Maio mas o atrazo é devido em grande parte, a não recebermos há algumas semanas as cargas que temos no Havre. Êstes poucos dias de atrazo que receiamos não representam um incidente muito desagradável. O que conta, sobretudo para o nosso País, é o prazer de associar a sua demonstração à grande propaganda feita, por uma Nação profundamente amiga, para a idea colonial„.

Uma conferência sôbre Moçambique

O capitão Waegenaere, vice-consul de Portugal no Transvaal fez uma conferência no Havre, o mês passado, sôbre a nossa colónia de Moçambique que mereceu ao jornal *Havre-Eclair* a seguinte referência:

"Vice-consul e agente comercial em Pretória, o sr. de Waegenaere, que reside no Transvaal há 35 anos, pôde julgar a obra enorme realizada na colónia portuguesa, cuja descoberta remonta ao século XVI. Belga de origem pode o conferente livremente falar do que viu e podemos nós ter confiança no que êle diz. A colónia portuguesa ocupa uma superfície de 771.000 hectares, hoje explorados. A cultura está muito desenvolvida, em plantações de café, algodão e cereais, mas a maior riqueza reside nas suas florestas imensas, que conteem, além do ébano, essências muito procuradas. A-pesar da proporção mínima de brancos, o trabalho tem sido, em tôdas as regiões, organizado por êstes, o que as tem tornado uma verdadeira fonte de riqueza. Foram construidos caminhos de ferro e numerosos portos da costa, convenientemente preparados, tem um tráfego muito importante, especialmente o pôrto de Lourenço Marques, escala de tôdas as linhas do sul de África„.

O café

O govêrno brasileiro publicou um diploma sôbre a compra dos *stocks* de café que não resolverá possivelmente o seu problema inteiramente mas que revela sem dúvida, em face da questão, um espírito decidido e prático de a encarar de frente.

Prescreve o diploma:

Artigo 1.º — O govêrno federal, por intermédio do Ministério da Fazenda, adquirirá por compra para retirá-lo temporàriamente do mercado, todo o café presumìvelmente retido em 30 de Junho do ano corrente com excepção do «stock» comprado pelo Estado de S. Paulo, por fôrça do empréstimo externo de 20 milhões de libras de 1930.

§ 1.º — O prêço por saca, tomado por base o tipo 5 Santos, não deverá exceder 50$00, guardadas para os demais tipos superiores ou inferiores as diferenças do Estado. Não serão compradas as escolhas e o café inferior ao tipo 8.

§ 2.º — O pagamento só se fará depois da verificação e classificação da mercadoria, por conta do vendedor.

§ 3.º — O café não vendido ao Govêrno será liberado pela ordem cronológica de despacho, dentro de quotas mínimas anuais de 1/10 de «stock» verificado em 30 de Junho de 1931.

Art. 2.º — O Ministério da Fazenda poderá confiar aos institutos de café dos Estados a incumbência da verificação e classificação dos «stocks».

Art. 3.º — A partir de 1 de Julho do corrente ano, as safaras entrarão livremente nos portos, com a única restrição de não exceder as entradas mensais de 1/24 da safra então iniciada, e da que imediatamente se lhe seguir.

Art. 4.º — Durante cinco anos, as novas plantações de cafeeiros em todo o território nacional ficarão sujeitas ao impôsto anual de 1$000 por pé.

§ único — As resplantas não serão consideradas novas plantações.

Art. 5.º — Fica estabelecido um impôsto em espécie, sôbre as safras exportadas de 1 de Julho de 1931 em diante. Êste impôsto será de 20 % nas duas safras de 1931 e 1932, podendo essa percentagem ser aumentada ou reduzida nas safras seguintes, de acôrdo com as necessidades do consumo.

Art. 6.º — Recebida a importância que tiver aplicado na compra do café e as respectivas despezas e encargos, o Govêrno federal entregará aos tesouros estaduais qualquer lucro porventura verificado na operação.

Art. 7.º — O Govêrno federal entrará em entendimento com os países produtores para obter a sua cooperação na defesa do café, e promoverá, com urgência, a revisão das tarifas com o fito de alcançar a máxima redução possível nos direitos de importação cobrados nos diversos países consumidores.

O primeiro transafricano

No próximo dia 1 de Julho vai ser inaugurado solenemente o primeiro transafricano, ligando as nossas duas grandes colónias das costas ocidental e oriental da África.

À importância política e económica do acontecimento já nesta revista fizemos as necessárias referências. O caminho de ferro de Benguela que já representava para Angola, no seu percurso angolano, uma das mais potentes alavancas do seu desenvolvimento e a quem se deve o magnífico progresso observado em tôda a região central da Colónia — e até a nacionalização dos territórios que atravessa pelas possibilidades que ofereceu a uma colonização portuguesa — passa a ser um dos factores económicos de mais valor não só de Angola mas de tôda a África.

A cerimónia dêste ano, complemento final da que se realizou há dois anos por ocasião da junção com o trôço belga, vai reünir algumas personalidades portuguesas e belgas, entre os quais os governadores das respectivas colónias, que tomarão parte na viagem inaugural do Lobito até Luau.

Os landins

Têm causado excelente impressão na Exposição Colonial Internacional de Paris, os nossos landins. Altos, espadaudos e possantes com as suas linhas altivas e nobres, o seu porte desempenado, têm chamado a atenção de todos os visitantes da exposição.

Menos aparatosos na indumentária que os árabes que constituem o "grand succès„ são, todavia, mais impressionantes.

Uma nota interessante:

Quando o marechal Lyautey visitava a Secção Portuguesa, impressionado pelo aspecto dos landins, acercou-se dum dêles e preguntou-lhe a que colónia pertencia:

— Angola?

E o landim espetando o peito, orgulhosamente:

— Português!

Huila

Continuam a ser desagradáveis as notícias que nos veem da Huila. A crise económica resultante em parte dos maus dias que Angola atravessa, mas em grande parte também do abandono a que tem sido votada aquela que é, porventura, a mais portuguesa de tôdas as regiões das nossas colónias, vai produzindo estragos e ruínas cada vez maiores. Pràticamente sem govêrno o distrito arrasta-se através de dificuldades que já se transformaram numa ameaça grave para os seus destinos.

Voltamos a insistir: De tudo o que se tem laboriosa e custosamente tentado para instalar em Angola uma colonização portuguesa eficiente e perdurável, o melhor que resta realizado e instalado encontra-se no planalto da Huila. As dificuldades que asfixiam o distrito, ameaçam, por conseqüência, uma das ricas realidades do prolongamento de Portugal em África.

E serão precisos mais tarde para a reconstituir muito mais dinheiro, esforços e tenacidade, de que hoje são necessários para lhe acudir.

Diversas

Foi publicada na fôlha oficial do dia 14 de Maio a escritura do contrato celebrado entre o Banco de Angola e o Govêrno da mesma colónia.

Foi atingido pelo limite da idade o director do Arquivo Colonial sr. António José Pires a quem o Arquivo que dirigia devia excelentes serviços.

Representando o Govêrno português nas cerimónias do dia de Portugal na Exposição Colonial esteve em Paris o sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros. Consta que o sr. Ministro das Colónias, logo que os afazeres da sua pasta o permitam, visitará a Exposição.

Vão ser tomadas medidas no sentido de se dar andamento a mais de 30.000 processos e execuções fiscais, parados nas nossas colónias, pois só em Moçambique existem 17.000, alguns dos quais desde 1900.

Vai ser estabelecido o serviço directo de permuta de encomendas postais entre a Alemanha e as colónias portuguesas da África Ocidental.

Foi determinado que as passagens aos funcionários dos diversos quadros administrativos coloniais, admitidos ao concurso para promoção ou confirmação de logares, a realizar nas capitais ou nas sedes dos distritos, sejam abonadas pelo Estado, salvo se forem reprovados ou desistirem de prestar provas.

No Ministério das Colónias foi assinado no dia 28 do mês passado o termo de compromisso para ser submetida a um tribunal arbitral, as dúvidas suscitadas com respeito ao pagamento pelo Banco Ultramarino da percentagem sôbre a circulação fiduciária nas colónias. Por parte do govêrno assinou o sr. Ministro das Colónias e pelo Banco os srs. drs. Pinto Coelho e Quirino de Jesus.

Está em organização uma missão científica alemã que pretende, sob a direcção do professor Hans Schemburgk proceder em Angola a vários trabalhos científicos. ¿De que natureza e que objectivos terão efectivamente êsses trabalhos?

Guiné

Uma comissão de habitantes de Bolama representou no sentido de não ser suprimida a filial do Banco Nacional Ultramarino naquela cidade por tal supressão ser contrária aos termos do contrato de 3 de Agosto de 1929 e prejudicial à população.

S. Tomé

O Governador de S. Tomé propôs que a administração dos serviços municipais do Príncipe seja confiada a uma comissão presidida pelo administrador do concelho respectivo e constituída por dois vogais de sua nomeação.

Têm sido repatriados de S. Tomé para Moçambique por haverem concluído os seus contratos grande número de serviçais.

Angola

O primeiro comboio que, em 6 de Maio, partiu de Lobito com passageiros chegou à tabela a Elizabethville. O comboio era formado com material da Companhia C. F. B. Também chegou ao Lobito à tabela no dia 7 o primeiro comboio formado com material belga.

A colónia de Angola aderiu às convenções internacionais sôbre circulação de automóveis e serviço por estradas.

O Governador de Angola mandou publicar no Boletim Oficial uma portaria de censura ao missionário Ernest Pace, da missão inglesa da Chilonda (Bié) por ter praticado actos de desrespeito à autoridade administrativa, incitando os indígenas daquela região à insubordinação.

Consta que vão sofrer modificações as tarifas telegráficas estabelecidas em Angola por diploma de Fevereiro último.

Como medida de economia foram exonerados vários funcionários interinos.

Deve realizar-se no dia 25 do corrente no Lubango (Huila) a reünião magna das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas de Angola.

O Govêrno de Angola criou uma estampilha pró-escola, destinada a constituir um fundo para edificações escolares.

As Companhias agrícolas de Angola, em Quanza e Quissama, requereram autorização para se fundirem numa só.

Foram organizadas novas tarifas do C. F. B. tendo o comércio de Angola pedido que seja reduzida a tarifa de transporte do milho.

Foi prorogado até ao fim do corrente mês o prazo para o pagamento do impôsto indígena em Angola.

Foram extintas as delegações de Fazenda das circunscrições civis de Luchazes, Humpata, Humbe, Alto Quanza, Chinguar, Menongue e Bibala, passando o serviço que lhes estava cometido a ser desempenhado por funcionários do quadro administrativo mediante uma gratificação especial.

Moçambique

Foi distribuido um número especial do "Boletim Económico e Estatístico„ dando o resultado da exploração do pôrto e caminho de ferro, de 1929 a 1930 (ano económico). O capital envolvido é de 28.806.016$00 ouro. As receitas totais foram de 79.821.334$00 e as despezas de 75.534.059$00 apresentando um saldo positivo de 4.286.795$00. As receitas de camionagem automóvel montaram a 72.055$00 e as despezas a 102.096$00. As receitas de camionagem automóvel para Marracuene foram muito inferiores aos cálculos, tendo-se apurado apenas 4.017$00 contra um cálculo de 148.500$00.

O Governador geral de Moçambique vai enviou Ministério das Colónias, a-fim-de ser revisto e submetido à apreciação do C. S. C. o orçamento daquela Colónia para 1931-32. A disposição do novo diploma é completamente diferente da dos mais anos, sendo muito mais claro e minucioso. O pessoal dos diversos serviços é apresentado em várias tabelas, com os respectivos vencimentos, por categorias, e a despeza vem completamente descriminada. Êste orçamento prevê receitas no montante de 320.263 contos, menos 1.719 contos que as previstas para 1930-31, sendo as despezas calculadas em 318.070.103$10 quando em 1930-31 foram de 381.982.779$77, portanto com uma diferença para menos de 13.912.675$67 e com o saldo positivo de 13.193.011$37.

Foi ordenado que seja feita uma grande reserva de terrenos em Quelimane, para concessões de 1.000 hectares, destinados aos pequenos agricultores, a-fim-de se aumentar a colonização.

Está a terminar e não será renovada a concessão do exclusivo dos transportes em carros eléctricos na cidade de Lourenço Marques. A paralização dos eléctricos será vantajosamente compensada pelas carreiras de auto-omnibus.

A Companhia Overseas estabeleceu em Moçambique um serviço de telegramas-cartas com a Europa, Algéria, Madeira, Colónias Portuguesas, Canadá, Colúmbia e Birmania.

Foram introduzidas importantes alterações nas pautas aduaneiras de Moçambique, tendo sido aprovados os direitos de importação, especialmente dos considerados objectos de luxo ou que não são considerados de primeira necessidade.

Foram reorganizados os serviços de combate à doença do sono em Moçambique, tendo sido dissolvidas as missões científicas que dêles estavam incumbidas.

Índia

Por proposta do Govêrno Geral, a partir de 1 de Janeiro de 1932, vão ser restabelecidas as comunidades de Assenão, Velim e Ambelim.

Vão ser reorganizados os serviços de Agricultura da Índia.

O Governador propôs a criação dum fundo especial para manutenção e ampliação do hospital de alienados.

Macau

O Govêrno de Macau mandou imitir estampilhas de 5 avos, cuja aposição será obrigatória em vários documentos oficiais como meio de adquirir receita para a assistência pública.

O Governador enviou ao Ministério das Colónias, uma larga exposição devidamente documentada, reclamando contra a dívida que a Metrópole atribue àquela colónia.

Timor

Por motivo da falta de pessoal especializado nos serviços rádio-telegráficos de Timor, o Ministério das Colónias vai providenciar para serem ali colocados funcionários dos mesmos serviços pertencentes a Macau.

Colónias e protectorados estrangeiros

Rodésia do Norte

I—**Generalidades:** — A comissão encarregada de elaborar o parecer sôbre uma união mais estreita entre as dependências do Este e do Centro africano, presidida por Sir E. Hilton Young, realisou uma rápida visita a esta colónia em Abril de 1928.

— A primeira municipalidade da Rodésia do Norte foi inaugurada em Livingstone no dia 1 de Abril e o seu primeiro presidente foi o senhor Davidson.

— Os negócios indígenas continuam calmos. Os trabalhos da Comissão das Reservas indígenas continuaram durante o ano.

— O número de emigrantes, exceptuando os indígenas, elevou-se a 1.066 dos quais 929 eram subditos britânicos; 850 indígenas foram identificados como imigrantes, vindos sobretudo de Angola, de Moçambique e do Congo Belga.

II—**Finanças:** — Anteriormente a 1928, a história financeira do território registou uma série de *déficits* anuais. Naquele ano as receitas ultrapassaram as despesas em £ 16.438. As receitas totais elevaram-se a £ 541.607, o que representa um aumento de £ 66.923 sôbre o ano antecedente ou seja uma percentagem de 14,1 %. As despesas totais elevaram-se a £ 525.168.

III—**Produção:** — A) **Terras** e **Agrimensura.** — Numa superfície aproximada de 184.288.000 acres, que representam a superfície total da Colónia, a "North Charterland Exploration Company„ é detentora de concessões territoriais que se elevam a uma superfície de 6.400.000 acres. O quadro que se segue dá-nos a superfície comparativa consagrada às diferentes culturas:

Anos culturais	Milho	Tabaco	Trigo	Algodão	Total cultivado em acres
1923/24.	42.377	2.462	1.250	2.331	52.243
1926/27.	44.837	6.719	2.780	693	69.837
1927/28.	43.889	7.339	1.819	286	62.928

A colheita de milho elevou-se a 183.870 sacos, menor que a do ano anterior que atingira 250.068 sacos, sendo no entanto de notar que esta última foi a maior registada até hoje. A colheita do tabaco elevou-se a 3.249.378 libras, das quais 2.983.683 foram produzidas pelo distrito do Forte Jameson. A superfície total semeada de trigo foi de 1.754 acres com uma produção de 8.512 sacos, tendo diminuído a superfície semeada em 1.046 acres e a produção de 2.074 sacos. No respeitante à cultura do algodão, a experiência demonstraque a variedade de sementes empregadas não se têm mostrado as mais aptas para as condições locais. Assim a tendência dos agentes governamentais é fazerem todos os possíveis para convencerem os fazendeiros a limitar a cultura do algodão a uma só variedade de semente, aquela que melhores resultados tenha dado pràticamente. Para êste fim, trabalhos de experiência são activamente postos em prática pelos departamentos governamentais e pela *Corporation Imperial* da cultura do algodão em África. Até ao presente, pode-se dizer, a cultura do cafeeiro não tem passado da fase das experiências. Agora que já se conhecem os seus resultados pode-se afirmar que ela pode ser definitivamente estabelecida como cultura regular e intensiva.

A cultura indígena limita-se a produzir o necessário para as suas necessidades, à excepção de certos distritos, especialmente os distritos mineiros, onde alguns indígenas se dedicam à cultura de certos produtos destinados à venda.

B) **Minas.** A produção mineira foi inferior à registada no ano anterior.

IV—**Comércio e Negócios Económicos:**—A Rodésia do Norte encontra-se na situação curiosa de se encontrar dividida em duas zonas aduaneiras distintas. A zona Norte, na bacia do Congo, que é regulada pelo Acto de Berlim de 1885, e a zona Sul, que é a zona da bacia do Zambeze; que está submetida aos arranjos aduaneiros feitos com a Rodésia do Sul. As suas importações atingiram £ 2.366.317 e as exportações representaram £ 842.587, o que nos dá um *déficit* na sua balança comercial de £ 1.519.249. É de salientar que a quási totalidade da verba das importações representa valores referentes a mercadorias importadas de outras colónias britânicas e da Grã-Bretanha, como se observa no quadro seguinte:

Importações

	1927 £	1928 £
Da União Sul Africana	217.063	245.909
Da Rodésia do Sul	261.095	361.469
Da Grã-Bretanha e de outras partes do Império	987.502	1.135.765

Exportações

	1927 £	1928 £
Para a Grã-Bretanha e outras regiões do Império	253.090	570.051
Para os países estrangeiros	202.504	272.536

V—**Justiça, polícia e prisões:** — Durante o ano a Côrte Alta julgou 96 causas contra 78 no ano antecedente; 32 processos criminais subiram a êste tribunal para julgamento. *Cinco indígenas foram executados durante o ano.* Deram-se nove óbitos entre os prisioneiros indígenas da prisão central, todos devidos a causas naturais. No ano antecedente e devido às mesmas causas tinham-se dado 17.

VI—**Trabalhos Públicos**:—Foram dispendidas em trabalhos públicos £ 92.500.

VII—**Saúde Pública**:—Foram internados nos hospitais 1.045 europeus e 8.449 indígenas, tendo-se dado nos primeiros 31 e nos segundos 489 óbitos. Foram realisados 934 tratamentos externos no hospital europeu de Livingstone. A média das consultas externas do hospital indígena elevou-se a 120 por mês. A saúde dos europeus continua a ser boa. Nasceram 195 crianças, o que representa uma percentagem de 25,8 p. m.; maior que a do ano antecedente que foi apenas de 20 p. m. A população indígena está calculada em 1.261.972 indivíduos. A mortalidade infantil entre os indígenas é calculada em 50 %.

VIII—**Ensino**:—Existem cinco escolas europeias para a instrução secundária e seis escolas primárias.

Pelo quadro que segue, vê-se bem o esfôrço que o Govêrno tem feito para desenvolver o ensino indígena, pelas importâncias que tem destinado para êsse fim:

	£
1924/25	348
1925/26	3.994
1926/27	6.603
1627/28	6.593
1928/29	9.110
1929/30	10.845

IX—**Terras e agrimensura**:—Durante o ano foram recebidos 81 pedidos de informações àcêrca do estabelecimento de grandes propriedades rurais na Rodésia do Norte; dos quais 40 respeitavam a pessoas residentes no território, 15 da Rodésia do Sul, 14 da União Sul Africana, 8 do Congo Belga, 2 do Kenya e 2 da Austrália. 52.211 acres foram alienados com a condição de serem ocupados a título de novas concessões pela soma total de £ 10.041/11/11. Durante o ano um grande número de propriedades foram delimitadas pelos serviços de agrimensura.

X—**Trabalho**:—As grandes companhias mineiras seguindo um método progressivo de recrutamento da mão d'obra, começam a dar certas facilidades aos seus trabalhadores, tais como o transporte automóvel. O número de europeus autorisados a recrutar trabalhadores nos territórios elevou-se de 8 para 12, nos últimos anos. As estatísticas demonstram que o número médio de indígenas empregados nas minas durante o último ano, ultrapassa o número dos empregados no ano antecedente, isto é, 16.073 actualmente contra 10.947 anteriormente.

O comunismo em África

O Govêrno belga enviou à imprensa, àcêrca da acção comunista em África, a seguinte nota oficiosa que os principais jornais belgas inserem:

Um telegrama de Boma diz que, segundo certas notícias vindas de África, o comunismo começa a infiltrar-se entre as populações em estado primitivo. Com efeito, no Congo Belga, os sovietes tentaram estabelecer uma espécie de base de operações, donde irradiaria a sua acção para o centro de África. O govêrno central e o da colónia nunca perderam de vista o perigo dêste movimento e tomaram tôdas as medidas para evitar a sua propaganda.

Mais um produto colonial de exportação

Uma firma inglesa de Accra oferece a bonita quantia de trinta e cinco libras esterlinas por tonelada de ovos de formigas posta em Accra.

O que não se sabe ainda é o emprêgo que essa firma tenciona dar ao novo produto colonial.

O comércio de Portugal com as suas Colonias, referente a alguns produtos, nos últimos dois anos

Importação

Portugal importou durante o ano de 1930, 3.204.193 quilogramas de óleo de palma, em bruto no valor de 7.934.193$00 escudos, a quási totalidade importada das nossas Colónias, como segue:

Angola	2.502.700	quilos no valor de	6.158.739$00
Cabo Verde	424	" " " "	1.100$00
Guiné	286.010	" " " "	690.331$00
S. Tomé e Príncipe	286.809	" " " "	724'522$00
	3.076.943		7.574.692$00

Importaram-se também 126.583 quilogramas de Inglaterra no valor de 337.500$00 escudos e mais 667 representando 2.001.$00 escudos de outras procedências.

Durante o ano findo a Metrópole importou 755 cabeças de gado bovino no valor de 738.200$00 escudos, das quais 736, representando um valor de 728.500$00, foram importadas da Colónia de Angola. Interessante seria que tudo concorresse para que durante o ano que corre essa importação se intensificasse.

Nos 229 quilos de marfim em bruto no valor de 63.570$00 que importámos em 1930, apenas 22 quilos no valor de 900$00 escudos vieram da nossa Colónia de Angola. O restante era todo de procedência estrangeira.

A Metrópole importou no ano findo 325.784 quilogramas de tripas salgadas ou sêcas no valor de 5.097.888$00 escudos. Aparte 289 quilos representando 4.000$00 escudos que foram importados da Colónia de Moçambique, o restante dessa importação é de procedência estrangeira. Algumas das nossas Colónias estão em condições excepcionais para um desenvolvimento seguro desta indústria. Os nossos votos são para que, numa ocasião em que é preciso lançar mão de todos os artigos exportáveis para fazer dinheiro, se comece a pensar na resolução dêste assunto, nas Colónias onde isso seja possível.

O País importou nos anos de 1929 e 1930, respectivamente, 3.727.215 e 3.161.414 quilos de tabaco em folha nos valores respectivos de 28.077.566$00 e de 25.831.480$00 escudos. Apenas uma única das nossas Colónias contribuiu para essa importação em 1930 com 449.108 quilos no valor de 2.234.860$00 escudos. No entanto, tanto Angola como Moçambique, tem condições excepcionalíssimas para produzirem bom tabaco. Justo é que ao assunto os respectivos Governos prestem a máxima atenção no sentido de lhe darem uma solução prática. Assim se evitaria que a Metrópole enviasse para o estrangeiro cêrca de 300.000 libras para a compra duma matéria prima que as colónias, em boas condições, nos podem enviar.

Há tanto a fazer neste capítulo!

Exportação

Portugal exportou 6.160.816 quilogramas de sardinhas em salmoura em 1929 e 3.337.776 em 1930, respectivamente nos valores de 11.886.443$00 e 5.832.711$00 escudos. Foram as seguintes as quantidades, em quilogramas, exportadas para as nossas Colónias:

	1929	1930		
Angola	14.901	888	no valor de	2.544$00
Cabo Verde	140	30	" " "	40$00
Guiné	580	150	" " "	243$00
S. Tomé e Príncipe	1.993	865	" " "	1.767$00
Moçambique	9.221	2.750	" " "	8.929$00
Macau e Timor	92	—		—
	27.927	4.683		13.523$00

Note-se a grande baixa nas exportações durante o ano de 1930 para as Colónias que de 27.927 quilos exportados em 1929 baixou para 4.683 quilos naquele ano.

Em 1929 exportaram-se 34.261.691 quilogramas de conservas alimentícias de sardinha no valor de 167.152.542$00 escudos. No ano seguinte a exportação subiu para 35.153.973 quilos no valor de 173.738.312$00 escudos. Nos mesmos períodos as nossas Colónias importaram as seguintes quantidades, em quilogramas, dêste artigo:

	1929	1930		
Angola.	94.574	65.728	no valor de	338.552$00
Cabo Verde.	5.706	3.670	„ „ „	18.400$00
Guiné.	24.649	14.726	„ „ „	73.675$00
S. Tomé e Príncipe.	19.081	12.597	„ „ „	66.108$00
Moçambique.	179.855	263.528	„ „ „	1.178.389$00
Índia	3.408	3.359	„ „ „	16.793$00
Macau e Timor. . .	1.152	3.809	„ „ „	18.945$00
	328.425	367.417		1.710.862$00

A salientar o desenvolvimento em 1930 das exportações para a Colónia de Moçambique que está sendo um interessante mercado para êste artigo.

ESTATÍSTICA

Mapa do movimento escolar e hospitalar da Missão de Santa Bárbara do Mogincual em 1930

Movimento escolar

Número de escolas	Nome das escolas ou local onde funcionam	Sexo	Curso diurno ou nocturno	Feetichistas	Católicos	Africanos	RAÇAS: Preta	RAÇAS: Mixta	RAÇAS: Total	Número de presenças	Número de faltas	FREQÜÊNCIA — Idade: De 6 a 9 anos	FREQÜÊNCIA — Idade: De 9 a 12 anos	FREQÜÊNCIA — Idade: De mais de 12	FREQÜÊNCIA — Idade: Total	FREQÜÊNCIA — Média: Alunos com frequência irregular	FREQÜÊNCIA — Média: Alunos com frequência regular	FREQÜÊNCIA — Média: Média geral de frequência	Número de alunos internos
1	Santa Bárbara.	Masculino	Diurno	230	18	248	244	4	248	42.635	3.685	28	89	248	248	22	224	246	30
2	» »	Feminino	»	90	4	94	94	0	94	16.516	371	20	45	94	94	1	89	90	20
3	Santo Estevam — Kixaxe. . .	Masculino	»	228	0	228	228	0	228	34.569	474	27	107	228	228	2	188	190	0
				548	22	570	566	4	570	93.720	4.530	75	241	570	570	25	501	526	50

A escola do sexo masculino da sede tem como professores o missionário e dois auxiliares, um europeu e outro indígena. A escola do sexo feminino tem uma professora. A escola de Santo Estevam tem como professor um auxiliar indígena.

Ambulância da Misssão

DOENTES TRATADOS: Vindos do mês anterior	Novos doentes deste mês	Sexo: Masculino	Sexo: Feminino	Crianças	Adultos	Total dos curativos feitos em todo o ano
—	640	489	151	337	303	14.916
—	223	206	17	139	84	5.922
Total.	863	695	168	476	387	20.838

Doenças predominantes, durante o mês: — Feridas gerais, úlceras bombos, abcessos, conjuntites, enterites, febres palustres, sarna, nevralgias e gripe.

Do Boletim Mensal «O Missionário Católico».

Importações em França durante o 1.º mês de 1931, 1930 e 1929 dos produtos similares aos das colónias portuguesas

DESIGNAÇÃO	UNIDADES	QUANTIDADES			VALORES ARBITRADOS (em milhares de francos)		
		1931	1930	1929	1931	1930	1929
Lãs em bruto e peles	Q. M.	281.798	374.229	387.737	177.819	365.858	529.912
Cêra em bruto	»	650	547	1.063	740	899	1.611
Milho	»	697.416	483.070	737.585	38.255	40.789	82.273
Bananas	»	120.721	94.681	79.659	29.486	24.325	23.688
Ananazes	»	637	545	372	219	219	138
Gergelim	»	5.040	1.461	4.596	745	337	1.228
Copra	»	132.809	151.283	152.458	24.105	38.627	43.791
Cafés em grão	»	141.518	159.424	146.184	72.370	100.174	152.570
Cacau em grão	»	30.029	27.170	28.232	19.159	15.424	18.573
Óleo de palma	»	3.931	4.021	3.133	960	1.386	1.143
Borracha em bruto	»	68.446	50.464	30.370	27.506	39.674	58.180
Casca de quinquina	»	243	646	1.514	233	1.079	2.318

Indices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914 — Julho	1929 — Índice-médio	1930		1931		
			Índice-médio	Abril	Fevereiro	Março	Abril
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.762	1.272	1.192	1.355

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 31 de Março de 1931

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sôbre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola	333.194	3.338.154	—	18.924.487	11.533.405	2.919.632
Banco do Comércio e Ultramar	380.795	1.392.764	6.076.600	140.965	3.333.022	1.052.918
Banco Nacional Ultramarino	2.022.891	8.078.196	62.438.809	71.370.440	18.203.999	53.716.372

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Comércio entre a Metrópole e as Colónias portuguesas

COLÓNIAS	IMPORTAÇÃO Valor em milhares de Escudos		EXPORTAÇÃO Valor em milhares de Escudos	
	Janeiro 1931	Janeiro a Abril 1931	Janeiro 1931	Janeiro a Abril 1931
Angola	8.237	30.330	2.522	12.289
Cabo Verde	39	1.776	300	1.130
Guiné	186	1.123	270	846
S. Tomé e Príncipe	644	2.819	329	1.542
Moçambique	3.607	21.046	2.461	9.590
Índia	1	4	61	235
Macau e Timor	1	43	96	189

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante os meses de Janeiro a Abril de 1931

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias:						
Arroz	53.118	—	58.613	7.000	—	—
Açúcar	5.065.422	—	—	16.280.708	14	—
Café	1.177.716	22.964	219	156	81.273	670
Trigo em grão	2.807.184	—	—	—	—	—
Peles em bruto	156.706	5.850	56.584	2.803	345	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	251.760	—	—	104.140	—	—
Sementes oleaginosas	2.416.233	1.360.604	468.180	115.647	1.107.847	—
Milho	15.045.839	212.140	—	3.015.842	—	—
Exportadas para as Colónias:						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	3.962	158	129	4.925	52	506
» comuns tintos (decalitros)	233.358	7.790	15.824	120.359	18.315	6.329
» » brancos (decalitros)	41.487	2.011	1.029	101.002	3.017	1.287
» licorosos	4.587	122	94	699	102	5.033
Conservas de vegetais	60.196	2.005	2.901	74.336	4.620	4.472
Sardinhas em salmoura	794	50	1.188	859	73	—
Conservas de sardinha	17.899	5.229	2.851	87.961	2.851	1.510
» » peixe	616	42	1.218	3.781	250	—
Cortiça em rolhas	394	79	12	861	14	10

Do Boletim da D. G. E.

Géneros Coloniais — Cotações nos principais mercados

BOLSAS	Paris (Francos)		Amsterdam (Florins)		Nova York (Centes por £)		Londres (Schillings)		Buenos-Ayres (Dollars)		Anvers (Francos)		Havre (Francos)		Lisboa (Escudos)			
Mercadorias	Unidade	31-5-1931	Unidade	31-5-1931	Unidade	31-5-1931	Unidade	31-5-1931	Unidade	31-5-1931	Unidade	31-5-1931	Unidade	31-5-1931	Unidade	1-6-1914	1-6-1930	1-6-1931
Cacau fino	50 q.	290-400	—	246-75	1 lb.	5 1 4-5 3 8	Cwt	40-48	—	—	—	—	50 q.	290-400	15 q.	4$50	55$00	34$00
» paiol	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4$30	45$00	24$00
» escolha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3$50	27$00	17$00
Café	50 q.	205-220	50 q.	20 5/8-21	1 lb.	6-6 3 8	Cwt	88-126	—	—	1 q.	7.00-8.00	50 q.	204-219	—	—	—	—
» S. Tomé	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7$70	180$00	150$00
» Novo Redondo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3$00	—	52$00
» Ambriz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3$00	52$00	49$00
» Encoje	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2$65	—	46$00
» Cazengo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2$05	50$00	45$00
» Cabo Verde	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	120$00
Coconote	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	T. I.	—	T. I.	10/00-4/0	—	1$30	23$50	15$00
Óleo de palma { mole	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	T. I.	12/15-13/0	—	—	—	1$77	31$00	23$00
Óleo de palma { rijo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	22$00
Ricinio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	$84	20$00	17$00
Gergelim	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1$17	24$00	16$00
Algodão	50 q.	335-345	—	—	—	—	1 lb.	Pen. 5.18-5.41	—	—	1 q.	15.00	50 q.	331-343	1 quilo	$35	8$00	5$00
Cera	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	$75	10$85	9$30
Açúcar (em rama) { escuro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	$10	1$70	$80
Açúcar (em rama) { branco	100 q.	212-218	100 q.	8 1/2-8 1/2	1 lb.	1.15-1.19	Cwt	18.6-21.6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1$00
Milho	—	—	—	—	Bushel	68 5/8-70	—	—	100 q.	276-388	—	—	—	—	—	$04	$65	$60
Co ros (Beng.)	—	—	—	—	100 q.	32 1/2-35	1 lb.	P 5 5/8-5 3/8	—	—	—	—	—	—	—	$62	7$00	4$00
» limpos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5$50
Borracha 1.ª	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4$00
» 2.ª	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3$00

N. R.—Sôbre as tendências dos mercados ver a nossa local «Notícias dos Mercados» que noutro logar publicamos.

Movimento de passageiros entre a Metrópole e as Colónias portuguesas

DESTINO		COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO								COMPANHIA COLONIAL DE NAVEGAÇÃO							
		1.ª classe		2.ª classe		3.ª classe		Total		1.ª classe		2.ª classe		3.ª classe		Total	
		Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta
África Ocidental	Ano de 1930	741	739	977	631	2.028	1.143	3.746	2.513	429	465	742	532	1.875	963	3.046	1.960
	Abril de 1930	59	101	76	49	143	104	278	254	44	31	76	26	72	59	192	116
	Abril de 1931	31	51	26	71	70	132	127	254	12	33	37	35	73	83	122	151
	Maio de 1930	74	70	58	65	178	104	310	239	12	97	27	143	24	205	63	445
	Maio de 1931	47	53	40	70	80	73	167	196	35	46	32	32	63	147	170	225
África Oriental	Ano de 1930	315	291	531	339	1.143	401	1.989	1.031	120	119	194	159	508	309	822	587
	Abril de 1930	29	33	47	48	99	35	175	116	29	—	27	—	62	—	118	—
	Abril de 1931	17	26	19	19	98	39	134	84	6	16	15	22	47	42	68	81
	Maio de 1930	23	31	67	42	105	32	195	105	—	26	—	50	—	45	—	121
	Maio de 1931	16	49	31	85	54	54	101	188	11	31	24	60	41	40	76	131
	TOTAL GERAL							7.222	4.980	TOTAL GERAL						4.637	3.817

Cotação oficial das acções das Companhias coloniais na Bolsa de Lisboa

COMPANHIAS E SOCIEDADES	EM 29 DE ABRIL DE 1931			EM 29 DE MAIO DE 1931		
	Efectuado — Contado	Ofertas—Contado		Efectuado — Contado	Ofertas—Contado	
		Compra	Venda		Compra	Venda
Agrícola da Bela Vista	—	—	43$00	—	—	—
» do Cazengo	—	—	—	—	—	—
» da Ganda	—	16$00	20$00	—	20$00	20$00
» das Neves	—	—	—	—	—	290$00
» do Príncipe	—	—	1$50	$80	$80	1$50
Nacional de Navegação	—	151$00	164$00	167$00	166$00	168$00
Agrícola Ultramarina	—	—	—	—	—	—
Soc. Agricultura Colonial	90$00	—	100$00	91$00	90$00	94$00
Amboim, até 250:00	40$00 39$00	38$50	39$00	29$00	29$00	29$50
Açúcar de Angola	107$00	106$00	108$0$	—	106$50	112$00
» de Moçambique	—	—	—	—	—	—
Cabinda	—	—	17$00	—	7$00	10$00
Colonial Agrícola	—	—	—	—	—	—
» do Buzi (1.ª emissão)	—	34$00	36$00	43$00	41$00	44$00
» » » (2.ª »)	34$00	33$00	—	—	—	—
» de Navegação	—	—	80$00	—	50$00	60$00
Comércio de Moçambique	—	—	—	—	—	—
Ilha do Príncipe	110$00—108$00	—	110$00	116$00	115$00	116$50
Niassa	—	—	—	—	—	3$50
Roça Pôrto Alegre	—	—	—	—	—	100$00
Sul de Angola	—	—	60$00	—	—	60$00
Zambezia, tít. 25	—	—	20$00	—	—	—
Borôr	—	—	120$00	—	—	120$00

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas, por Lisboa

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	Abril	Janeiro a Abril	Abril	Janeiro a Abril
Reexportação:				
Cacau	1.278.218	4.807.791	3.064.096$00	12 571.770$00
Café	291.755	2.451.006	798.160$00	6.576.357$00
Cêra	14.289	33.991	118.390$00	288.159$00
Outras mercadorias	106.679	363.992	270.659$00	1.015.860$00
Total	1.690.941	7.656.780	4.251.305$00	20.452.146$00
Trânsito internacional:				
Cacau	—	41.839	—	113.884$00
Café	176.294	2.253.755	482.504$00	6.662.924$00
Cêra	90.920	282.272	756.200$00	2.438.500$00
Óleos de palma e côco	—	67.309	—	108.324$00
Outras mercadorias	128.496	586.495	559.000$00	2.087.900$00
Total	395.710	3.321.670	1.797.704$00	11.411.532$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Situação Geral dos Câmbios

(MÉDIAS DAS COTAÇÕES DURANTE O MÊS DE ABRIL DE 1931)

Divisas	Alemanha	Argentina (1)	Áustria	Bélgica	Brasil (1)	Bulgária	Canadá (1)	Chile (1)	China (1)	Dinamarca	Espanha (1)	Estados-Unidos	Finlandia (1)	França	Gran-Bretanha
	Marco	Pêso (ouro)	Schilling	Belga	Milreis	Lev.	Cent.	Pêso	Tael Shangh.	Corôa	Peseta	Centc.	Marco	Franco	Schilling
Belga	0.583	0.182	0.991 (1	—	1.908	19.261	13.912	1.143	0.445	0.520	1.338	13.904	5.524	3.556	0.572
Franco francês	0.164	0.051	0.277	0.281	0.536	5.417	3.912	0.321	0.125	0.147	0.376	3.910	1.553	—	0.161
Franco suíço	0.808	0.252	1.367	1.385	2.643	26.671	19.268	1.583	0.616	0.721	1.853	19.256	7.651	4.925	0.792
Schilling	1.020	0.318	1.725	1.747	3.335	33.656	24.311	1.997	0.778	0.908	2.338	24.299	9.654	6.214	—
Dollar americano	4.196	1.309	7.097	7.184	13.723	138.500	100.042	8.220	3.201	3.741	9.620	—	39.728	25.574	4.115
Florin	1.684	0.525	2.849	2.886	5.509	55.594	40.166	3.300	1.285	1.503	3.862	40.139	15.950	10.266	1.652
Corôa norueguesa	1.122	0.350	1.902 (1	1.923	3.672	36.912 (1	26.767	2.199	0.856	1.001	2.574	26.755	10.629	6.840	1.101
Corôa danoise	1.122	0.350	1.897	1.924	3.671	36.908 (1	26.764	2.199	0.856	—	2.573	26 750	10.628	6.837	1.101
Corôa sueca	1.123	0.350	1.904 (1	1.926	3.675	37.094	26.792	2.201	0.857	1.002	2.576	26.776	10.639	6.849	1.102
Corôa tchecoslov.	0.124	0.039	0.210	0.213	0.406	4.102	2.963	0.243	0.095	0.111	0.285	2.962	1.177	0.757	0.122
Schilling australiano	0.590	0.184	—	1.011	1.930	19.477	14.069	1.156	0.450	0.527	1.353	14.057	5.587	3.600	0.579
Pengo	0.731	0.228	1.238	1.254	2.392	24.143	17.442	1.433	0.558	0.652 (1	1.677	17.437	6.926	4.459	0.717
Reichsmarco	—	0.312	1.691	1.712	3.268	32.985	23.823	1.957	0.762	0.891	2.291	23.810	9.460	6.090	0.980
Marco finland.	0.105	0.033	0.179 (1	0.181 (1	0.345	3.473 (1	2.518	0.207	0.080	0.094	0.242	2.517	—	0.644 (1	0.103
Tchervonetz	21.611 (1	6.737	36.594 (1	37.009 (1	70.623	709.996 (1	514.856	42.302	16.474	19.237 (1	49.507	514.639 (1	204.435	131.613 (1	21.178
Zloty	0.469	0.147	0.795	0.806	1.538	15.537	11.209	0.921	0.359	0.419 (1	1.078	11.193	4.451	2.868	0.461
Lira	0.220	0.068	0.372	0.376	0.718	7.253	5.238	0.430	0.168	0.197	0.504	5.236	2.080	1.339	0.215
Peseta	0.438	0.136	0.739 (1	0.755	1.426	14.513	10.400	0.854	0.333	0.388 (1	—	10.473	4.130	2.663	0.428
Escudo	0.188	0.059	0.319 (1	0.323 (1	0.616	6.194 (1	4.491	0. 69	0.144	0.168 (1	0.432	4.478	1.784	1.145 (1	0.185
Dinar	0.074	0.023	0.125 (1	0.126 (1	0.241	2.438	1.759	0.144	0.056	0.066 (1	0.169	1.758	0.698	0.449	0.072
Leu	0.025	0.0077	0.042 (1	0.043 (1	0.082	0.824	0.595	0.049	0.019	0.022 (1	0.057	0.594	0.236	0.152	0.024
Lev	0.030	0.0094	0.051 (1	0.052 (1	0.099	—	0.725	0.059	0.023	0.027 (1	0.070	0.717	0.288	0.184	0.030
Drachma	0.054	0.0169	0.092 (1	0.093 (1	0.178	1.798	1.296	0.106	0.041	0.048 (1	0.125	1.294	0.515	0.333 (1	0.053
Piastra turca	0.020	0.0062	0.034 (1	0.034 (1	0.065	0.652	0.474	0.039	0.0151	0.018 (1	0.046	0.474 (1	0.188	0.121 (1	0.019
Piastra egipt.	0.209	0.065	0.354 (1	0.358 (1	0.684	6.903	4.987	0.410	0.159	0.186 (1	0.479	4.985 (1	1.980	1.275 (1	0.205
Dollar canadiano	4.193	1.308	7.107 (1	7.177	13.717	137 500	—	8.216	3.200	3.736 (1	9.616	99.952	39.711	25.563 (1	4.113
Pêso mexicano	1.996 (1	0.622	3.380 (1	3.418 (1	6.523	65.574 (1	47.551	3.907	1.521	1.777 (1	4.572	47.484	18.883	12.156 (1	1.956
Pêso argentino	3.208 (1	—	5.431 (1	5.493 (1	10.482	105.385 (1	76.420	6.279	2.445	2.855 (1	7.348	76.463	30.317	19.535 (1	3.143
Milreis do Brasil	0.305	0.095	0.518 (1	0.524 (1	—	10.053 (1	7.290	0.599	0.233	0.272 (1	0.701	7.267	2.895	1.864	0.300
Pêso chileno	0.511 (1	0.159	0.865 (1	0.875 (1	1.669	16.784 (1	12.171	—	0.389	0.455 (1	1.170	12.063	4.833	3.111 (1	0.501
Pêso do Uruguay	2.808	0.878	4.768 (1	4.823 (1	9.203	92.521 (1	67.092	5.512	2.147	2.507 (1	6.451	67.720	26.643	17.151	2.760
Yen	2.073	0.646	3.510 (1	3.550 (1	6.774	68.098 (1	49.381	4.057	1.580	1.845 (1	4.748	49.360	19.610	12.623 (1	2.031
Taël de Shanghaï	1.312 (1	0.409	2.221 (1	2.256 (1	4.287	43.098 (1	31.253	2.568	—	1.168 (1	3.005	31.095	12.411	7.989 (1	1.285

Divisas	Grécia (1)	Hungria	Itália	Japão (1)	México (1)	Noruega	Países-Baixos	Polónia (1)	Portugal (1)	Roumania (1)	Suécia	Suissa	Tchecoslov.	Uruguay (1)	Yougosl. (1)
	Drachma	Pengo	Lira	Yen	Pêso	Corôa	Florin	Zloty	Escudo	Leu	Corôa	Franco	Corôa	Pêso	Dinar
Belga	10.729	0.797	2.655	0.282	0.292	0.521	0.346	1.241	3.09,7	23.376	0.520	0.721	4.689	0.207	7.908
Franco francês	3.017	0.224	0.747	0.079	0.082	0.147	0.097	0.349	0.87,1	6.573	0.146	0.203	1.318	0.058	2.224
Franco suíço	14.861	1.104	3.677	0.390	0.405	0.721	0.480	1.719	4.29,0	32.376	0.720	—	6.494	0.287	10.953
Schilling	18.750	1.393	4.640	0.492	0.511	0.908	0.605	2.169	5.41,2	40.850	0.907	1.261	8.190	0.362	13.820
Dollar americano	77.159	5.734	19.077	2.026	2.104	3.739	2.491	8.925	22.27,3	168.103	3.736	5.187	33.716	1.491	56.871
Florin	30.978	2.302	7.667	0.813	0.845	1.502	—	3.583	8.94,2	67.492	1.500	2.083	13.537	0.599	22.833
Corôa norueguesa	20.644	1.534	5.107	0.542	0.563	—	0.667	2.388	5.95,9	44.977	0.999	1.388	9.017	0.399	15.216
Corôa danoise	20.642	1.534	5.107	0.542	0.563	1.000	0.666	2.388	5.95,9	44.972	0.999	1.388	9.017	0.399	15.214
Corôa sueca	20.664	1.536	5.113	0.542	0.563	1.002	0.667	2.390	5.96,5	45.019	—	1.390	9.026	0.399	15.230
Corôa tchecosl.	2.285	0.170	0.566	0.060	0.062	0.111	0.074	0.264	0.66,0	4.979	0.111	0.154	—	0.044	1.684
Schilling austríaco	10.851	0.806	2.686	0.285	0.296	0.527	0.350	1.255	3.13,2	23.641	0.526	0.730	4.741	0.210	7.998
Pengo	13.452	—	3.330	0.353	0.367	0.652 (1	0.434 1	1.556	3.88,3	29.308	0.651 (1	0.905	5.876	0.260	9.915
Reichsmarco	18.374	1.366	4.548	0.482	0.501	0.891	0.593	2.125	5.30,4	40.031	0.890	1.235	8.029	0.355	13.543
Marcò finland.	1.942	0.144 (1	0.481 (1	0.051	0.053	0.094	0.063 (1	0.225	0.56,1	4.231	0.094	0.129	0.847	0.037	1.431
Tchervonetz	397.090	29.518 (1	98.284	10.426	10.827	19.235 (1	12.818 (1	45.930	114.62,6	865.126	19.217 (1	26.721 (1	173.741 (1	7.674	292.678
Zloty	8.645	0.642	2.140	0.227	0.236	0.425	0.279 (1	—	2.49,6	18.836	0.418 (1	0.581	3.772	0.167	6.372
Lira	4.040	0.300	—	0.106	0.110	0.196	0.130	0.467	1.16,6	8.802	0 196	0.272	1.764	0.078	2.978
Peseta	8.021	0.603	2.008	0.210	0.219	0.369	0.259	0.928	2.31,5	17.475	0.394	0.531	3.549.	0.155	5.912
Escudo	3.464	0.257 (1	0.857 (1	0.091	0.094	0.168 (1	0.112 (1	0.401	—	7.547	0.168 (1	0.230	1.525	0.067	2.553
Dinar	1.357	0.101	0.336	0.036	0.037	0.066 (1	0.044 (1	0.157	0.39,2	2.956	0.066 (1	0.091	0.592	0.026	—
Leu	0.459	0.034	0.113	0.012	0.012	0.022 (1	0.015 (1	0.053	0.13,2	—	0.022 (1	0.031	0.200	0.0088	0.338
Lev	0.559	0.041	0.138	0.015	0.015	0.027 1	0.018 (1	0.065	0.16,1	1.218	0.027 (1	0.037	0.244	0.0108	0.412
Drachma	—	0.074	0.247	0.026	0.027	0.048 (1	0.032 (1	0.116	0.28,9	2.179	0.048 (1	0.067	0.437	0.019	0.737
Piastra turca	0.366	0.027 (1	0.090	0.0096	0.010	0.018 (1	0.012 (1	0.042	0.10,6	0.797	0.018 (1	0.022	0.160	0.0070	0.270
Piastra egipt.	3.846	0.286 (1	0.950	0.101	0.105	0.186 (1	0.124 (1	0.445	1.11,0	8.379	0.186 (1	0.259 (1	1.679	0.074	2.835
Dollar canadiano	77.126	5.733 (1	19.050	2.025	2.103	3.736 (1	2.490 (1	8.921	22.26,4	168.033	3.73[illegible] (1	5.185	33.671	1.490	56.847
Pêso mexicano	36.675	2.726 (1	9.077 (1	0.963	—	1.776 (1	1.184 (1	4.242	10.58,7	79.902	1.775 (1	2.468 (1	16.046 (1	0.709	27.031
Pêso argentino	58.940	4.381 (1	14.626	1.547	1.607	2.855 (1	1 903 (1	6.817	17.01,4	128.411	2.852 (1	3.966 (1	25.788 (1	1.139	43.442
Milreis do Brasil	5.623	0.418 (1	1.408	0.148	0.153	0.272 (1	0.181 (1	0.650	1.62,3	12.200	0.272 (1	0.364	2.564	0.109	4.144
Pêso chileno	9.387	0.698 (1	2.320	0.246	0.256	0.455 (1	0.303 (1	1.086	2.71,0	20.451	0.454 (1	0.632 (1	4.107 (1	0.181	6.919
Pêso do Uruguay	51.745	3.846 (1	12.808 (1	1.359	1.411	2.506 (1	1.670 (1	5.985	14.93,7	112.736	2.504 (1	3.482 (1	24.161	—	38.139
Yen	38.086	2.831 (1	9.427 (1	—	1.038	1.845 (1	1.229 (1	4.405	10.99,4	82.977	1.843 (1	2.541	16.664 (1	0.736	28.072
Taël de Shanghaï	24.104	1.792 (1	5.966 (1	0.633	0 657	1.167 (1	0.778 (1	2.788	6.95,8	52.515	1.166 (1	1.622 (1	10.546 (1	0.466	17.766

1) Números calculados em relação ao câmbio s/Londres.

LEGISLAÇÃO

Do Diário do Govêrno

Portaria n.º 7.096 (1.ª série n.º 102 de 2-5-931).
Fixa o encargo das colónias portuguesas, no próximo ano económico de 1931-32, relativo às despezas resultantes das Convenções e Acôrdos internacionais àcerca dos serviços postais, telegráficos e rádio-telegráficos.

Decreto 19.747 (1.ª série n.º 112 de 15-5-931).
Introduz várias alterações na organização militar da Colónia de Moçambique.

Decreto 19.762 (1.ª série n.º 118 de 22-5-931).
Proroga até 15 de Junho do corrente ano o prazo fixado no art. 3.º do decreto n.º 15.331, que aprova e manda pôr em execução nas colónias o serviço de encomendas postais.

Decreto 19.773 (1.ª série n.º 122 de 27-5-931).
Regula o regime das transferências de Angola.

ANGOLA

(B. O. 1.ª série N.º 16 de 18-4-931)

Diploma Legislativo N.º 213:
Permite e regula a armazenagem de mercadorias sob a acção fiscal, em depósitos garantidos, de trânsito e afiançados.

Diploma Legislativo N.º 214:
Altera a numeração da planta da cidade do Lobito, constante da lista que faz parte integrante dêste diploma, e aumenta o número de armazens alfandegados.

Diploma Legislativo N.º 215:
Adopta diversas medidas de carácter técnico respeitantes aos Serviços Pecuários da Colónia.

Diploma Legislativo N.º 216:
Acrescenta um parágrafo ao artigo 85.º do Regulamento Disciplinar dos Funcionários Públicos, aprovado por Diploma Legislativo N.º 118, de 15 de Julho de 1930.

Diploma Legislativo N.º 217:
Extingue as Delegações de Fazenda das circunscrições civis dos Luchazes, Humpata, Humbe, Alto Quanza, Chinguar, Menongue e Bibala, passando os serviços cometidos às Delegações extintas a ser desempenhadas por funcionários do Quadro Administrativo, com as gratificações constantes dêste diploma.

(B. O. 1.ª série N.º 17 de 25-4-931)

Diploma Legislativo N.º 218:
Suspende a instalação imediata do Instituto de Orientação Profissional de Faria Vasconcelos, criado pelo Diploma Legislativo N.º 154, de 6 de Novembro de 1930.

Diploma Legislativo N.º 219:
Determina que as penas a que se refere o artigo 11.º do Decreto do Alto Comissariado, N.º 73 de 17 de Novembro de 1921, sejam impostas pelo Director dos Serviços e Negócios Indígenas ou agentes do Curador, em processo sumário, nos termos do Código do Trabalho dos Indígenas.

Diploma Legislativo N.º 220:
Define quais os terrenos que na cidade do Lobito constituem reserva do Estado e os reservados para serem utilizados pelo Caminho de Ferro de Benguela e Câmara Municipal do Lobito.

Portaria N.º 762:
Dá nova redacção ao artigo 10.º do Regulamento de Passes e Bónus, aprovado pela Portaria N.º 76, de 21 de Julho de 1926.

Portaria N.º 763:
Determina que nos liceus da Colónia, no ano lectivo de 1931/1932, as aulas das diversas classes tenham início no dia 11 de Maio de 1931.

(B. O. 1.ª série N.º 18 de 2-5-931)

Diploma Legislativo N.º 223:
Aprova a tabela dos impostos indirectos municipais cobrados na Alfândega de Mossâmedes e respectivas isenções.

Diploma Legislativo N.º 224:
Determina que passem para cargo do Departamento Marítimo o serviço de conservação de portos, rios, rias e canais, com excepção dos serviços da conservação do pôrto do Lobito que continuam sendo atribuição do Conselho de Administração do Pôrto do Lobito.

Diploma Legislativo N.º 225:
Define as atribuições dos directores e chefes da Repartição Distrital de Fazenda no que respeita a fiscalização e compressão de despesas públicas.

Diploma Legislativo N.º 226:
Anula o Diploma Legislativo N.º 111, de 3 de Julho de 1930, que fixou os vencimentos do secretário e ajudantes do secretário do Tribunal da Relação de Luanda e fixou a gratificação ao oficial de diligências do mesmo Tribunal.

Rectificação ao Diploma Legislativo N.º 175, de 19 de Janeiro de 1931.

MOÇAMBIQUE

(B. O. 1.ª série N.º 14 de 4-4-931)

Diploma Legislativo N.º 296:
Dissolvendo as missões médicas da doença do sono, criadas conforme as disposições do artigo 1.º do Diploma Legislativo da Colónia, N.º 127, de 22 de Janeiro de 1929.

Portaria N.º 1286:
Retirando da circulação o selos actualmente em uso nas Curadorias dos Indígenas de Joanesburgo e Salisbury e noutras repartições, para a cobrança das taxas de passes dos indígenas, logo após o recebimento dos que passam a ser fornecidos pela Direcção dos Serviços de Fazenda.

(B. O. 1.ª série N.º 15 de 11-4-931)

Diploma Legislativo N.º 297:
Extinguindo os Serviços de Colonização Oficial do Unbelúsi.

Portaria N.º 1:294:
Aprovando os projectos e orçamentos para a execução de duas obras no distrito de Lourenço Marques.

Portaria N.º 1295:
Determinando que aos navios nacionais que utilizarem a doca sêca do pôrto de Lourenço Marques seja concedida uma redução de 25 por cento sôbre as taxas actualmente em vigor.

Portaria N.º 1296:
Aprovando a rectificação à distribuição do Fundo de Fomento do distrito de Lourenço Marques para o corrente ano económico de 1930-1931' aprovada por portaria N.º 1192, de 4 de Outubro de 1930.

(B. O. 1.ª série N.º 16 de 18-4-931)

Diploma Legislativo N.º 298:
Dando nova redação ao § 1.º do artigo 42.º do regulamento para as execuções fiscais administrativas

Diploma Legislativo N.º 299:
Criando a Subdelegacão de saúde de Amaramba, com sede em Cuamba, no distrito do Niassa.

Diploma Legislativo N.º 300:
Determinando que ao artigo 20.º da pauta de inportação, e a segnir à palavra "parasitas" seja odicionado o seguinte: "o produto "teriaga" ou "triaga", para preparação de insecticidas destinados a usos agrícolas, precedendo informação da Direcção dos Serviços de Agricultura.

GUINÉ

(B. O. N.º 12 de 21-3-931)

Diploma Legislativo N.º 561:
Abrindo um crédito especial de 5.000$00 para pagamento do

subsídio concedido ao Laboratório de Técnologia Agrícola Colonial bo Instituto Inferior de Agronomia.

Portaria N.º 8 (Rectificação).

Portaria N.º 11 (Rectificação).

Portaria N.º 10-B:
Autorizando transferências de verbas nas tabelas de despesa do orçamento vigente.

Portaria N.º 15:
Determinando que os juros de depósito à ordem efectuados na Caixa Económica Postal seja elevado de 3 % para 4 %.

Portaria N.º 16:
Reforçando, por transferência, uma verba de orçamento vigente.

Portaria N.º 17:
Determinando novas instruções da Comissão de Censura à Imprensa.

S. TOMÉ

(B. O. N.º 15 de 11-4-931)

Portaria nomeando os júris dos exames de 1.º e 2.º grau de instrução primária.

Portaria exonerando os vogais da Comissão Administrativa Municipal do Conselho de S. Tomé.

Portaria nomeando novos vogais para a Comissão Administrativa Municipal do Conselho de S. Tomé.

Alvarás N.ºs 3, 4, 5 e 6.

(B. O. N.º 17 de 25-4-931)

Nova publicação, rectificada, do Diploma Legislativo N.º 47, abrindo um crédito especial de 40.000$00.

Portaria N.º 14:
Determinando que os técnicos agrícolas contratados para o desempenho dos cargos de Director, Fitopatologista e Químico Agrícola continuem sendo prestados sob a Direcção do Engenheiro Agrónomo, Manuel Saraiva Vieira.

CABO VERDE

(B. O. N.º 18 de 2-5-931)

27 Abril 1931.... Portaria N.º 621:—Reduz o quadro dos professores efectivos do Liceu Infante D. Henrique.

27 Abril 1931.... Portaria N.º 623:—Determina o encerramento da Escola Profissional da Arte Marítima.

27 Abril 1931.... Portaria N.º 624:—Suspende, até ulterior resolução, o funcionamento da Escola de Enfermagem anexa ao Hospital Central da Praia.

(B. O. N.º 19 de 9-5-931)

7 Maio 1931.... Portaria N.º 634:—Determina que fique adiada a concessão de licença graciosa a funcionários públicos desta colónia até ao fim do ano económico de 1931-1932.

7 Maio 1931.... Portaria N.º 635:—Regula os vencimentos dos professores interinos de instrução primária, incluindo os dos postos de ensino.

7 Maio 1931.... Portaria N.º 636:—Harmoniza a tabela de vencimentos do pessoal do rebocador "Infante D. Henrique„ com a da Marinha Mercante Nacional e elimina o lugar de praticante de máquinas.—Tabela-A, a que se refere a portaria citada.

ÍNDIA

(B. O. N.º 37 de 8-5-931)

Portarias:
Nova publicação da Portaria N.º 1113.

Extractos N.º 1126:
Aprovando os orçamentos de várias obras.

(B. O. N.º 39 de 15-5-931)

Diploma Legislativo N.º 483:
Promulgando várias disposições tendentes a difundir os processos científicos de culturas agrícolas e melhorar a agricultura neste Estado.

MACAU

(B. O. N.º 17 de 25-4-931)

Diploma Legislativo N.º 165:
Autorizando o Govêrno da Colónia a fazer-se representar no 8.º Congresso de Medicina do Extremo Oriente, realizado em Bangkok, Reino do Sião, e abrindo um crédito especial da quantia de $2.173,93 para pagamento das despesas, já realizadas, resultantes dessa representação.

Portaria N.º 625-A:
Tornando definitiva a concessão do aforamento dum terreno situado na Avenida República, feita ao capitão-tenente de marinha, Artur Leonel Barbosa Carmona.

Portaria N.º 630:
Concedendo um aumento temporário de 25 % sôbre os preços do regimento dos preços dos medicamentos, em vigor.

(B. O. N.º 18 de 2-5-931)

Diploma Legislativo N.º 166:
Abrindo um crédito especial da quantia de $2.00,00, para pagamento da pensão às filhas do falecido enfermeiro do Quadro Sanitário desta colónia, Benjamim Marques.

Diploma Legislativo N.º 167:
Abrindo nm crédito suplementar da importância de $7.300,00, para ser adicionado à verba do artigo 72.º do capítulo 8.º da tabela da despesa em vigor, destinada ao pagamento da cota parte com que concorre a colónia com as despesas a realizar com a Exposição de Paris.

TIMOR

(B. O. N.º 13 de 28-3-931)

Portaria N.º 35:
Exonera do cargo de secretário do Tribunal Administrativo Fiscal e de Contas, o 2.º oficial da Repartição dos Serviços de Administracão Civil, Gregório Inácio Pedro de Souso e nomeia para o mesmo cargo, o 2.º amanuense da Repartição dos Serviços de Administração Civil António George de Sousa Franklin,

(B. O. N.º 14 de 4-4-931)

Portaria N.º 37
Determina que seja considerado feriado municipal o dia 10 de Outubro.

BIBLIOGRAFIA

«O Povo Timorense — seu aproveitamento na valorização da Colónia». Conferência realisada pelo tenente-coronel Ex.mo Sr. Júlio Garcez de Lencastre.

«Climatologia e Nosologia de Timor», do mesmo autor (separata do n.º 71 do "Boletim da Agência Geral das Colónias„).

Os nossos leitores já nesta revista tiveram ocasião de apreciar

um trabalho do sr. tenente-coronel Garcez de Lencastre que, aliás, não esteve à espera da *Portugal Colonial* para afirmar o seu valor. Os dois trabalhos que acabamos de ler são, àlém duma magnífica contribuição para o estudo da nossa Colónia de Timor, peças literárias perfeitas.

O sr. tenente-coronel Garcez de Lencastre, felizmente para todos nós, evitou o contágio da prosa balofa, das palavras que nada dizem e fez um trabalho de manifesta utilidade prática e indiscutível bom senso.

Timor é ainda uma colónia ignorada e esquecida, uma colónia para degredados! Esta injustiça é flagrante perante o trabalho do antigo secretário de Govêrno de Timor, a quem a Colónia fica devendo mais um precioso serviço.

Num dos próximos números faremos dêste trabalho a transcrição que merece.

«*A Folha de Parra*» elementos para um romance, por Tomaz Ribeiro Colaço.

Nem só os livros que tratam de assuntos coloniais são de referir nesta revista. Evidentemente que nos interessam êsses especialmente pelo que contribuem para a propaganda das colónias, para o esclarecimento dos seus problemas e para a formação duma mentalidade colonial.

Mas é nossa missão também assinalar àqueles que vivem nas Colónias e cuja existência espiritual não pode nem deve dispensar os recursos desta velha Europa, os livros que vale a pena ler e que merecem ser bons companheiros dos que nas Colónias são obrigados a viver fora do movimento literário dos velhos mundos.

Está, muito especialmente, nestas condições o último livro de Tomaz Ribeiro Colaço "A Folha de Parra„ que não tem mais dum mês de idade nas montras das livrarias.

Entre a pobreza da nossa literatura e a magreza de talento da maior parte dos nossos escritores, depois das crónicas de alcova do sr. Júlio Dantas e dos emplastros do sr. Aquilino Ribeiro, depois de tanta bandeira de arraial que a Imprensa amiga desfralda em volta de certos *talentos oficiais*, o livro de Tomaz Colaço é a mais vigorosa e mais pura manifestação literária dos últimos anos. Novo sem ter que ser confuso, português sem deixar de ser muito europeu, verdadeiro, moço, luminoso, contém algumas das mais belas páginas da literatura portuguesa dos últimos tempos — páginas definitivas que irão com justiça a uma antologia.

Poderão estas palavras parecer exageradas. Aos que assim pensam que leiam o livro.

A grande imprensa — aquela que reserva colunas gordas de prosa macissa à biografia de ladrões e assassinos e que tem já fabricados em série e pontos a utilisar os adjectivos para os srs. Dantas, Forjaz, Sousa Costa e tantos outros mercieiros da literatura — fez em volta do livro de Tomaz Colaço, não sabemos porquê, a mais injusta campanha de silêncio.

Silêncio significativo e decerto honroso para Tomaz Colaço.

Nem por isso o livro perde o seu valor. E como o tempo acaba sempre por recompor as cousas no seu logar "A Folha de Parra„ ainda subirá por direito próprio àquele que desde já lhe pertence.

«*Sêda Vermelha*» por D. Ester Gil Nobre.

É um livrinho de versos duma senhora que já colaborou brilhantemente uma página literária desta revista.

A produção literária feminina nos últimos tempos tem, por vezes, revestido um aspecto de calamidade... de mau gôsto e, em geral, apenas se recomenda pela abundância.

Não é felizmente "mais um„ o livro da Ex.ma Sr.a D. Ester Nobre. Versos frescos, saborosos, fáceis, por vezes ricos e originais, merecem de facto um logar de destaque entre tanta poesia anónima que para aí faz gemer os prélos. Num dos próximos números transcreveremos na página literária algumas das poesias mais interessantes da "Sêda Vermelha„.

«*Plantas tropicais de grande cultura*» pelo engenheiro Carvalho de Almeida.

Torna-se fácil e é até tarefa agradável referir-se, de quando em quando, a livros de real valor e de merecimento inconfundível.

Está nestes casos a obra notável do distinto engenheiro-agrícola sr. Carvalho de Almeida, intitulada *Plantas tropicais de grande cultura*.

Provado está, exuberantemente, que a prosperidade das nossas Colónias africanas e da Índia, dependem, em grande parte, do seu desenvolvimento agrícola.

Dando-se balanço consciencioso às grandes lutas de interêsses que se travam por êsse mundo fora, procurando os diversos povos nivelar-se uns com os outros no balanço final da sua prosperidade, se há de notar que a questão básica de cada uma delas está intimamente ligada e dependente de produções agrícolas, verdadeiros fulcros à roda dos quais se limita tôda a sua actividade, o seu esfôrço, o seu empenho.

E para tanto se conseguir a sua preocupação constante não consiste sòmente em se colocar acima da outra em quantidade, apresentando maiores volumes de produção, mas sobretudo em qualidade, como directo resultado dos processos empregados no amanho da terra.

Para tanto, é fundamentalmente necessário empregarem-se processos que a melhor técnica lhes ensine.

Os métodos rotineiros e de mero empirismo vão-se aos poucos sendo substituídos por aqueles que lhes são aconselhados como sendo os mais racionais e produtivos, portanto os melhores.

Ora, o livro do sr. Carvalho de Almeida, que em boa hora veio a público, preenche a falta, uma grande falta que se sentia no meio prático das realizações, pois representa um verdadeiro *vade-mecum* do agricultor, de todo aquele que o seja de facto, ou que pretenda sê-lo, grande ou pequeno, experiente ou não.

É finalmente uma obra, para o nosso tempo, uma obra que nos proporciona ensinamentos úteis, e portanto que todo o agricultor deve ter na sua estante.

A edição do livro, feita pelo livreiro Francisco Franco, da Rua Barros Queiroz, é muito bem apresentada, e sendo ilustrada com belas gravuras, facilita a leitura da obra, escrita aliás em linguagem chã, e ao alcance de tôdas as mentalidades.

Felicitamos o sr. engenheiro Carvalho de Almeida, a quem o Govêrno, que nos conste, vai agraciar com um dos graus da Ordem de Mérito Agrícola, recompensa moral que compensará em parte a vida laboriosa do distinto técnico-agrícola.

O Problema das transferências de Angola, pelo Dr. Armindo Monteiro, professor da Faculdade de Direito de Lisboa e Ministro das Colónias. O sr. Ministro das Colónias publicou em separata da Imprensa Nacional o notável relatório que precede o decreto 19.773. Sôbre o valor da obra já nas páginas desta revista dissemos de nossa justiça. Resta-nos felicitar S. Ex.a pela publicação que era absolutamente necessária visto que a sua obra é daquelas que há de ficar e que não mais poderá ser dispensada por aqueles que estudem os problemas de Angola.

História do Nosso Tempo (Acção e Obra de João de Almeida, 1904-1910), por Henrique Galvão.

No próximo número faremos a êste novo livro do nosso director a larga referência que merece.

ERRATAS IMPORTANTES

Por um lamentável lapso de revisão na entrevista publicada a página 10, linha 35, dêste número, que realizámos com o Ex.mo Senhor Dr. Francisco Leite Duarte, Vice-Governador do Banco de Angola, sôbre o decreto regulador das transferências de Angola onde se lê "explorador„ *deve ler-se* "exportador„. *A Sua Ex.a e aos nossos leitores apresentamos as nossas desculpas.*

Na opinião emitida pelo Ex.mo Senhor Abílio do Rego sôbre o mesmo assunto tivemos, em virtude da absoluta falta de espaço, que omitir, de acôrdo com Sua Ex.a, uma parte da entrevista.

Na página 13, no artigo «Navegação Nacional para as Colónias», linha 15 da 2.a coluna, onde se lê "hoje arruinada„, *leia-se* "hoje restaurada„.

História
do
Nosso Tempo
(Acção e obra de João de Almeida)
1904-1910
POR
HENRIQUE GALVÃO

Está à venda em tôdas as livrarias

DEPOSITÁRIO
A. M. TEIXEIRA & FILHOS
LIVREIROS EDITORES
PRAÇA DOS RESTAURADORES, 17 — LISBOA

PORTUGAL COLONIAL

A revista colonial portuguesa de maior tiragem e expansão e a que dispõe de melhor colaboração

Director: Henrique Galvão

Redactor principal: J. Fonseca Ferreira

REDACÇÃO:

Rua da Conceição, 35, 1.º

Para ser assinante da "Portugal Colonial" basta enviar um simples bilhete postal à Redacção

Grande Hotel Ribeiro

Caldas do Gerez

Portugal

Fundado em 1879. Aberto todo o ano. O mais antigo do Gerez e o que melhor conhece o tratamento dos aquistas destas termas. Serviço de mesa primoroso, com e sem dieta. Todo o confôrto moderno. Parque para passeio. Camionette e corretores à chegada de todos os combóios a Braga, para serviço dos Ex.mos Hóspedes.

Êste antigo e acreditado Hotel, completamente modificado, de forma a oferecer o maior número de comodidades, continua a ser dirigido, como até aqui, pela família Ribeiro, seus únicos proprietários.

PREÇOS MÓDICOS

ENDERÊÇO: H. RIBEIRO — GEREZ

Portugal
Caldas do Gerez

ÁGUAS PODEROSAS NO TRATAMENTO DAS DOENÇAS DO FÍGADO E DOS PAÍSES QUENTES

AS MAIS FLUORETADAS DA EUROPA

Hiper-termais, termais e hipo-termais, muito rádio-activas, hiposalinas, bicarbonatadas, sódicas e líticas, siliciosas, fluoretadas, sódicas, ligeiramente arsenicais e bacteriològicamente puríssimas.

Indicadas especialmente nos casos de litiase biliar, insuficiência hepática, icterícias infecciosas e benignas, a cura gereziana tem uma das suas indicações mais imperiosas no tratamento dos estados hepáticos que acompanham uma doença de destruição globular e freqüentíssima entre nós: o impaludismo.

As águas medicinais mais valiosas da Europa na serra mais encantadora de Portugal, eis a definição do Gerez.

Grande Hotel Maia e Hotel das Termas

OS MAIS FREQUENTADOS PELA COLÓNIA AFRICANISTA. OS QUE MELHOR CONHECEMO TRATAMENTO E DIETÉTICA DESTA ESTANCIA; FUNDADOS EM 1883 E 1917

RECOMENDADOS PELA SOCIEDADE DE PROPAGANDA DE PORTUGAL

DIÁRIAS DESDE 25 ESCUDOS

CORRESPONDÊNCIA A: AUGUSTO MAIA

GEREZ — PORTUGAL

Companhia de Mossâmedes

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 20.000.000$00
Subscrito — Esc. 13.995.000$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telefone: 2 4174

SEDE DO COMITÈ FINANCEIRO

na Banque des Interets Français

23, Rue Louis le Grand — PARIS

SEDE EM ÁFRICA

SÁ DA BANDEIRA—(Lubango)

Criação e Comércio de gados—Explorações agrícolas — Instalações no *Lubango, Tchipa, Ediva, Palanca, Culueque* e *Tchifito*

Companhia do Sul de Angola

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 10.000.000$00
Subscrito — Esc. 6.000.000$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telef. 2 4174 — End. Tel. SULANGOLA

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

EXPLORAÇÕES

PESCA—Baía das Moscas, Mossâmedes—Praia Amélia, Pôrto Alexandre

Fabrico de Conservas, Farinhas e Óleos de Peixe, Pasta Azotada — Fábrica AFRICANA — Mossâmedes

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO

Mossâmedes, Giraul, S. Nicolau, S. João do Sul, Caroca e Pinda

Manteigaria Londrina

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO — FORNECEDORES
DA COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

Especialidade em manteigas, queijos e conservas. Variado

sortido em artigos de Mercearia, Vinhos, Licores e Champagnes

Domingues, Vasconcelos & Mesquita, Limitada

53, Rua Eugénio dos Santos, 55 — Lisboa

Telefone: 2 7448

Carlos Patacão, L.da

Agricultores

Logar n.º 46 e 48

Mercado da Ribeira Nova

LISBOA

Vendas de hortaliças frescas recebidas diàriamente
das suas propriedades
e de todos os produtos agrícolas

Fornecimentos para navios, quarteis, etc.

PREÇOS DE REVENDA

Algodoeira Colonial, Limitada

Sede: Benguela — Filiais: Lisboa e Luanda

Grandes Armazens de Tecidos de Algodão

Vendas por junto e aos melhores preços, de todos os tecidos de algodão produzidos em 9 fábricas, suas associadas que são:

Fábricas da Areosa e Mazorra
Azevedo, Soares & C.ª L.da

Fábrica de Bomfim
Manoel Pinto de Azevedo

Fábrica de Fiação e Tecidos de Ermezinde
Oliveira, Azevedo & C.ª, L.da

Fábrica da Senhora da Hora
Emprêsa Fabril do Norte, L.da

Fábrica de Fiação e Tecidos Portuense
Azevedo Ferreira & C.ª, L.da

Fábrica de Francos
Sociedade Anónima de Responsabilidade, Limitada

Fábrica de S. Roque
Domingos António d'Oliveira & C.ª, Sucessores, L.da

Fábrica de Tecidos Aliança, L.da

Companhia Fabril de Rio Tinto

Tecidos fabricados, de preferência com algodões coloniais, pela indústria nacional e para os colonos Portugueses

Algodões crus, riscados, cotins, lenços, bretanhas, kakis, pintados, tafaxis e cobertores

PREÇOS SEM CONCORRÊNCIA

Sede em BENGUELA:
CAIXA POSTAL, 95
ENDERÊÇO TELEGRÁFICO:
ALGODOEIRA

LISBOA:
Rua do Alecrim, 7
Telefone: 2 6889
END. TELEG.: ALGODOEIRA

Filial em LUANDA:
CAIXA POSTAL, 15
END. TELEG.: ALGODOEIRA
Telefone, 357

Companhia Nacional de Navegação

Saídas em Junho

Linha rápida da África Ocidental e Oriental

Em 20 do corrente, o paquete

Angola com destino aos portos de Funchal, S. Tomé, Luanda, Lobito, Mossâmedes, Cape Town, Lourenço Marques, Beira e Moçambique e para Inhambane, Quelimane, Chinde, Angoche, Pebane, Mocimboa, Pôrto Amélia, Ibo e Macuze, com baldeação em Lourenço Marques.

Serviço do Norte da Europa

Em 18 do corrente, o vapor

S. Tomé com destino aos portos de Leixões, Anvers e Hamburgo.

Saídas em Julho

Linha rápida da África Ocidental

No dia 1, o paquete

Pedro Gomes com destino aos portos de Funchal, S. Tomé, Zaire, Luanda, Pôrto Amboim, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Mossâmedes e Pôrto Alexandre.

Linha ordinária da África Ocidental

No dia 12, o vapor

S. Tomé com destino aos portos de S. Vicente, Praia, Bissau, Bolama, Príncipe, S. Tomé, Cabinda, Zaire, Ambriz, Luanda, Pôrto Amboim, Novo Redondo, Lobito, Benguela e Mossâmedes.

Linha rápida da África Ocidental e Oriental

No dia 20, o paquete

Lourenço Marques com destino aos portos de Funchal, S. Tomé, Luanda, Lobito, Mossâmedes, Cape Town, Lourenço Marques, Beira e Moçambique e para Inhambane, Quélimane, Chinde, Angoche, Pebane, Mocimboa, Pôrto Amélia, Ibo e Macuze, com baldeação em Lourenço Marques.

Serviço do Brasil

No dia 15, o paquete

Nyassa com destino aos portos de Funchal, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santos.

Serviço do Norte da Europa

No dia 1, o vapor

Congo com destino aos portos de Douro, Anvers, Rotterdam e Hamburgo.

Serviço do Mediterrâneo

No dia 1, o vapor

Ibo com destino a Setúbal, portos do Algarve, Sevilha, Barcelona, Marselha, Genova e portos do Adriático e Levante com transbôrdo em Genova e para o Norte de África, com transbordo em Marselha.

Para esclarecimentos e mais informações:

LISBOA: Séde, R. do Comércio, 85

PORTO: Sucursal, R. da Nova Alfandega, 34